

X-96-05L106-3



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

HD75
C37

1996 MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
EM CONTEXTO:
SUBSÍDIOS PARA UMA LEITURA META-TEÓRICA

LUÍS FRANCISCO DOS SANTOS GOMES DE CARVALHO

SOB A ORIENTAÇÃO DE
PROF. DOUTOR JOCHEN OPPEHEIMER

JÚRI

PRESIDENTE: PROF. DOUTOR JOCHEN OPPENHEIMER

VOGAIS: PROF. DOUTOR JOÃO ARRISCADO NUNES

PROF. DOUTOR MÁRIO MURTEIRA

PROF.^a DOUTORA JOANA PEREIRA LEITE

AGOSTO / 1996

NOME: Luís Francisco dos Santos Gomes de Carvalho
DEPT./GRUPO DE DISCIPLINAS: Economia
CURSO DE MESTRADO: Desenvolvimento e Cooperação Internacional
ORIENTADOR: Prof. Jochen Oppenheimer
DATA: Agosto de 1996



TÍTULO

**A problemática do desenvolvimento económico em contexto:
Subsídios para uma leitura meta-teórica.**

RESUMO:

O texto procura fornecer alguns elementos para a contextualização do desenvolvimento económico, aqui entendido como «problemática» (i.e., como conceito e como prática), sendo a perspectiva da análise fundamentada em termos meta-teóricos.

Após a apresentação dos conceitos de «problemática», «contexto» e «meta-teoria», é discutida a postura pós-positivista subjacente à nossa investigação meta-teórica.

A principal linha de contextualização aqui explorada é a da contemporaneidade da problemática. Nos anos 90, em contextos de transição e crescente globalização, existem múltiplas questões e controvérsias com que se confronta o desenvolvimento económico. O escrutínio crítico das discussões actuais é aqui estruturado em torno de quatro grandes eixos temáticos, que apontam deliberadamente para a transcendência do domínio estrito do «económico»:

- a caracterização geral das tendências de globalização;
- a dimensão ecológica do desenvolvimento, e as perspectivas para a constituição de estratégias efectivas de desenvolvimento sustentável;
- a articulação política do desenvolvimento, com a presente ênfase na democratização;
- a culturalização do desenvolvimento, as questões da identidade entre universalismo e fragmentação.

CONCEITOS CHAVE: Desenvolvimento Económico; Meta-teorias; Globalização; Articulação Política; Dimensão Ecológica; Cultura.

TITLE

The problematic of economic development in context: Contributions for a meta-theoretical view.

ABSTRACT

The text aims at providing some elements for the contextualization of economic development, understood here as a «problematic» (i.e., as concept and practice), the regard on which the analysis stands being founded in meta-theoretical grounds.

After presenting the concepts of «problematic», «context» and «meta-theory», it is discussed the post-positivistic stance that underlies our meta-theoretical inquiry.

The main line of contextualization explored here is the contemporaneity of the problematic. In the 90's, in contexts of transition and increasing globalization, there are many issues and controversies facing economic development. The critical review of current discussions undertaken here is structured along four main axis, which deliberately point at transcending the strict realm of the «economic»:

- the general overview of globalization trends;
- the ecological dimension of development and the prospects for the constitution of effective strategies of sustainable development;
- the political articulation of development, with the present emphasis on democratization;
- the culturalization of development, the questions of identity between universalism and fragmentation;

KEY CONCEPTS: Economic Development; Meta-Theories; Globalization; Political Articulation; Ecological Dimension; Culture.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	6
 II. ESCOLHAS TERMINOLÓGICAS.....	10
A. PROBLEMÁTICAS	11
B. CONTEXTOS.	15
C. META-TEORIAS	21
 III. OS CAMINHOS DE UMA PERCEPÇÃO PÓS-POSITIVISTA...28	
A. O(S) POSITIVISMO(S) E A SUA SUPERAÇÃO.	28
B. A METODOLOGIA DA CIÊNCIA ECONÓMICA.....	44
 IV. A CONTEMPORANEIDADE DA PROBLEMÁTICA.....52	
A. GLOBALIZAÇÃO - UMA CARACTEROLOGIA GERAL	53
B. A DIMENSÃO ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO.....	63
C. A ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO	74
D. CULTURA E DESENVOLVIMENTO	94
 V. ABERTURA FINAL	107
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

AGRADECIMENTOS

Para o Prof. Jochen Oppenheimer, meu orientador, pelo apoio e confiança totais que manifestou, sob as mais variadas formas, ao longo de todo o processo de elaboração desta dissertação. Quero agradecer, ainda e principalmente, o estimulante percurso de aprendizagem em sócio-economia do desenvolvimento iniciado na disciplina de «Aspectos Sociais do Desenvolvimento», do antigo 5.º Ano da Licenciatura em Economia no ISEG; por me mostrar que ainda existe um espaço de tolerância para as heterodoxias no pensamento económico, hoje em dia tão fundamentais na ultrapassagem dos impasses a que chegou uma «certa ciência económica».

Para a Prof.^a Joana Pereira Leite, com quem tive o privilégio de ser iniciado no fascinante estudo da História de África, vai o mais profundo dos reconhecimentos. Pela generosa disponibilidade do seu apoio constante, pelo espírito de aprendizagem e descoberta permanente que soube em mim cultivar, e sobretudo pelas inúmeras demonstrações de verdadeira amizade com que me honrou.

Os agradecimentos essenciais vão para a minha Mãe, pela total dedicação e inesgotável paciência que demonstrou na, tantas vezes difícil, convivência diária; por me fazer ver que, mesmo nos momentos mais negros, «há sempre uma Luz ao fundo do túnel».

Gostaria também de agradecer ao João Pedro Neto, ao Pedro Seco da Costa, à Ana Paula Pereira e à Rita Taveira, pela sincera amizade, traduzida em todo o apoio concedido na parte final de elaboração da tese.

Quero ainda agradecer a todos os familiares e amigos que souberam compreender as exigências pessoais deste trabalho e apoiar-me nos momentos cruciais.

Finalmente, agradeço o indispensável apoio financeiro concedido pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, no âmbito do Programa Praxis XXI (BM 957/94).

I. INTRODUÇÃO

«O desenvolvimento, na vasta literatura sobre o assunto,
parece ter abarcado quase todas as facetas da boa sociedade,
o caminho de todos os homens para a utopia»

(H.W.Arndt, 1987, p.1).

As palavras deste importante historiador da ideia de desenvolvimento económico mostram que o projecto de colocar «em contexto» esta problemática se apresenta ele próprio como altamente problemático: desde logo pela esmagadora vastidão e diversidade das literaturas sobre o assunto, a que se junta a necessidade, associada à reflexão contextualizadora, de situar a abordagem em variados campos discursivos (ou, se preferirmos, «disciplinares»).

Se a isso acrescentarmos as restrições ditadas pelas inexoráveis leis do binómio espaço-tempo, e a sinuosidade do caminho que as opções inerentes a uma análise deste tipo obrigam a percorrer para alguém cuja (de)formação

de base é em ciência económica, logo veremos que são indispensáveis todo um conjunto de escolhas limitadoras da análise a empreender; tais escolhas, mais do que reflectindo uma avaliação da sua «pertinência objectiva» (noção, de resto, em si mesma algo nebulosa), acabam por repousar, em última instância, em critérios de natureza pessoal, com todos os riscos e enviesamentos que daí advém.

Assim, o «produto» que aqui se apresenta tem como objectivo proceder a uma síntese de literaturas de âmbitos diversos que vise, mais do que fornecer «respostas», transmitir alguns elementos que possam ser viabilizadores de uma contextualização geral da problemática do desenvolvimento económico, centrando-se designadamente no seu *momentum* actual - uma tomada de consciência que se buscou sistematizada dos debates e dilemas que configuram a situação contemporânea da problemática em estudo.

A necessidade de proceder a uma adequada clarificação das questões definitórias associadas à postura analítica exigida por um exercício deste tipo, obrigou a uma certa hipertrofia da reflexão preparatória em torno das questões terminológicas e metodológicas/epistemológicas. As propostas e sínteses que daí resultam procuram, para além de estabelecer um quadro de partida e fundamentação para análises que visem um esforço de contextualização assente em perspectivas de âmbito meta-teórico, responder à manifesta negligência do discurso económico (dominante) face a toda uma série de temáticas e preocupações que julgamos serem da maior relevância.

Como é óbvio, essa atenção privilegiada ao esclarecimento das interrogações e perplexidades subjacentes à nossa *démarche* tem como directo contraponto um tratamento mais sucinto, mais «exploratório», da contextualização contemporânea do desenvolvimento económico. Por outro lado, tal situação acarretou ainda consequências adicionais - como veremos, houve a necessidade de proceder à opção de não analisar o registo

fundamental de contextualização que se estrutura a partir da historicidade da problemática.



Reforça-se, assim, o carácter necessariamente provisório, aberto e em evolução/maturação do modesto contributo aqui ensaiado. Só esperamos que venha a mostrar ser minimamente proveitoso como ponto de partida para futuras reflexões, pessoais e/ou de outrém.

Em termos de organização da exposição, podemos identificar os seguintes corpos principais:

- No ponto II («Escolhas terminológicas»), procurará ser levado a cabo um esforço de especificação do núcleo terminológico central que informa o nosso trabalho. Nomeadamente, será proposto um entendimento para as noções de «problemática» (A.), «contextos» (B.) e «meta-teorias» (C.).

- No ponto III («Os caminhos de uma percepção pós-positivista»), e em continuidade com a argumentação apresentada em II., será empreendida uma síntese da perspectiva subjacente à nossa postura de investigação meta-teórica, que qualificamos de «pós-positivista». Num primeiro momento, procuraremos situar essa perspectiva no âmbito dos debates metodológicos e epistemológicos gerais, através de uma breve caracterização das posições positivistas e dos diversos momentos em que se consubstancia a sua superação (A.). De seguida, centraremos a nossa atenção na forma como a metodologia da ciência económica se tem posicionado face à discussão geral apresentada (B.).

- No ponto IV («A contemporaneidade da problemática»), será ensaiado um exercício de contextualização da problemática do desenvolvimento económico no registo da contemporaneidade, focando a atenção em torno de quatro áreas principais - a busca de uma caracterização geral para as actuais dinâmicas de globalização (A.); a apresentação de

algumas questões associadas à dimensão ecológica do desenvolvimento (B.); o problema da articulação política do desenvolvimento, que actualmente é indissociável da discussão da tendência para a democratização (C.); a referência à extensão cultural do desenvolvimento, que remete para o debate acerca do universalismo (D.).

- Finalmente, no ponto V («Abertura Final»), serão, de forma muito sucinta, apresentadas algumas reflexões finais que procuram expressar a confluência de preocupações e ópticas que dão forma a este trabalho.

Antes de passarmos ao texto, uma última observação: optámos por traduzir todas as citações em línguas estrangeiras, o que, se facilita as condições de leitura e exposição, implica igualmente a perda da riqueza de detalhe que só a transmissão das formulações na sua língua original pode oferecer.

II. ESCOLHAS TERMINOLÓGICAS

Como o próprio título deixa entrever, é objectivo primeiro desta Dissertação procurar transmitir um conjunto de elementos que, a partir de uma perspectiva meta-teórica, apontem para a contextualização da problemática do desenvolvimento económico.

Mas o que significamos mais precisamente ao considerarmos o desenvolvimento enquanto *problemática*? De que maneira o entendimento da problematicidade (do desenvolvimento...) remete para determinadas escolhas concretas em termos do esforço de *contextualização*? Que *démarche meta-teórica* aqui prosseguimos e como caracterizá-la enquanto campo argumentativo privilegiado? É a resposta a estas interrogações seminais que seguidamente procuraremos ensaiar, numa tentativa de promover a especificação do núcleo central da terminologia empregue, com o propósito de melhorar as condições de inteligibilidade da exposição analítica subsequente.

A.PROBLEMÁTICAS

O termo «problemática» é correntemente entendido como significando o conjunto de «problemas» ou «questões» que estão associadas a um determinado tema. Esta formulação, não obstante o seu elevado grau de generalidade, permite desde logo perceber alguns dos aspectos centrais associados à noção de problemática (ou, pelo menos, à sua denotação particular que aqui nos interessa reter), que poderemos para já agrupar em torno de duas ideias:

- a ênfase no exercício da problematização, intimamente associada à valorização de uma atitude crítica face ao campo temático particular donde emerge uma dada problemática;

- a postura estruturantemente dialógica a que o acto interrogativo obriga, pela sua dinâmica circular própria¹ - aos problemas/questões corresponderá em princípio uma resposta, por sua vez passível de nova problematização/questionamento².

Mas qual a incidência concreta da utilização da problemática em termos de espaços e momentos de análise, que pontos de observação serão pertinentes para a sua compreensão?

Comecemos por notar que a origem do conceito (de problemática) pode ser traçada até à antropologia estruturalista francesa, referindo-se «a uma área/objecto de estudo e aos meios de inquérito particulares empregues

¹O que poderemos designar como concepção interrogativa ou «erotética» (do grego *erotesis*) de racionalidade (vd. Carrilho, 1993, p.36).

² Para empregar os termos de Richard Rorty, trata-se de centrar a abordagem numa «filosofia da conversação», isto é, «ver a sabedoria como consistindo na capacidade de sustentar uma conversação» (Rorty, 1979, p.292).

na sua análise» (Siitonen, 1990, p.iii)³. Daqui decorrem toda uma pluralidade de dimensões e momentos de análise relevantes, que poderemos agrupar em torno de três eixos principais: o universo empírico, ou «espaço real», (re)coberto pela «área/objecto de estudo» a que se reporta a problemática; as estratégias e práticas discursivas, designadamente de âmbito científico (ou, pelo menos, que presumem para si próprias um estatuto de cientificidade), que se referem (directa ou indirectamente) a esse «espaço», procurando a sua configuração morfológica; o plano de inquérito que visa a transcendência/integração dos dois níveis analíticos anteriores, que poderemos designar por plano simbólico, meta-discursivo, ou de fundamentação das representações e concepções - aqui se procura perceber a operação das mutações mais decisivas no percurso semântico de uma problemática, designadamente no que diz respeito aos complexos processos de escolha que estão subjacentes à formação (e às metamorfoses) de uma área/objecto de estudos individualizada e da discursividade específica que lhe está associada.

Próxima desta concepção de problemática, e já no campo da reflexão acerca do desenvolvimento económico, está a proposta de Jean-François Bare para a análise do desenvolvimento enquanto categoria de um «sistema semântico» (Bare, 1988).

Para o autor, o nível imediato de percepção da «categoria semântica» desenvolvimento está na sua identificação como «categoria semântica minimal» - «...não fazer sentido senão dentro de um ambiente lógico-

³ Neste seu trabalho, Lauri Siitonen faz uma consistente utilização do conceito de problemática na análise do domínio da cooperação internacional; a problemática da cooperação internacional apresenta, entretanto, múltiplas e evidentes relações de vizinhança (e até de alguma sobreposição) com a problemática do desenvolvimento económico, o que só reforça, para a nossa análise, o interesse do texto do autor finlandês.

semântico particular (um ‘sistema’ ligado a regras de acordo, ou síntaxes)» (p.252). Pode aqui estabelecer-se um paralelo com o domínio das «estratégias e práticas discursivas» atrás identificado, uma vez que estas podem precisamente entender-se enquanto operando a partir de um «ambiente lógico-semântico particular» - que, no caso vertente, se identifica com a ciência económica e, mais concretamente, com uma sua subdisciplina, a economia do desenvolvimento.

No entanto, como nota de imediato Bare, apesar de uma «atenção particular à noção de categoria semântica minimal», importa fazer notar que «se a palavra tem um sentido específico na economia política⁴, parece impossível definir uma fronteira incontestável entre esta e outras noções que nos transmite a história das ideias económicas: é um caso arquetípico de sistema semântico» (p.252). Podemos fazer corresponder a arquitectura deste «sistema semântico» à pesquisa acerca dos mecanismos de fundamentação das escolhas conceptuais, ao «nível simbólico» atrás enunciado, estreitamente associado a um conjunto de processos de diferenciação (estabelecimento de relações de contraposição ou adjacência) e apropriação/re-apropriação (estabelecimento de relações de identificação ou filiação) por referência ao conjunto de ideias que faz parte da herança histórica intelectual de um domínio de discursividade (neste caso, um domínio de tipo científico-disciplinar, o da ciência económica)⁵.

⁴ Esta posição, afirmando a unicidade do sentido do desenvolvimento nas literaturas económicas, parece-nos altamente questionável, quer façamos recurso a uma análise diacrónica (o percurso semântico do desenvolvimento, com as suas diversas cambiantes) ou a uma análise sincrónica (a estrutura semântica do desenvolvimento num dado momento, com as ênfases particulares que decorrem dos múltiplos usos do conceito) - quanto muito, poderão ser invocados os **múltiplos sentidos específicos da palavra na «economia política»**.

⁵ Diga-se que esta sistematicidade semântica vai muito além das relações que se estabelecem entre as diversas problemáticas que, historicamente ou num momento dado, podem ser enquadradas num determinado domínio científico-disciplinar;

Como síntese desta breve apresentação e discussão do entendimento da noção de problemática, atentemos às palavras que, a partir de uma análise da problematicidade filosófica (mas que pode estender-se ao campo científico, nomeadamente das ciências humanas ou sociais), nos oferece M.M.^a Carrilho: «Uma problemática é fundamentalmente um *nó de problemas*. A sua constituição e o seu desenvolvimento decorrem da tematização da *interdependência* que dá forma a esse nó, devendo ela, no mínimo, mostrar que a formulação de um problema depende de outros problemas que, por sua vez, ela pode afectar e alterar. Neste sentido, a constituição de uma problemática implica sempre a *nuclearização* de um problema e a *periferização* de vários outros» (Carrilho, 1993, p.31).

Prosseguindo ainda com o importante trabalho de Carrilho, façamos notar a diferenciação entre *problemáticas fechadas* e *problemáticas abertas* que este apresenta (Carrilho, 1993, p.35). As primeiras seriam caracterizadas «pela estabilidade das temáticas e pela identidade dos problemas», as segundas «pela dinâmica das tematizações e pela mobilidade e transformação dos problemas»; para além disso, distinguem-se pelos «vínculos que, em cada caso, as ligam à tradição e à comunidade», ou seja, pelas diferentes formas de articulação contextual que desenvolvem.

No âmbito desta distinção, importa desde já assinalar que a nossa percepção da problemática do desenvolvimento económico aponta decididamente para a sua consideração enquanto problemática aberta. Aliás, todo o nossa análise está precisamente orientada para a tentativa de observação e compreensão do dinamismo dos diversos «problemas» e «tematizações» que a atravessam.

designadamente, importa salientar o papel que desempenham as ideias e práticas (estruturadas enquanto problemáticas ou não) que provém de outros níveis de discursividade científica (e não só no âmbito das ciências sociais e humanas...), bem como de campos extra-científicos.



B. CONTEXTOS.

A situação em contexto de uma dada problemática refere-se à especificação das condições concretas em torno das quais emergem as estratégias e práticas discursivas que configuram essa problemática. Esta especificidade contextual, de natureza intrinsecamente multi-dimensional, mantém com a dinâmica da problemática uma interação complexa, não se limitando, *a montante*, a estabelecer o quadro de referência que condiciona/determina um determinado percurso para a problemática, ou, *a jusante*, a ser uma «cadeia de transmissão», ainda que adaptativa, da dinâmica supostamente autónoma da problemática. A sua presença é, por assim dizer, transversal e constitutiva.

Importa desde já fazer notar que esta formulação envolve um certo tipo de posicionamento face ao modo usual de consideração do contexto no âmbito dos estudos sobre o conhecimento científico, assente na dicotomia contexto de justificação/ contexto de descoberta.

Esta dicotomia assenta na ideia de que é possível estabelecer uma demarcação clara entre, por um lado, a lógica interna, os critérios formais, as regras ordenadas do método, que determinam a posição e a validade/relevância de um enunciado científico (contexto de justificação), e, por outro lado, a génese concreta do conhecimento científico, as suas dimensões pessoais, institucionais e sociais (contexto de descoberta). Tal separabilidade exigiria formas de análise distintas, correspondendo à instauração de uma certa divisão de trabalho entre disciplinas: a elucidação do contexto de justificação seria do âmbito da epistemologia ou filosofia

das ciências; quanto ao contexto de descoberta, o seu tratamento caberia à psicologia ou sociologia do conhecimento⁶.

Ao defendermos o carácter constitutivo e transversal que o contexto assume face às estratégias e práticas discursivas que delimitam as problemáticas científicas, apontamos para a elisão da polaridade contexto de justificação/contexto de descoberta. Na esteira da argumentação desenvolvida por autores como Thomas S. Kuhn (1977, pp.323-352) e Paul Feyerabend (1988, pp.194-196), podemos notar que o tipo de reconstrução racional que supõem as análises centradas no contexto de justificação é incompatível com a observação do percurso histórico daquilo a que hoje chamamos ciência(s), com a forma de proceder concreta dos cientistas, com aquilo que eles realmente fazem (ou fizeram). Por outro lado, apontar exclusivamente para o contexto de descoberta seria abrir a possibilidade a uma visão determinista da prática científica como mero reflexo do ambiente circundante⁷, sem a devida atenção às regras e mecanismos retóricos específicos que diferenciam os diversos domínios disciplinares, elementos cuja consideração (pela adesão, pela apropriação selectiva ou pela negação e reconstrução) se revela determinante para a constituição dos atributos de cientificidade de um dado enunciado.

Neste quadro, a chamada de atenção para a necessidade de superar, de transcender, esta dicotomia não se apoia na perda de significância dos aspectos contextuais que lhe dão conteúdo (embora, designadamente no que se refere ao contexto de justificação, possa implicar a sua transfiguração).

⁶ Esta seria, por um lado, a proposta popperiana para o entendimento da questão (cf. Blaug, 1992, p.15), proposta que, já no campo sociológico, seria partilhada por Merton (cf. Sousa Santos, 1990, p.145).

⁷ Ou, pior, cair no estudo «hagiográfico» da ciência, atribuindo o trabalho científico aos percursos e idiossincrasias pessoais dos cientistas.

Ao contrário, importa realçar a permanência de toda uma diversidade de elementos contextuais e suas formas específicas de articulação, configurando uma «sistematicidade contextual» que permeia todo o conhecimento científico.

As implicações desta permeabilidade sistémica do conhecimento científico ao seu contexto são mais claras se invocarmos a prevalência de uma posição pós-positivista/pós-moderna (que será adiante, e em diversas instâncias, retomada e especificada). No seguimento de Lyotard (1979), trata-se de afirmar a erosão das condições de aceitabilidade das metanarrativas de legitimação do saber, designadamente as que sustentaram a construção da ciência moderna. Não sendo mais possível recorrer à realidade a-histórica e a-temporal construída por um metadiscurso legitimador (emanando essencialmente das filosofias de ciência de inspiração positivista e das suas diversas variantes e sequelas, com a sua retórica totalitária da ciência-verdade⁸), a mediação do contexto surge como imprescindível no estabelecimento do «valor» e do sentido dos enunciados científicos, no estabelecimento das condições da sua inteligibilidade - «inteligibilidade» que, neste quadro, se entende enquanto «articulação entre os problemas e as respostas no espaço dinâmico das respectivas problemáticas» (Carrilho, 1993, p.42).

As condições de inteligibilidade do espaço problemático, no quadro da des-legitimação das grandes narrativas, acabam por fazer apelo à «racionalidade erótica», ou «filosofia da conversação», que atrás apontámos como definidora da própria instauração da problematicidade. Assim, para Rorty (1979), se ultrapassarmos a ideia «do conhecimento como montagem de representações exactas (...), se o conhecimento *não* for

⁸ «Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas» (Sousa Santos, 1988, pp.10-11).

concebido como representações no Espelho da Natureza» (pp.132-133), emergirá então «a conversação como contexto último em que o conhecimento deve ser compreendido» (p.300).

Mas em que direcção deveremos canalizar o esforço interrogativo, dialógico, onde se joga a sistematicidade contextual? Quais os *loci* de análise privilegiados para o estabelecimento da «conversação contextualizadora»?

Neste âmbito, julgamos ser convincente a defesa da tomada em consideração de dois registos precisos de contextualização, o da historicidade e o da contemporaneidade - as (novas) condições de inteligibilidade exigem/permitem «conceber a tensão problemática como uma nova articulação entre historicidade e contemporaneidade» (Carrilho, 1993, p.42).

Dadas as limitações inerentes ao tipo de trabalho que presentemente nos ocupa, foi necessário proceder a uma escolha fundamental. Como seria impossível um tratamento minimamente adequado dos dois eixos de contextualização que assim emergem, o da historicidade e o da contemporaneidade, optámos por centrar a nossa atenção no segundo destes campos.

Assim, procuraremos observar a dinâmica contemporânea de contextualização através da exploração das articulações que a problemática do desenvolvimento estabelece com alguns dos debates centrais dos anos 90, que agruparemos em quatro tópicos: «globalização», «ambiente», «política» e «cultura». Daqui decorre de imediato a exigência de, para retomar as palavras de António Figueiredo e Carlos Costa, «transcender os limites estreitos da economia do (sub)desenvolvimento, aceitando as implicações mas também os desafios e os riscos associados às exigências da inter(pluri)disciplinaridade» (Figueiredo e Costa, 1982, p.58). Tal não significa ainda que, como veremos, o olhar histórico esteja ausente na nossa abordagem ao eixo da contemporaneidade; quanto mais não seja, ao nível

de uma «história imediata» ou mesmo de uma «história de antecipação» (M'Bah, 1994, pp.24-26)⁹.

Mas, uma vez que o tratamento da historicidade da problemática não será passível de posteriores aprofundamentos, gostaríamos de deixar aqui algumas notas sobre a orientação geral que um tal estudo poderá assumir.

O surgimento das práticas discursivas sistemáticas reclamando explicitamente o estudo do desenvolvimento económico dá-se a partir do fim da II Guerra Mundial, com a autonomização de uma nova subdisciplina da ciência económica, a economia do desenvolvimento. Assim, um olhar sobre a historicidade própria da problemática pode, com vantagem, associar-se aos processos subjacentes à génese formativa e posteriores trajectórias evolutivas da «formação discursiva»¹⁰ economia do desenvolvimento. O ponto de observação privilegiado, neste quadro, é o dos movimentos que delimitam o sentido e vão dando forma ao(s) seu(s) objecto(s) de estudo, procurando então apreender o «jogo de relações» que suporta a dinâmica histórica de estruturação conceptual da problemática. Estes movimentos representam uma expressão particularmente sensível da tensão problemática que procuramos captar; é nas práticas e estratégias discursivas que incidem sobre um determinado objecto de estudo, que o

⁹De salientar que o autor faz estas propostas no quadro específico da questão do desenvolvimento em África: «para as sociedades africanas em plena mutação, confrontadas com enormes desafios, a informação e reflexão históricas constituem uma alavanca poderosa com vista a um 'rearmamento moral' pelo desenvolvimento» (M'Bah, 1994, p.26).

¹⁰«Uma formação discursiva será individualizada se podermos definir o sistema de formação das diferentes estratégias que aí se desdobram; por outros termos, se podermos mostrar como elas derivam todas (apesar da sua diversidade por vezes extrema, apesar da sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações» (Foucault, 1969, p.91).

constituem e delimitam permanentemente, que manifestamente emerge o processo dialógico que dá forma e sentido à problematicidade

A contextualização no eixo da historicidade deste sentido da dinâmica da problemática tem como elemento informador privilegiado o recurso à história do pensamento económico, ou mais concretamente à história do pensamento sobre o desenvolvimento económico. A preocupação central deverá ser a de procurar tornar visíveis elementos de homogeneização e diferenciação do vastíssimo conjunto de ideias, práticas e teorias que foram constituindo historicamente a problemática do desenvolvimento económico, procurando a articulação deste conjunto com o contexto geral donde a sua produção emerge. Ou seja, retomando as palavras de Alexandre Koyré, o esforço histórico deverá orientar-se para a «unidade real da actividade científica - pensamento activo e acção pensante - ligada no seu desenvolvimento às sociedades que lhe deram origem e alimentaram ou entravaram o seu desenvolvimento, e sobre a história das quais ela, por sua vez, exerceu uma acção» (cit. em Carrilho, 1979b, pp.21-22). Assim, pensamos sobretudo numa «relação activa» com o material histórico no seguimento da proposta que Jean-Paul de Gaudemar (1978) nos apresenta (no contexto específico da história do pensamento económico) - numa história que seja «interrogação positiva, criativa, do nosso património teórico» (p.661), não considerando, entretanto, os textos «fora do sistema de relações materiais que permitiu a sua estruturação, a sua constituição, a sua produção» (p.663).

Para retomar os termos de Michel Foucault, autor que Gaudemar explicitamente segue, trata-se de promover «uma descrição arqueológica das formações discursivas (...), procurando descobrir todo esse domínio das instituições, dos processos económicos, das relações sociais sobre os quais pode articular-se uma formação discursiva (...), o que ela procura trazer à luz do dia, é esse nível singular onde a história pode dar lugar a tipos definidos de discursos, que têm eles mesmo o seu próprio tipo de

historicidade; e que estão em relação com todo um conjunto de historicidades diversas» (Foucault, 1969, p.215)¹¹.

C.META-TEORIAS

A discussão precedente acerca das problemáticas e, sobretudo, dos contextos já deixou perceber a presença do campo de análise e argumentação central para a articulação da discussão que aqui propomos: o estudo dos problemas de conhecimento do conhecimento, a dimensão meta-teórica.

Um melhor esclarecimento da forma como percebemos o exercício meta-teórico, bem como a sua tradução concreta na análise de contextualização da problemática, será adiante prosseguido, designadamente aquando da referência aos momentos centrais das controvérsias metodológicas/epistemológicas gerais que atravessam (ou

¹¹ Não entrando embora nas subtilezas e complexidades subjacentes à proposta de Foucault, existem alguns estudos disponíveis que poderão fornecer um excelente quadro de partida para uma abordagem da historicidade da problemática ao nível da história do pensamento sobre o desenvolvimento: como sínteses gerais podem apontar-se, para a tradição anglo-americana, os trabalhos de H.W.Arndt (1981,1985,1987). e, para a tradição francófona o texto de Philippe Hugon (1991b); para uma perspetivação das trajectórias teóricas e ideológicas do pensamento sobre o desenvolvimento (e da sua articulação), refira-se o trabalho de Goran Hydén (1994); o texto de Gerald Meier (1984) fornece uma introdução ao contexto geral que caracteriza a emergência do pensamento sobre o desenvolvimento no pós-guerra; finalmente, e para não tornar a listagem demasiado longa, uma referência ao texto de Grellet (1992) que apresenta uma abordagem comparativa de duas «ortodoxias», a que dominou nos anos 50/60 («estruturalista») e a que marca os anos 80 («neo-liberal»).

atravessaram) o campo das ciências sociais, à forma como tais controvérsias têm sido apreendidas pela metodologia da ciência económica no seu percurso individual, às escolhas metodológicas subjacentes à análise dos registos de contextualização (historicidade/contemporaneidade).

Para já, gostaríamos de começar por destacar que a ideia de meta-teoria que aqui se retém é fortemente tributária da proposta de Serge-Christophe Kolm (1990) para a constituição de uma «auto-metodologia da ciência económica», que o autor designa de «meta-economia». Procuraremos, seguidamente, reconstituir os pontos centrais da argumentação do autor, na esperança de assim fixar algumas ideias delimitadoras para a nossa própria *démarche*.

O ponto de partida de Kolm é a recusa da argumentação convencional da metodologia da economia, o que se consubstancia na defesa de uma posição de «poliarquia epistémica e metodológica» face às filosofias da ciência estabelecidas (pp.1-4). Neste quadro, a meta-ciência compreende «aquilo que o homem de ciência se vê fazer com o objectivo de fazer o melhor» (p.6), constituindo-se enquanto actividade crítica que pretende elucidar o trabalho científico (sobretudo ao nível teórico), uma «crítica informada, científica e construtiva (...), é mesmo, essencialmente, uma auto-crítica» (p.7). Embora o autor aponte muito justamente para os ganhos em termos de «reflexividade» e «auto-referencialidade» que uma tal actividade crítica pode trazer para a disciplina¹², não deixa porém de fazer notar as dificuldades com que a empresa se depara: por um lado, devido ao seu carácter anti-sistémico, isto é, à atitude perturbadora face «ao conforto intelectual e à ordem social da disciplina» (p.8); por outro lado, pela amplitude e dispersão dos conhecimentos e modos de pensar que este tipo

¹² Aspecto de importância central, considerando que a reflexividade se apresenta como um dos requisitos principais (porventura o de maior alcance) de eficácia institucional nas actuais condições de «modernidade tardia» (cf. Giddens, 1990).

de análise necessariamente mobiliza - o recurso a «outros campos, como a filosofia, a lógica, a ética, a psicologia ou a sociologia» (p.8).

As três vertentes principais da meta-economia/meta-ciência são as seguintes:

- Como efeito imediato da prossecução da análise auto-crítica de base, resulta a meta-ciência enquanto *conhecimento de si/auto-conhecimento* da ciência.

- Partindo dos resultados desse auto-conhecimento, a meta-ciência deverá laborar no sentido da articulação de uma *ética da prática científica*; ética que se apresenta com dois níveis distintos de autonomia: é uma «auto-ética» («no sentido kantiano de ser elaborada por aquele que vai agir segundo essa ética», p.8); deverá servir explicitamente os fins teóricos da ciência económica, constituindo-se, pelo seu papel mediador, como condição para o aumento da sua eficácia/operacionalidade.

- Finalmente, e a partir do cruzamento entre o conhecimento que faz de si mesma e a avaliação ética, deverá a meta-ciência procurar afirmar-se como *consciência da ciência*.

Seguidamente, e após a reiteração do diagnóstico de «carência auto-metodológica» da ciência económica e da identificação e análise sintética dos seus «problemas fundamentais»¹³, Kolm propõe as duas estratégias fundamentais para a ciência económica que resultam das suas investigações: a «*saida da fortaleza*» e a «*procura das suas fundações*» (p.15).

¹³ Aqui agrupados em torno das seguintes categorias: a visão fundamental do mundo, a lógica da descoberta, a explicação e as suas escolhas, a não-separabilidade do económico, a normatividade da economia, o motor social da ciência e o método de conjunto (p.15).

No primeiro caso, trata-se de considerar que «como não há senão um Homem, de que todos os aspectos são interdependentes (...), não há senão uma ciência do Homem, uma única ciência social» (p.41) - assim, a ciência económica deverá abrir-se aos campos disciplinares vizinhos, empenhando-se na convergência dos saberes e modos de pensar no domínio do conhecimento sobre o homem e a sociedade.

Quanto à segunda estratégia procura, por meio de um aprofundamento do debate que Kolm situa ao nível metodológico/epistemológico (mas que poderíamos estender, com vantagem, ao tratamento reflexivo da historicidade da disciplina), a constituição de «uma consciência científica autónoma, reflectida e filosoficamente informada sobre os fins e os meios dessa ciência» (p.15).

Em síntese, podemos afirmar que a meta-economia representa, portanto, um elemento informador da actividade científica inscrito na articulação de movimentos de dois tipos: o auto-aprofundamento da ciência económica e a busca de um melhor diálogo entre as diversas disciplinas que compõem o domínio das ciências (implicando eventualmente o esbatimento das fronteiras disciplinares, avançando na unificação do campo).

Aceitando na generalidade a «ideia meta-económica» de Kolm como identificadora dos princípios condutores que sustentam a nossa própria abordagem meta-teórica¹⁴, gostaríamos de qualificar a discussão quanto a

¹⁴ A opção por qualificar a nossa investigação como «meta-teórica», e não como «meta-económica» como resulta da proposta de Kolm, reside na nossa convicção quanto à natureza irreduzivelmente multi-dimensional de que se reveste a problemática do desenvolvimento económico, e à conseqüentemente necessária dispersão disciplinar das literaturas mobilizadas. Assim, e apesar de o nosso ponto de partida ser reconhecidamente o domínio disciplinar da economia do desenvolvimento, subdisciplina da ciência económica, julgamos que a utilização do termo meta-teoria responde melhor à caracterologia do exercício que aqui procura empreender-se.

duas ordens de questões que resultam da adopção de posturas analíticas deste tipo.

Em primeiro lugar, podemos observar que a proposta de Kolm supõe um entendimento evolucionário da investigação meta-teórica, com a análise crítica e consequente renovação/superação dos discursos metodológicos e epistemológicos correntemente invocados (designadamente no âmbito da metodologia da economia). Assim, a meta-ciência é, desde logo, uma meta-metodologia¹⁵. Ora estas posições defrontam-se usualmente com um tipo de criticismo que poderemos designar por «objecção da regressão infinita» - ao problematizarmos a metodologia, ela própria já uma reflexão de segundo grau acerca da teoria, desencadeamos um processo circular auto-sustentado que, para além de virtualmente interminável, vai apenas substituindo certezas por dúvidas, tendo como único resultado previsível uma relativização fortemente empobrecedora, a esterelidade do nihilismo. Como resposta, só poderemos argumentar que silenciar *a priori* um qualquer caminho de investigação, agitando as suas consequências eventualmente desestruturantes para as práticas e modos de pensar vigentes, nos parece ser uma atitude de «conservacionismo bloqueador» em notória contradição com os mais elementares princípios do próprio acto do conhecimento¹⁶ - além de

¹⁵ Posições análogas têm sido, no campo da ciência económica, defendidas por outros autores - veja-se, a título de exemplo, o recente texto de Siobhian McGovern (1995), onde se faz o apelo a uma «metodologia da metodologia económica».

¹⁶ Embora saibamos desde Kuhn (1953, 1970) da importante função do dogma na organização do conhecimento científico. Este aspecto está fortemente relacionado com as incidências limitadoras da estruturação disciplinar da actividade científica - como afirmam A.Almodovar e F.Brandão (a partir das posições de Michel Foucault), «o conhecimento científico está fortemente 'policidado' pela organização disciplinar, seja nas suas relações com o exterior (...), seja nas suas relações hierárquicas internas (...). Neste contexto, a primeira barreira a ultrapassar é a da exclusão, a do proibido, pelo que é necessário começar por garantir a

que só o esforço continuado de investigação neste domínio poderá esclarecer acerca dos seus resultados... Assim, apesar de todos os equívocos e complexidades inerentes, de sabermos estar situados sobre um «labirinto de segundos pensamentos» (McGovern, 1995), julgamos que qualquer caminho que vise a tentativa de auto-esclarecimento das práticas científicas é em si compensatório.

Em segundo lugar, como salienta Kolm, o leque de conhecimentos a mobilizar na prossecução desta forma de análise é muito diversificado. Como resposta a essa (necessária) diversidade, e para evitar que a sua não-especificação possa dar lugar a uma indesejável arbitrariedade, propomos aqui uma abordagem meta-teórica que se constitua a partir da articulação de três eixos fundamentais:

- A filosofia das ciências, que constitui o campo próprio da reflexão epistemológica/metodológica; embora tendo presente a crise de legitimação das epistemologias positivistas, não deixa este de ser o lugar central de estruturação de qualquer análise das dinâmicas meta-teóricas, fazendo designadamente apelo a pensamentos filosóficos alternativos à (velha) ortodoxia positivista.

- A história do pensamento científico, aqui naturalmente centrada na história do pensamento económico sobre o desenvolvimento, visando a compreensão das diversas configurações e trajectórias que conduzem a um dado momento da reflexão científica, procurando traduzir o seu incontornável enraizamento histórico.

aceitabilidade de qualquer objecto (e forma) de estudo» (Almodovar e Brandão, 1994, p.3).

- A sociologia (psicologia, antropologia) da ciência e do conhecimento científico¹⁷, referindo-se ao contributo das ciências sociais para a elucidação das condições concretas de emergência do conhecimento científica e, mais genericamente, a um entendimento mais alargado da ciência como actividade produzida por homens, integrados em instituições¹⁸, por sua vez em relação com outras instituições no contexto de sistemas/formações sociais específicos. Com uma forte componente desarticuladora às análises e reconstruções de pendor mais «idealista» (ou seja, assentes numa suposta dinâmica interna às ideias científicas), é este o eixo de cruzamento privilegiado entre a investigação meta-teórica e a própria *praxis* científica, é aqui que se joga o potencial alcance, as possibilidades de repercussão/reprodução, do desenvolvimento de uma consciência auto-metodológica no seio das comunidades científicas.

¹⁷ Importa fazer notar as diferenças entre a sociologia da ciência convencional (Merton) e a sociologia do conhecimento científico (SSK, segundo as iniciais em inglês); a SSK surgiu na década de 70 transportando consigo dois traços distintivos - a defesa do carácter constitutivamente social de todos os aspectos da ciência (i.e, mesmo o conhecimento científico nos seus aspectos mais técnicos deve ser considerado como um resultado social); o acento no empirismo, nos estudos de caso das práticas científicas concretas (passadas ou presentes), muitas vezes de âmbito deliberadamente microsociológico; de um modo geral, pode afirmar-se que o movimento crucial que informa esta *démarche* é a passagem «da ciência como conhecimento à ciência como prática» (cf. Pickering, 1992b).

¹⁸ Para retomar a definição do institucionalista americano J.R. Commons, uma instituição é «acção colectiva no controlo da acção individual» (cit. em Bruton, 1985, p.1105).

III. OS CAMINHOS DE UMA PERCEPÇÃO PÓS-POSITIVISTA.

As considerações antecedentes sobre os elementos-chave da terminologia estruturadora deste trabalho apontaram já para a presença de uma posição de cariz pós-positivista (ou pós-moderno), como princípio informador e organizador da nossa investigação meta-teórica.

É esta «percepção pós-positivista» que seguidamente, em esboço de natureza necessariamente sintética, procuraremos qualificar, centrando a nossa atenção, primeiro, na observação da sua emergência no seio das narrativas epistemológicas/metodológicas gerais e, num segundo momento, na forma como o domínio concreto da metodologia da economia tem sabido dar sinais de incorporação destes desenvolvimentos.

A.O(S) POSITIVISMO(S) E A SUA SUPERAÇÃO.

O debate positivismo/pós-positivismo desenvolve-se sobretudo a partir do campo da filosofia das ciências, tomado no sentido alargado de

«entendimento da (...) natureza e métodos» da actividade científica (Outhwaite, 1987, p.1). Esta perspectiva abrangente da filosofia das ciências já denota, de resto, uma concepção pós-positivista (a análise e debate acerca da «natureza», da fundamentação e enraizamento das ciências; a ênfase no carácter plural dos métodos), pelo que se adequa bem à orientação geral que preside à nossa própria *démarche* meta-teórica - está, por exemplo, em concordância com os princípios subjacentes à já abordada proposta de investigação meta-económica que Kolm (1990) avança.

Mas antes de lançar um olhar mais atento sobre as reivindicações pós-positivistas, importa esboçar um quadro sintético do que entemos por «positivismo» na filosofia das ciências. Neste sentido, e seguindo a valiosa síntese de William Outhwaite (1987), podemos distinguir três variantes principais do positivismo, historicamente identificadas: o primeiro positivismo do início do século XIX; o «positivismo lógico» do princípio do século XX; a «*standard view*» de meados deste século.

1. O grande impulsionador das formulações originais do início do século passado foi o pensador francês Auguste Comte, considerado como o «pai do positivismo». A argumentação de Comte assenta na constituição de uma filosofia da história que permitiria a apreensão da «grande lei fundamental» que preside «desenvolvimento total da inteligência humana», postulando a sucessão evolutiva de «...três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstracto, o estado científico ou positivo» (Comte, 1830, pp.4-6)¹⁹. A preocupação dominante

¹⁹ É certamente pelo reconhecimento da centralidade da filosofia da história no empreendimento de Comte e dos primeiros positivistas, que Outhwaite apresenta este campo como exemplo do debate suscitado pelo programa filosófico positivista - é designadamente estabelecido o contraste entre as posições de H.T. Buckle (defendendo «a necessidade de uma ciência da história baseada na operação de leis universais») e J.G. Droysen (criticando o «positivismo crasso» e sublinhando a

é, pois, a valorização do conhecimento «positivo» que, contrariamente às concepções teológicas e/ou metafísicas, se caracteriza pelo seu carácter hierárquico e metodologicamente unificado, baseando-se em leis causais produto da observação.

O pensamento de Comte visava explicitamente promover a análise positiva da sociedade, propondo a criação de uma ciência da sociedade a que deu o nome, esclarecedor quanto ao modelo de cientificidade subjacente, de «Física Social»²⁰ - no que para muitos autores é considerado como o movimento fundador da sociologia²¹. Por outro lado, Comte não esquece a articulação entre o conhecimento e acção política, reclamando uma intervenção social, de «reorganização da sociedade», portadora do novo espírito positivo (vd. Comte, 1822), no que pode ver-se a influência do seu mestre Saint-Simon.

dualidade entre as ciências naturais e as da mente/espírito) (cf. Outhwaite, 1987, pp.5-6). Para uma crítica devastadora das pretensões da filosofia da ciência positivista no campo da história, destaque-se o clássico trabalho de R.G. Collingwood (1935).

²⁰ Importa notar que o próprio Comte estava consciente das diferenças entre o estudo da sociedade e a «filosofia natural» - embora as entedesse, caracteristicamente, num registo evolutivo: «As concepções que procurarei expor relativamente ao estudo dos fenómenos sociais (...) não podem pretender dar imediatamente à física social o mesmo grau de perfeição da filosofia natural, o que seria quimérico, pois estes apresentam já entre si, neste ponto, uma extrema desigualdade.» (Comte, 1830, p.19).

²¹ Na verdade, Comte teria em mente uma concepção de ciência social que abarcava a sociedade como um todo - refractária, portanto, ao quadro de «divisão de trabalho» entre as várias disciplinas (uma das quais a sociologia) que viria a marcar a efectiva emergência e institucionalização do estudo científico da sociedade.

2. O «positivismo lógico» do Círculo de Viena²², sob a égide de Moritz Schlick, tomou forma nas primeiras décadas do nosso século. A partir de uma teoria da linguagem que estabelece a ausência de sentido para todas as proposições sobre o mundo que não possam ser empiricamente testadas, defendem a «unidade da ciência» por meio da possibilidade de transposição lógica das leis científicas, uma vez os seus enunciados devidamente traduzidos na meta-linguagem proposta - o que, mais concretamente, convidava à redução de todas as leis científicas às leis da física, dado serem estas a possuir o mais elevado grau de generalidade.

Tendo como base a listagem-síntese dos princípios do positivismo lógico elaborada por Hollis e Nell²³, podemos ver os temas centrais em

²² Designação que mantemos apesar de, como aponta Outhwaite (1987, p.6), «estes filósofos preferirem evitar o termo positivismo, pois consideram a filosofia da história de Comte como sendo ela própria metafísica» - pelo que este autor opta pela designação alternativa de «empirismo lógico».

²³ «1. As pretensões de conhecimento do mundo são justificadas exclusivamente pela experiência.

2. O que se conhece pela via experimental não pode conhecer-se por outra forma.

3. Todos os enunciados com um sentido cognitivo ou são analíticos (sendo a sua validade determinada unicamente pelo significado dos conceitos) ou são sintéticos (sendo a sua validade determinada pelos factos experimentais).

4. Os enunciados sintéticos, sendo refutáveis, não podem ser conhecidos *a priori*.

5. Os enunciados analíticos não têm conteúdo factual.

6. As deduções analíticas são, por convenção verdadeiras.

7. Uma lei causal consiste numa hipótese que foi confirmada empiricamente de forma adequada.

8. Uma teoria é testada pelo sucesso das suas previsões.

9. Os juízos de valor não têm lugar na ciência.

10. As ciências distinguem-se pelo objecto e não pelo método » (cit. em Canterbury e Burkhardt, 1983, pp.17-18).

torno dos quais se estruturam os critérios de cientificidade propostos, que permitem diferenciar a «ciência» da «metafísica»:

- A distinção entre enunciados sintéticos (cuja validade deverá ser testada/ confirmada empiricamente, pela experimentação e/ou previsão) e analíticos (produto da dedução lógica de conceitos).

- A separação entre ciência e ética (o domínio dos juízos de valor), entre objectividade científica e subjectividade normativa, questão que igualmente remete para o argumento do verificacionismo²⁴.

- A proclamação da unidade da ciência pela via da sua adesão às regras e prescrições metodológicas, de aplicação supostamente universal, que definem o método científico, sendo a diversidade disciplinar justificada exclusivamente pela incidência sobre diferentes objectos de estudo. Este programa de unificação metodológica aspira a cumprir uma certa ideia de ciência, em que «a ciência convirga para uma única teoria verdadeira, um quadro explicatório único do universo» (Putnam, 1989, p.12)²⁵.

²⁴ Para Hillary Putnam (1989), a «dicotomia facto/valor» do positivismo lógico assenta na ideia de que os «enunciados científicos (para além da lógica e da matemática pura) são ‘empiricamente verificáveis’ e os juízos de valor são ‘não-verificáveis’» (p.1); esta é, pois, uma posição de «não-cognitismo», da defesa do princípio de que «os enunciados éticos são ‘não-cognitivos’, isto é, não são verdadeiros nem falsos» (p.4).

²⁵ Uma expressão extrema, e por isso mesmo particularmente elucidativa, desta visão da ciência está no que Philip Mirowski chama de «sonho laplaceano»: «...Um intelecto que, a dado momento, conhecesse todas as forças naturais actuates e a posição de todas as coisas que constituem o mundo - supondo que esse intelecto fosse suficientemente vasto para poder analisar toda esta informação - poderia reunir *na mesma fórmula* os movimentos dos maiores corpos do universo, bem como os dos mais pequenos átomos; para si, *nada seria incerto* e o futuro, como o passado, estaria ao alcance da sua visão» (Laplace, cit. em Mirowski, 1989, p.27 - itálicos nossos).

3. A chamada *standard view* na filosofia das ciências²⁶, que surge essencialmente em contextos de expressão anglo-saxónica em meados do século XX. Esta «corrente» pode legitimamente considerar-se na continuidade dos trabalhos do Círculo de Viena - entre os seus mais representativos defensores estão autores como Karl Popper, Rudolf Carnap, Carl Hempel e Ernst Nagel, todos eles originários da Europa Central e emigrados para os Estados Unidos ou para a Inglaterra.

A influência dos trabalhos destes e de outros autores vai ser determinante para o estabelecimento da «*law-explanation orthodoxy*» - através do chamado modelo hipotético-dedutivo²⁷ é estabelecido o ideal metodológico de explicação científica, para o qual tudo aquilo que se reivindica como «ciência» deve convergir (sob pena de se lhe ver negada a própria cientificidade).

Entre as sofisticações do programa do positivismo lógico introduzidas por estes autores, podemos destacar, desde logo, o abandono generalizado da ideia de que todas as ciências são redutíveis à física, ou a uma qualquer outra meta-linguagem - o que não implica, de modo algum, a perda de centralidade da física, que continua a fornecer o ideal de explicação científica.

Por outro lado, merece ainda referência o bem conhecido critério da falsificabilidade defendido por Popper. Este autor propõe a substituição do

²⁶ O que McCloskey, por particular referência à ciência económica, chama de «credo do Método Científico» ou «*Received View*» (McCloskey, 1983, p.484).

²⁷ O modelo hipotético-dedutivo pode ser descrito da seguinte forma: «A explicação científica requiere sempre que hipóteses específicas sejam deduzidas de um conjunto de leis combinadas com enunciados de condições antecedentes que descrevem factos relevantes acerca do mundo. A hipótese deduzida é então sujeita a verificação empírica por observação directa ou inferência estatística. A hipótese é finalmente aceite como confirmada ou rejeitada como não-confirmada» (Wilber, 1986, p.143).

verificacionismo (uma teoria é válida se for confirmada pelos factos), pelo falsificacionismo (uma teoria é válida enquanto não for contrariada pelos factos). Assim, o critério central de cientificidade, que permite distinguir «ciência» e «metafísica», passa a ser a formulação de enunciados teóricos que, pelo menos tendencialmente, possam ser falsificáveis²⁸ (cf. Popper, 1983). Neste contexto, a «verdade» passa a ser algo de essencialmente provisório, sendo o conhecimento construído por um processo de *trial and error*.

Como síntese desta brevíssima digressão pela história das filosofias da ciência positivista, importa reter a imagem geral que a posição positivista²⁹ transmite do conhecimento científico - como afirma Kolakowski, o positivismo «representa uma certa atitude filosófica para com o conhecimento humano... é uma atitude normativa... uma colecção de proibições acerca do conhecimento humano, destinada a confinar o termo ‘conhecimento’ ou ‘ciência’ aos resultados das operações observáveis na evolução das ciências da natureza modernas» (cit. em Beed, 1991, p.462).

²⁸ Não deixa de ser interessante, do ponto de vista da percepção do posicionamento ideológico do autor, notar que os alvos preferenciais da aplicação do critério da falsificabilidade são o marxismo e a psicanálise, considerados como «dogmas metafísicos». E porque não a teoria económica neoclássica e a sua concepção tautológica de racionalidade?

²⁹ Na verdade é bastante redutor falar de *uma* posição positivista - para além das diferentes ênfases observáveis em cada uma das «variantes» apresentadas, é preciso ter em conta a especificidade dos diversos autores que são vulgarmente classificados como «positivistas»: «As ideias positivistas nunca formaram um todo distinto e coerente; nunca existiu, nem existe agora, uma ‘escola do positivismo’ claramente definida» (Beed, 1991, p.462).

Quando se fala de «crise do positivismo», portanto, surge desde logo a referência às transformações e re-orientações nas «ciências da natureza» (em particular a física³⁰) e na matemática, dado serem estes os domínios do conhecimento que serviram de modelo ao tipo de racionalidade científica proposta pelo positivismo³¹. Neste contexto, podemos, a título ilustrativo, destacar:

- A chamada tese Duhem-Quine³² e o princípio de incerteza de Heisenberg³³, que vêm mostrar que o processo de confrontação empírica, que ocupa um lugar-chave na argumentação positivista, se reveste de um conjunto de subtilezas e complexidades (os resultados da observação não podem dissociar-se de escolhas teóricas prévias, sendo condicionados pela posição do sujeito face ao objecto) que tornam bastante problemática a sua adopção como critério inequívoco de cientificidade.

³⁰ Apesar de ser usualmente colocada no campo das «ciências da natureza», não deixa de ser curioso observar que o processo de constituição da física moderna se faz, em certa medida, «contra» a natureza, da qual estaria mais próxima a física aristotélica: tratou-se de impor uma nova conceptualização da realidade assente na geometrização do espaço e na dissolução do cosmos, «de alterar uma atitude intelectual, bastante natural na generalidade, substituindo-a por uma outra que não o era de modo algum» (Koyré, 1939, p.18).

³¹ «A física matemática constituirá o modelo dominante de racionalidade científica - e a matemática, tornada 'rigorosa' graças a uma sucessão de esforços ao longo dos séculos XIX e XX, tornar-se-á igualmente o novo tipo de ideal de normatividade disciplinar» (Gil, 1978, p.305).

³² Argumentação filosófica introduzida por Pierre Duhem e mais tarde retomada por Willard Quine, salientando que «a ideia de que cada enunciado científico tem o seu conjunto próprio de observações confirmadoras e o seu conjunto próprio de observações não-confirmadoras, independentemente de quais sejam os outros enunciados com que está conjugado, é errada» (Putnam, 1989, p.1).

³³ «... não se pode reduzir simultaneamente os erros de medição da velocidade e da posição das partículas; o que for feito para reduzir o erro de uma das medições aumenta o erro da outra» (Sousa Santos, 1988, p.26).

- A segunda lei da termodinâmica e a noção da irreversibilidade do Tempo. Se a noção da marcha de sentido único que o Tempo efectua desde o passado em direcção ao futuro é um dado central no nosso sistema de percepções, o facto é que quase todas as fórmulas físicas de sucesso, as Leis de Newton e de Maxwell, a relatividade de Einstein, as equações quânticas de Dirac e Schrödinger, todas se mantêm inalteráveis se lhes trocarmos a direcção temporal! (cf. Penrose, 1989, pp. 302-316) A noção de entropia introduzida pela termodinâmica conjuntamente com todas as suas directas inferências, vêm, de certa forma, repor a percepção de como observamos o mundo e salientam a «historicidade» (no sentido de inscrição na duração) de todos os fenómenos (cf. Mirowski, 1989, pp.59-66).

- O conhecido e repetidamente referenciado Teorema de Gödel, que nos anos de 1930/31, provou que qualquer sistema matemático, se suficientemente poderoso para criar autoreferências (e Gödel mostrou que não era preciso muito), não pode ser simultaneamente consistente (qualquer proposição demonstrável a partir de pressupostos verdadeiros é também ela verdadeira) e completa (todas as afirmações verdadeiras podem ser demonstráveis). Gödel, com o seu trabalho, demoliu sem remissão as esperanças de completude acalentadas pelos projectos unificadores da matemática, nomeadamente, os *Principia Mathematica* de Russel e Whitehead, ou o *Entscheidungsproblem* de Hilbert³⁴. Surgiam assim, no interior das estruturas mais formais da matemática, afirmações que não eram nem verdadeiras nem falsas, e que qualquer opção reificada sobre o seu valor lógico (fosse ela efectivada por um critério de utilidade, simplicidade ou mera estética) não afectava a coerência da respectiva estrutura.

³⁴ Existiria um procedimento mecânico capaz de responder a todos os problemas matemáticos, pertencentes a alguma classe geral e bem-definida? (Penrose, 1989, pp.57).

- O recente desenvolvimento das teorias do caos e da complexidade³⁵, que introduziram no mundo clássico a noção que mesmo com a especificação completa do sistema a estudar, este encerra inexoravelmente, se satisfeitos alguns pressupostos básicos³⁶, um indeterminismo que após um período temporal, designado horizonte de conhecimento, qualquer previsão do seu comportamento a uma distância futura linear, se desvie do que realmente acontece, de forma exponencial. Isto coloca-nos ainda mais distantes do já mítico Demónio de Laplace, devidamente morto e enterrado com o advento da perspectiva quântica na física moderna. O que a teoria do caos, na sua essência nos informa, é que a incerteza e a imprevisibilidade são características fundamentais mesmo num mundo dito clássico (i.e., sem indeterminações quânticas)³⁷.

- Com menor impacto na ciência física, mas talvez mais relevante enquanto metodologia de aplicação transdisciplinar, a Teoria das Catástrofes, de René Thom (1980), apresenta-nos um novo modelo que revê a forma de análise newtoniana relativa aos processos dinâmicos. A visão clássica coloca-nos perante o pressuposto da continuidade dos sistemas, i.e.,

³⁵ Apesar da sua origem poder ser traçada até ao final do século passado, com as reflexões e trabalhos no campo da matemática dos sistemas dinâmicos realizados por Henry Poincaré.

³⁶ De facto, tão básicos (ser um sistema não-linear e possuir três graus de liberdade), que a sua ausência é só quase encontrada nos modelos mais simples que a ciência criou para estudar o corpo da Natureza, e nunca dentro dela. Ironicamente, o facto da ciência se concentrar resistentemente nos modelos que ela própria constrói, fez com que se demorasse mais tempo do que seria necessário para encontrar as raízes do que hoje se designa por caos.

³⁷ Para a teoria do caos, ver as obras de divulgação de James Gleick (1987) e Benoît Mandelbrot (1989); para o paradigma da complexidade, ver Mirowski (1996) - com a vantagem de estabelecer directamente uma ligação à ciência económica.

que alterações relativamente suaves produzem efeitos igualmente suaves, e que para mudar o estado de equilíbrio de um sistema, é necessário um esforço proporcional à inércia própria dada pela dimensão do sistema, bem como a distância que separa o anterior equilíbrio do actual. Na visão de Thom, os processos passam a ser vistos como pontualmente descontínuos, onde se encontram rupturas e desequilíbrios, em que pequenas mudanças alteram o estado actual para outro qualitativamente diferente, se devidamente direccionadas. Uma catástrofe (termo demasiado conotado, que ao próprio Thom não agrada) é portanto, uma mudança violenta fornecida pelo sistema em respostas a alterações suaves das condições externas.

No campo das ciências sociais, o projecto positivista, de procura de transposição do modelo de cientificidade das «ciências duras»³⁸, começa igualmente a ser alvo de contestação, podendo notar-se que, «a partir de finais dos anos 50, aqueles que não eram atraídos pela visão ortodoxa, ou que a consideravam irrelevante para o tipo de ciência social que queriam fazer, começaram a olhar mais de perto para filosofias e metodologias alternativas para as ciências sociais» (Outhwaite, 1987, p.11).

Seguindo ainda a valiosa síntese de Outhwaite, podemos identificar essas «filosofias e metodologias alternativas» em três correntes principais: a hermenêutica, a teoria crítica e o realismo transcendental.

1. A perspectiva hermenêutica, cujas origens podem ser fixadas numa longa tradição de recusa da visão unitária da ciência/conhecimento³⁹

³⁸ Que pode caracterizar-se pelo «desejo de despojar a linguagem utilizada pelos analistas sociais da sua bagagem poética, tornar saudável a sua retórica e limpá-la das suas ambiguidades, de forma a que a comunicação de conhecimento verdadeiro possa ser de confiança, como acontece com os símbolos matemáticos ou os seus equivalentes verbais» (Levine, 1995, p.240).

e, mais especificamente, nos trabalhos de autores «neo-kantianos» como Rickert ou Dilthey. O argumento central é a afirmação da especificidade das ciências sociais, assente na imperatividade do recurso à «compreensão interpretativa» ou *Verstehen* (Weber). Outhwaite apresenta o domínio das teorias/filosofias da linguagem (com o pensamento de Wittgenstein) e o das correntes sociológicas/antropológicas como a etnometodologia e o interaccionismo simbólico como expressão da influência hermenêutica, embora possamos notar que neste caso se verifica uma procura de superação das perspectivas dualistas (compreensão/explicação; hermenêutica/positivismo) que sustentam originariamente a abordagem hermenêutica⁴⁰.

2. A teoria crítica, onde avulta a presença da chamda «Escola de Frankfurt» (Jürgen Habermas, Theodor Adorno, Max Horkheimer, etc.). Estes autores vão na generalidade seguir a perspectiva hermenêutica no que diz respeito à identificação de «lógicas» distintas entre as ciências naturais e as ciências sociais (cf. Habermas, 1966, p.8). A partir de uma leitura da racionalidade científica moderna que identifica o carácter de «dominação ideológica» subjacente à ciência e à técnica «capitalistas» (cf. Habermas, 1968, pp.45-92), estes autores vão orientar os seus esforços no sentido de erigir uma «ciência social crítica», que procura designadamente a análise das extensões políticas da prática científica, mantendo como princípio orientador o interesse pela emancipação.

3. O realismo transcendental, perspectiva que o próprio Outhwaite claramente favorece, tem como principal autor Roy Bhaskar. Partindo de

³⁹ Recorde-se a clássica distinção cartesiana entre corpo/mente e, sobretudo, o idealismo de Kant e a oposição entre fenómenos e númenos.

⁴⁰ Devemos esta importante clarificação ao precioso comentário do Prof. Arriscado Nunes, que obviamente muito agradecemos.

uma crítica à experiência imediata e à tradição empiricista, procura colocar-se toda a questão da teoria/filosofia do conhecimento em termos de ontologia, por oposição à ênfase comum na epistemologia - esta (nova) perspectiva realista assenta em questões do tipo: «dado que temos teorias científicas, e que no seu conjunto parecem funcionar notavelmente bem, como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?» (Outhwaite, 1987, p.18). Explicar cientificamente é, portanto, revelar as entidades, estruturas e mecanismos «reais» (ou seja, independentes do sujeito) que geram os acontecimentos e fenómenos observáveis⁴¹.

Em termos de análises que visam a ruptura com a *received view* é ainda da maior importância a referência a todo o conjunto de perspectivas que visam a historicização das práticas científicas. Trata-se de promover uma deslocação fundamental relativamente à forma de lidar com o trabalho científico característica das análises metodológicas convencionais, uma vez que para estes autores «a ênfase é, não na prescrição normativa, mas sim na descrição positiva» (Blaug, 1992, p.27).

Tendo como precursores autores como Pierre Duhem, Émile Meyerson ou Alexandre Koyré, importa destacar o contributo decisivo de Thomas S.Kuhn. Nos seus trabalhos (Kuhn, 1970,1977), o autor transmite uma imagem marcadamente «descontínua» e «contextualizada» do trabalho científico, admitindo que a evolução da ciência se faz, pela ocorrência em determinados períodos de um certo tipo de alterações fundamentais que designa por «transições paradigmáticas». Podemos, assim, identificar duas

⁴¹ Para nos fixarmos nos termos do próprio Roy Bhaskar, o realismo transcendental «vê os objectos de conhecimento como as estruturas e mecanismos que geram os fenómenos; e o conhecimento como sendo produzido nas actividades sociais da ciência. Esses objectos não são nem fenómenos (empiricismo) nem construções humanas impostas sobre os fenómenos (idealismo), mas estruturas reais que perduram independentemente do nosso conhecimento, da nossa experiência, e das condições que permitem o nosso acesso a elas» (cit. em Outhwaite, 1987, p.32).

modalidades de actividade científica - a «ciência normal», produzida no interior de um determinado paradigma, obedecendo na generalidade a um conjunto regras estabelecidas de construção e validação do conhecimento, uma actividade orientada para o *puzzle-solving*; a «ciência revolucionária», que, partindo da acumulação de «anomalias» no âmbito de um determinado paradigma, visa propor novos métodos e modelos para a fundamentação do conhecimento, modificações gerais de perspectiva que, caso consigam superar os seus rivais, poderão dar origem à instauração de novos paradigmas⁴².

Na continuidade de Kuhn, podem situar-se Imre Lakatos e Paul Feyerabend. Estes autores, contudo, trabalham a sua «filiação kuhniana» de formas divergentes. Lakatos desenvolve uma visão de algum modo «conciliadora» entre Kuhn e outros autores (designadamente Popper) mais próximos da posição convencional na filosofia das ciências, propondo o conceito de «programa de investigação científica» (PIC) em lugar do paradigma de Kuhn - um PIC seria composto por um «núcleo duro» (contemplando os elementos de rigidez observados por Kuhn e que acabam por dar singularidade a um determinado PIC) e por um «cinto protector» (composto por hipóteses auxiliares, sujeitas e adaptáveis à dinâmica de confrontação empírica). Um PIC seria «progressivo» se conseguisse gerar/prever factos novos e inesperados se confrontado com PICs rivais; por outro lado, um PIC seria «degenerativo» se apenas conseguisse gerar acomodações *ad hoc* aos novos factos empíricos com que se confrontasse (cf. Blaug, 1992, pp.32-37).

⁴² No postscriptum da 2.^a Ed. da sua *Estrutura das Revoluções Científicas*, o próprio Kuhn reconhece o carácter algo impreciso da utilização que faz do termo paradigma (citando uma sua comentadora, Margaret Masterman, que terá identificado 22 denotações diferentes do termo ao longo do livro...), propondo a sua substituição pelo conceito de «matriz disciplinar».

Paul Feyerabend (1988), desenvolve uma crítica radical às metodologias de inspiração positivista, argumentando que, não só estas não têm a mínima correspondência com a prática efectiva dos cientistas historicamente observável, como, se tal correspondência se verificasse não teria sido possível a constituição daquilo a que hoje chamamos ciência (por exemplo, a revolução galilaica não teria triunfado sobre o aristotelismo escolástico)⁴³. Para Feyerabend, a implicação a retirar das suas análises é o reconhecimento da vacuidade operatória de qualquer metodologia com pretensões prescritivas/totalitárias e a consequente defesa da conhecida posição de «anarquismo metodológico»; mais, a ciência deverá ser considerada como apenas uma entre muitas outras formas de conhecimento, sendo importante promover a liberdade de opção entre, por exemplo, a aprendizagem segundo a racionalidade científica ou «outras racionalidades»: «A ciência é uma tradição entre muitas outras e uma fonte de verdade apenas para os que fizerem as escolhas culturais adequadas. Numa sociedade democrática deve ser separada do estado, tal como é hoje o caso da religião. Não há factos nem modelos que possam garantir-lhe uma excelência privilegiada» (Feyerabend, 1988, p.323).

Como exemplo adicional do impacto da pensamento de Kuhn, podemos salientar a posição de Richard Rorty. Como o próprio Kuhn não deixou de salientar, a sua investigação, partindo embora da história (ou mesmo da sociologia) da ciência continha igualmente um importante conjunto de implicações filosóficas. É neste quadro que Rorty (1979), autor usualmente qualificado como «neo-pragmático» (na sequência dos «pragmáticos» americanos - Dewey, Mead, James, Pierce, etc.), faz o apelo a uma filosofia/discurso «edificante» («anormal» no sentido kuhniano), em

⁴³ Ou seja, retomando a formulação de René Thom, «o ‘método experimental’ é um mito, mito cuja persistência tenaz se explica (...) pelo papel legitimador que desempenha na própria definição da cientificidade moderna» (Thom, 1984a, p.13).

detrimento duma filosofia/discurso «analítica/o» («normal» no sentido kuhniano).

Aceitando a pertinência da globalidade dos esforços críticos relativamente às filosofias da ciência positivistas, o nosso posicionamento só pode inscrever-se ao longo de uma abordagem «pós-positivista» (ou se preferirmos, «pós-moderna») à própria noção de meta-teoria, como desde logo anunciam os desenvolvimentos terminológicos preliminares anteriormente apreendidos. Num quadro que necessariamente aponta, na melhor das hipóteses, para a ideia de «pluralismo metodológico», ou, para recordar a expressão de Kolm, de «poliarquia epistémica e metodológica» (quando não mesmo para a recusa da própria viabilidade da ideia de método e metodologia), talvez não seja deslocada a invocação final desse prudente adágio: «ciência é aquilo que os cientistas fazem»... Ou, retomando um critério de cientificidade expresso por René Thom: «é ‘científica’ toda a elaboração teórica de um campo de fenómenos que reduz o arbitrário da descrição, desde que essa elaboração apele para procedimentos suficientemente formalizados para que sejam admitidos como legítimos pelo consenso colectivo» (Thom, 1984b, p.52).

B. A METODOLOGIA DA CIÊNCIA ECONÓMICA

A ciência económica é, de entre as ciências sociais, aquela que mais apta se mostrou a incorporar o ideal metodológico positivista.

Um dos episódios centrais no processo de construção nomotética⁴⁴ da ciência económica é o *Methodenstreit* (ou «luta dos métodos»), que ocorreu no final do século XIX e teve como principais contendores Carl Menger e Gustav Schmoller⁴⁵. Em termos metodológicos, o debate pode ser sumariado da seguinte forma: para Menger, a economia deveria basear-se num conjunto de princípios axiomáticos de validade universal, sendo a sua aplicação a casos concretos o produto de operações de dedução lógica; para Schmoller, a teoria advogada por Menger seria irrelevante para o estudo dos sistemas económicos reais, argumentando que o método adequado seria a indução de princípios gerais a partir de estudos histórico-empíricos. A ciência económica dominante no século XX viria a ser marcada pela adopção de uma postura metodológica próxima das posições de Menger, afirmando-se claramente como a mais nomotética das ciências sociais.

Esta atracção da ciência económica (ou melhor, da sua versão neoclássica) pelas «ciências duras» vai, no entanto, para além da adopção de um ideal metodológico de cientificidade. Como bem mostra Philip

⁴⁴ Wallerstein (1991, p.174), no contexto específico da história económica, distingue dois tipos de abordagem, a «nomotética» e a «idiográfica»: a estratégia nomotética privilegia o «empenhamento na modelização rigorosa e no teste de hipóteses (usando preferencialmente a econometria)»; a estratégia idiográfica, por seu turno, «salienta a riqueza de detalhe e a complexidade de explicação que uma abordagem narrativa tem para oferecer», apontando os limites da abordagem anterior na «análise de textura» do tempo histórico.

⁴⁵ Outros autores viriam a participar no debate, podendo até afirmar-se a existência de um *Methodenstreit* inglês, entre Cunningham e Marshall.

Mirowski (1989), as próprias construções teóricas em que se alicerça a teoria neo-clássica (a chamada «revolução marginalista»), as suas metáforas centrais, podem ser vistas como uma transposição quase directa da física matemática mecanicista do século XIX (por exemplo, a relação entre os conceitos de «utilidade» e «energia») dando lugar a um completo processo de «imitação da física»⁴⁶.

Em termos da reflexão metodológica, é possível detectar, desde o trabalho seminal de Nassau Senior de 1827 (*Introductory Lecture on Political Economy*), a prevalência de temáticas de tipo positivista, com ênfases mais ou menos diferenciadas e localizadas. Neste quadro, podemos destacar, para além de Senior, autores como John Stuart Mill (que manteve um estreito contacto com o pensamento de Comte) ou Neville Keynes, no século XIX, e, já neste século, Lionel Robbins, Terence Hutchison, Paul Samuelson ou Fritz Machlup⁴⁷.

Um dos temas condutores que anima estas análises é a ênfase na distinção entre o «positivo» e o «normativo» na ciência económica, que nos remete para a dicotomia facto/valor, que referimos a propósito das posições positivistas - «o normativo tem a ver com a bondade e a maldade, e com o que deve e não deve ser feito; o positivo tem a ver com a descrição e/ou explicação objectivas, com o que é necessário dado um determinado fim

⁴⁶ Estas conclusões vêm na sequência dos trabalhos de Georgescu-Roegen, autor que exerce uma extensa influência sobre Mirowski. Afirma Roegen que «nenhuma ciência ilustra melhor que a economia o impacto do entusiasmo pela epistemologia mecanicista sobre a sua evolução» (Georgescu-Roegen, 1971, p.40).

⁴⁷ Para uma apresentação sucinta da história da metodologia económica, vd. Blaug (1992, pp.51-111).

normativo. O normativo tem a ver com a desejabilidade; o positivo tem a ver com a verdade...» (Samuels, 1988, p.347)⁴⁸.

De um modo geral, pode afirmar-se que estas metodologias procuram legitimar a ortodoxia dominante na ciência económica, o que vulgarmente se designa por *mainstream economics*⁴⁹ - como afirma M. Jacinto Nunes na sua Lição de Jubileu, «Friedman, Machlup e Samuelson adoptam *teorias metodológicas defensivas* cujo fim por um lado parece ser proteger a economia contra a crítica dos proteger a economia contra a crítica de *pressupostos irrealistas* e, por outro, da exigência de *testes severos*» (Jacinto Nunes, 1996, p.9; itálicos nossos).

É ainda enquanto esforço metodológico «defensivo» que pode entender-se a atracção exercida pelas teorias de Popper e, sobretudo, Lakatos, em trabalhos mais recentes, como os de Mark Blaug (cf. Blaug, 1992)⁵⁰.

⁴⁸ A ideia da possibilidade (e da própria legitimidade) de construção de uma ciência económica que pudesse renunciar ao seu carácter ético, constitutivamente normativo/valorativo, tem sido objecto de inúmeras e importantes objecções: desde as clássicas posições de Max Weber (1949), passando por Myrdal (1970) ou, para dar exemplos recentes, pelos trabalhos do próprio Smuels (1988, 1990) e pelo cuidadoso estudo de Hausman e MacPherson (1993).

⁴⁹ «Podemos definir a ortodoxia na teoria económica como o compósito do *curriculum* standard prevalecente nos programas de graduação americanos ou por eles influenciados. Esta escolha restringe severamente o campo de possibilidades, pois após a II Guerra Mundial o *curriculum* de graduação americano em economia tornou-se muito mais homogéneo do que acontecia anteriormente (...). Apesar de outras escolas de pensamento terem florescido no passado e ainda reclamarem aderentes, num intervalo de tempo surpreendentemente curto, o historicismo alemão, o institucionalismo americano, o subjectivismo austriaco e, sim, mesmo a macroeconomia keynesiana foram substituídos e ultrapassados enquanto programas de investigação activos nas escolas que treinam a maioria das futuras gerações de economistas» (Mirowski, 1986, p.3).

⁵⁰ Para uma análise crítica e proposta de superação das análises metodológicas de influência lakatosiana na ciência económica, vd. McGovern (1995).

As posições e temáticas explicitamente pós-positivistas só aparecem na metodologia da economia com o importante trabalho de Bruce Caldwell (1982), onde é feita uma revisão do debate positivismo/anti-positivismo na física e da sua relação com a ciência económica. O autor defende uma posição de «pluralismo metodológico» como forma, por um lado, de expressar mais adequadamente a prática concreta dos economistas, e por outro lado, de promover uma tolerância epistémica fertilizadora no seio da comunidade dos economistas - como expressa Jacinto Nunes, «os economistas devem construir e defender as suas teorias na base dos princípios dos seus paradigmas, mas ser abertos e tolerantes para com os praticantes de outros paradigmas, até pela criatividade que resulta do cruzamento dos diversos paradigmas» (Jacinto Nunes, 1996, p.38).

Nos anos mais recentes, tem-se verificado uma crescente vitalidade no campo das reflexões metodológicas/epistemológicas de inspiração pós-positivista centradas na ciência económica, de que são exemplo eloquente os dois autores que seguidamente trataremos com mais detalhada atenção: Donald McCloskey e Tony Lawson.

1. Donald McCloskey, sob a influência de autores como Rorty ou Feyerabend, procura apresentar uma perspectiva alternativa de análise da ciência económica assente na afirmação do seu carácter fundamentalmente retórico.

A ideia central seria a crítica e abandono total das metodologias prescritivistas de cariz positivista (ou «modernista», para empregar os termos de McCloskey), em que se apoia a «retórica oficial» da economia. Na verdade, uma vez que «todo o método é arrogante e pretencioso» (1983, p.490), o autor defende a renúncia a qualquer filosofia da ciência com

aspirações a estabelecer um método que vise a fixação de critérios de cientificidade, qualquer que seja a sua natureza.

Para McCloskey, a ciência económica, como qualquer outra ciência, é antes de mais uma prática discursiva, tendo portanto um carácter altamente metafórico - metáforas que aqui são entendidas não como meros «ornamentos» do discurso, representando antes elementos constitutivos incontornáveis da argumentação. A uma análise retórica da ciência económica caberá, então, a explicitação dos conjuntos de metáforas que os economistas mobilizam, de forma não-consciente⁵¹, para persuadir os diferentes «auditórios» a que se dirigem, quer estes se posicionem no interior da disciplina ou fora dela - neste último caso, assume particular importância a relação entre o discurso económico e os poderes públicos na formulação de políticas (cf. Arriscado Nunes, 1993, pp.9-10).

Ao centrarmos a análise na valorização da capacidade de persuasão, tornam-se irrelevantes os critérios de cientificidade positivistas/modernistas: «A questão é que não pode dizer-se que um argumento é persuasivo por saber de que parte do círculo científico/humanista provem. Só podemos dizer se o argumento é persuasivo se pensarmos nele (...). Existem certas proposições subjectivas, macias, vagas que são mais persuasivas que certas proposições objectivas, duras, precisas» (McCloskey, 1983, p.511). Assim, a mudança de ênfase da metodologia/epistemologia para a teoria literária, para o estudo da linguagem, pode ser um elemento de unificação das «duas culturas»⁵².

⁵¹ «Os economistas e outros cientistas não são auto-conscientes acerca das suas metáforas (...). Os economistas são poetas / Mas não o sabem» (McCloskey, 1995, p.219).

⁵² A questão das «duas culturas» (C.P.Snow), remete-nos para a distinção entre ciências (filosofia natural) e humanidades, na qual se funda a autonomização da ciência moderna; neste quadro, as ciências sociais aparecem por vezes como

Mas, seguindo a interrogação do próprio McCloskey, «O que pode ganhar-se ao considerar seriamente a retórica da economia?» (1983, p.512). O próprio autor procura fornecer a resposta, identificando cinco aspectos: melhor escrita, melhor ensino, melhores relações exteriores, melhor ciência, melhores disposições na resolução de controvérsias (1983, pp.512-515).

O artigo de 1983, a partir do qual temos vindo a apresentar as posições de McCloskey deu origem a um amplo debate sobre a retórica da economia, que se traduz no facto de hoje existir uma extensa bibliografia sobre o assunto, cujo tratamento adequado ultrapassa claramente o âmbito da presente abordagem. Contudo, importa notar que novas direcções de investigação têm vindo a ser apontadas - a título meramente ilustrativo, saliente-se a proposta de Vivienne Brown (1993) de ver a própria economia (no sentido do sistema económico «real») como um texto, sendo a actividade do economista comparada à de leitura/interpretação de um texto, com os seus sistemas de significação específicos; mais do que ver o economista como alguém que procura persuadir, trata-se de ver o discurso económico como actividade interpretativa de um texto, fragmentário e complexo - a própria economia.

2. Tony Lawson desenvolve uma perspectiva da metodologia económica directamente inspirada nos trabalhos de Roy Bhaskar, defendendo uma posição de realismo transcendental.

Para este autor, trata-se antes de mais de rejeitar a ortodoxia positivista subjacente à *mainstream economics*. Tal ortodoxia, assumindo a validade da transposição de certos elementos do domínio das ciências

podendo constituir uma «terceira cultura» (Wolf Lepenies), entre a ciência e a literatura (cf. Comissão Gulbenkian, 1996).

naturais para a ciência económica⁵³, apoia-se numa «teoria axiomática-dedutiva» (cuja fundamentação epistemológica remete para o empiricismo, com origem nas posições de David Hume), que tem por concepção de explicação a articulação de regularidades do tipo: «sempre que acontecimento (tipo) x , então acontecimento (tipo) y » (Lawson, 1994, p.112).

A posição realista apela, por seu lado, para a fundamentação da análise numa «ontologia do social» - ou seja, «uma preocupação de esboçar a natureza alargada, ou alguns dos seus domínios, da realidade social» (Lawson, 1993, p.2). Neste quadro, e seguindo a terminologia proposta por Bhaskar, os objectos apresentam-se como estruturados (são irreduzíveis a acontecimentos da experiência) e intransitivos (existem e agem independentemente da sua identificação). Assim, as «leis» científicas devem ser a expressão dessas estruturas e das suas formas de actividade, e não (como na perspectiva humeana) da regularidade de acontecimentos.

Uma conclusão importante que Lawson retira da sua análise prende-se com o facto de que qualquer apreciação ontológica da economia/sociedade deverá levar em conta o seu carácter intrinsecamente dinâmico⁵⁴. O reconhecimento da centralidade da mudança nos processos sociais torna o seu conhecimento instável, provisório, incompleto - as estruturas sociais estão sempre dependentes de um espaço e tempo

⁵³ « Em particular é suposto que certos métodos de raciocínio, objectivos e critérios que provaram ser eficazes em contextos particulares das ciências naturais, devem consequentemente ser igualmente apropriados para todos os outros contextos científicos incluindo, especificamente, a análise da sociedade e da economia» (Lawson, 1993, p.3).

⁵⁴ «...os itens sociais, como os mercados ou os sistemas políticos, devem ser entendidos enquanto processos, enquanto estruturas de interacção reproduzidas, com a mudança reconhecida não como um evento exterior, o resultado de um choque externo ou exógeno, mas como parte integral do que esse sistema ou objecto é » (Lawson, 1993, p.29).

determinados, pelo que o conhecimento produzido pela ciência económica tem necessariamente de ser de carácter histórico e espacialmente especificado. Daí que o «nível de abstracção», por referência a essa matriz geo-histórica, a que colocamos a nossa reflexão teórica assuma um papel crucial, porque informador, na proposta de ciência económica apresentada por Lawson.

IV. A CONTEMPORANEIDADE DA PROBLEMÁTICA

Após toda a discussão anterior, e de certa forma por ela informados, é chegado o momento de ensaiar uma abordagem contextualizadora do desenvolvimento económico na sua vertente contemporânea.

Para tal serão convocadas quatro dimensões temáticas, que consideramos serem de relevância central para qualquer exercício que vise a clarificação dos debates e dilemas actuais:

- os processos de globalização, que fornecem como que um enquadramento geral para a percepção do presente contexto;
- a dimensão ecológica/ambiental;
- a articulação política;
- a extensão cultural.

A. GLOBALIZAÇÃO - UMA CARACTEROLOGIA GERAL

A ideia de que o conceito de «globalização» constitui um elemento-chave na análise do contexto onde actualmente nos movemos tem vindo a ser assinalada com crescente intensidade, particularmente a partir do final dos anos 80. A generalização das invocações do conceito tem atingido uma tal dimensão, que começam a levantar-se sérias dúvidas quanto à operacionalidade dos seus usos correntes⁵⁵. Não é, contudo, nossa intenção o escrutínio analítico das estratégias discursivas, e dos movimentos «reais», de âmbito «globalizante» - o que, só por si, nos remeteria para toda uma problemática distinta...

No entanto, dadas as implicações que daí advém para a (re-)configuração da problemática do desenvolvimento económico, não podemos deixar de fazer um enquadramento geral em torno de algumas conceptualizações dos processos de globalização em curso.

A tradição de análise da globalização remonta aos anos 60 e a trabalhos «pioneiros» como o de Marshall McLuhan⁵⁶. A partir daí, o tratamento científico dos processos de globalização tem emanado de duas orientações fundamentais, de dois «*corpus* bibliográficos» distintos: o dos «estudos de relações internacionais» e o da «análise do sistema-mundo» (Giddens, 1990, pp.53-56). O primeiro enfoque privilegia como unidade de

⁵⁵ «Embora exista um interesse em rápido crescimento sobre esse tópico, uma grande parte é expressa muito difusamente, existindo um considerável perigo de que a 'globalização' se torne numa *play zone* intelectual - um lugar para a expressão de interesses sócio-teóricos residuais, indulgências interpretativas, ou para a apresentação de preferências ideológicas» (Robertson, 1990, pp.16-17).

⁵⁶ McLuhan, em referência ao papel central desempenhado pelo desenvolvimento dos meios de informação e comunicação, forjou, à mais de 30 anos, uma das expressões mais emblemáticas da ideia de globalização, a tão glosada «aldeia global» (vd. McLuhan, 1964).

análise o estado-nação, vendo na globalização um movimento de crescente interdependência entre unidades autónomas, os diversos estados nacionais; esse movimento conduzirá, eventualmente, à sua unificação num Estado Mundial. Quanto à «escola» que tem em Immanuel Wallerstein o seu grande animador, a unidade de análise desloca-se para a «totalidade», para o «global», considerada a dimensão mais adequada para a apreensão da dinâmica do «moderno sistema-mundo»⁵⁷; procura-se, assim, ultrapassar o quadro clássico de análise nas ciências sociais, a «sociedade» - que, na maior parte das circunstâncias, acaba por assimilar-se ao estado-nação ou à «economia nacional»⁵⁸. De registar ainda que, no campo da ciência económica, os debates acerca dos processos de globalização tem sido preferencialmente focalizados na temática da «mundialização-multilateralismo» vs. «regionalismo»⁵⁹.

Esta (muito) sumária esquematização das filiações teóricas principais do debate, remete-nos para a tentativa de fornecer um esclarecimento da utilização que aqui é feita da noção de «globalização» e dos concomitantes «processos de globalização». A abundância actual de análises sobre o tema, se desautoriza desde logo qualquer veleidade de tratamento exaustivo, fornece igualmente múltiplos pontos de referência para uma breve apresentação.

⁵⁷ «...abandonei a ideia de adoptar como unidade de análise quer o Estado soberano quer esse conceito mais vago de sociedade nacional. Decidi que nenhum dos dois era um sistema social e que se podia apenas falar de mudança social em sistemas sociais. Neste esquema, o único sistema social era o sistema mundial» (Wallerstein, 1974a, p. 18).

⁵⁸ Para uma apresentação desta e de outras «inovações metodológicas» da perspectiva do sistema-mundo, vd. Wallerstein (1987).

⁵⁹ A título meramente ilustrativo, e para o caso das relações entre a Europa e o Terceiro Mundo (particularmente a África Sub-Sahariana), vd. Hugon (1993).



Em que consiste, então, a **globalização** ?

Das múltiplas respostas possíveis para esta questão, poderemos começar por afirmar que a globalização é «o termo geral para a crescente interdependência da sociedade mundial» (Giddens, 1993, p.528). Para Anthony Giddens, a globalização, sendo inerente à modernidade⁶⁰, tem a ver com «a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa» (Giddens, 1990, p.52); trata-se, assim, de um processo de «distensão espacio-temporal» das relações/contextos sociais, de «descontextualização», com efeitos determinantes na (re-)composição da própria identidade pessoal (Giddens, 1991).

A noção de Giddens fornece um excelente quadro de fundamentação para percepcionar as actuais tendências globalizantes. No entanto, são necessárias algumas qualificações adicionais por forma a melhor compreender o alcance concreto dos processos globalizantes. Como primeiro passo, seria conveniente começar por discutir as distinções entre «globalização» e um conjunto de conceitos/fenómenos vizinhos, como «mundialização», «internacionalização» ou «transnacionalização».

Neste sentido, as recentes sistematizações de Mário Murteira (1995, pp.60-69) e do Grupo de Lisboa (1994, p.40 e segs.), contém interessantes elementos que ocorre relembrar.

⁶⁰ «A modernidade é inerentemente globalizante. Isto é evidente em algumas das características mais básicas das instituições modernas, incluindo, em particular, o seu carácter descontextualizado e a sua reflexividade» (Giddens, 1990, p.51). Para uma discussão crítica relativamente ao entendimento que o autor desenvolve acerca da modernidade, aspecto central para a leitura que faz do(s) processos de globalização, veja-se, por exemplo, o *Review Symposium* publicado pela revista **Theory, Culture & Society** (vol.9, nº2, pp.141-174) - as contribuições reunidas são da autoria de Bryan Turner, Guy Swanson, Roland Robertson, Ulrich Beck e do próprio Anthony Giddens.

Murteira (1995, p.60-69) estabelece um escalonamento de processos e fenómenos que se orienta no sentido de uma crescente complexidade, agrupados sob as rubricas «internacionalização», «transnacionalização», «mundialização» e «globalização».

A **internacionalização** estaria associada ao entendimento convencional do comércio internacional, «uma transacção entre empresas nacionais sediadas, de forma bem definida, num território nacional, em que o Estado é soberano em questões fundamentais...» (p.61); é ainda no âmbito da lógica da internacionalização que, como aponta o autor, se desenvolvem os processos de integração económica, «entre Estados e economias nacionais» (p.61).

A **transnacionalização** decorre essencialmente do papel de um conjunto de agentes económicos - que podemos designar genericamente de ETNs (empresas transnacionais) - cuja lógica de actuação transcende o quadro das economias nacionais, operando sobretudo ao nível das estratégias de deslocalização produtiva (pp.60-61).

Quanto à **mundialização**, tratar-se-á da «tendência de um sistema económico (...) para abarcar, na lógica de funcionamento que lhe é própria, toda a economia mundial» (p.62).

A **globalização**, por sua vez, é pelo autor introduzida em termos dos aspectos materiais/instrumentais (uso das tecnologias de informação e comunicação, formas «globalizadas», ao nível dos produtos e das preferências, de consumo, etc.) e valorativos (posições políticas, modos de vida) associados à emergência de uma «cultura global»⁶¹; são ainda referidos os domínios das estratégias empresariais (designadamente das

⁶¹ Sendo afirmado que «neste contexto, a dimensão nacional da visão do mundo tende a relativizar-se e a subordinar-se a essa ‘cultura global’» (p.63). Para um aprofundamento da temática da cultura global emergente, apontando para o seu carácter não-unívoco e plural, vd. Smith (1990) e Appadurai (1990).

ETNs - verdadeiros «actores globais»?); dos circuitos monetários e financeiros; das recomposições espaciais, principalmente ao nível do nacional (mas também do regional/supra-nacional e do local/infra-nacional).

No Relatório do Grupo de Lisboa (1994, p.40 e segs.) é igualmente empreendida uma *démarche* de delimitação entre a globalização e um conjunto de conceitos vizinhos. Neste caso, e a partir dos trabalhos de Michel Beaud e Riccardo Petrella, procura operar-se a distinção entre internacionalização, multinacionalização e globalização.

A **internacionalização** da economia e da sociedade diz respeito às diversas trocas/fluxos entre dois ou mais estados-nação, tendo por base os actores nacionais, com particular incidência nas autoridades públicas nacionais (pp.40-42).

A **mundialização** da economia e da sociedade caracteriza-se pela «transferência e deslocação dos recursos, especialmente de capital e em menor grau de mão-de-obra, de uma economia para outras» (p.43); salientando o papel central que as empresas desempenham neste processo, faz-se ainda notar que «numa escala alargada, a multinacionalização da sociedade implica que os agentes sociais (...), o sistema educativo, os modos de vida e os sistemas de valores, sejam capazes de se expandir e instalar noutros contextos nacionais (...), ao mesmo tempo que mantêm a sua especificidade» (p.45). Assim especificado, o conceito de mundialização é muito próximo do de «transnacionalização» proposto por Murteira.

A **globalização**, por seu turno, «é um fenómeno recente e, por isso, as formas que assume são múltiplas e variadas»; como tal, «não existe um modelo único de globalização» (p.45). Para dar conta da multiplicidade de fluxos, normas, regras e instituições que integram o «mundo global em construção» (p.40), é-nos fornecida uma tipologia dos processos de globalização, que de seguida procuraremos apresentar resumidamente.

Seja qual for a nossa percepção/posicionamento relativamente aos contornos conceptuais da globalização, permanece a sua configuração irreduzivelmente pluridimensional. Será, então, da maior relevância o esboçar de tipologias para os vários **processos de globalização** em curso. O esquema classificatório proposto pelo Grupo de Lisboa (1994, pp.45-46)⁶², distingue as seguintes sete categorias:

A) Globalização financeira - desregulamentação dos mercados financeiros, mobilidade internacional do capital, fusões e aquisições.

B) Globalização dos mercados e estratégias, da concorrência empresarial - integração internacional das actividades empresariais, deslocalização de segmentos produtivos, procura de parcerias e alianças estratégicas entre agentes de diversas proveniências.

C) Globalização tecnológica e do conhecimento - a tecnologia, principalmente as tecnologias de informação e comunicação, as telecomunicações, como o grande elemento transversal impulsionador dos processos globalizantes, via constituição de «redes globais» (financeiras, produtivas, culturais, etc.)

D) Globalização cultural, dos modos de vida e dos padrões de consumo - homogeneização dos padrões de consumo, por meio da difusão e inculcação de determinados modelos culturais e existências; o papel dos *media* e das estratégias publicitárias, a cultura do *fast-food* («macdonaldização» do mundo).

E) Globalização da regulação política e da governação - perda de importância dos governos e parlamentos nacionais em prol de instâncias

⁶² A partir do trabalho de W. Ruigrok e R. van Tulder, **The Ideology of Interdependence**, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Amesterdão, Junho de 1993.

decisórias supra-nacionais; tentativas de projecção de uma nova geração de regras e instituições de governação global.

F) Globalização como unificação política do Mundo - integração das sociedades mundiais num sistema político e económico global sob a coordenação de um poder central.

G) Globalização das percepções, consciências e da própria «cidadania» - «globalismo», processos de natureza sócio-cultural assentes na noção de «Uma Terra», movimentos sociais e cidadanias planetárias.

A presente afirmação do debate em torno da globalização, o facto de no actual contexto a temática povoar um largo espectro de discursos e intervenções⁶³, não deverá obscurecer a historicidade própria dos respectivos processos. Como já atrás foi referido, no seguimento das posições de Giddens, a globalização encontra-se inextricavelmente associada à trajectória da modernidade. Neste sentido, revela-se pertinente um olhar sobre o esquema do «percurso histórico-temporal até ao presente estado de muito elevado grau de densidade e complexidade globais» proposto por Roland Robertson (1990, pp.26-27).

O autor explicita desde logo as duas componentes principais do processo de afirmação da globalização que considera no desenvolvimento da sua análise: a prevalência das sociedades nacionais e do sistema de relações internacionais; as concepções acerca dos indivíduos e da humanidade. Poderemos ainda acrescentar um terceiro conjunto de elementos - as referências às transformações na percepção do tempo e do espaço. Neste quadro, são apresentadas e caracterizadas as cinco fases

⁶³ «Durante a segunda metade da década de 80, 'globalização' (e a sua problemática variante, 'internacionalização') tornou-se um termo correntemente usado nos círculos intelectuais, de negócios dos media e outros - no processo adquirindo inúmeros sentidos, com variados graus de precisão» (Robertson, 1990, p.19).

principais da trajectória histórica dos processos de globalização, que passamos a referir:

1. A «fase germinal», desde o sec.XV até meados do sec.XVIII - crescimento embrionário das comunidades nacionais e desmembramento do sistema feudal; início da expressão moderna dos conceitos de individuo e de humanidade; teoria heliocêntrica e princípios da moderna geografia; difusão do calendário gregoriano.

2. A «fase incipiente», desde meados do sec.XVIII até 1870 - afirmação contundente da ideia do estado unitário, homogéneo; cristalização das concepções de formalização das relações internacionais, de cidadania standardizada e uma noção mais concreta de humanidade; acentuado aumento das agências e convenções acerca da regulação e comunicação internacionais e transnacionais; início do problema da «admissão» de sociedades não-europeias na «sociedade internacional»; tematização do assunto nacionalismo-internacionalismo.

3. A «fase do *take-off*», desde 1870 até meados dos anos 20 - concepções crescentemente globais sobre a «correcta configuração» de uma sociedade nacional «aceitável»; tematização de ideias respeitantes às identidades nacional e pessoal; inclusão de algumas sociedades não-Europeias na «sociedade internacional»; formalização internacional, e tentativa de implementação de ideias sobre a humanidade; crescimento muito acentuado no número e velocidade das formas globais de comunicação; ascensão de movimentos ecuménicos; desenvolvimento de «competições globais» (por ex., Olimpíadas ou Prémios Nobel); implementação do Tempo Mundial e adopção quase-global do calendário gregoriano; I Guerra *Mundial*; Sociedade das Nações.

4. A «fase da luta pela hegemonia», desde os anos 20 até aos anos 60 - disputas e guerras sobre os frágeis termos do processo de globalização estabelecidos no final do anterior período; conflitos internacionais globais

assentes em modos de vida distintos; natureza da, e perspectivas para, a humanidade condicionadas pelo Holocausto e bomba atômica; Nações Unidas.

5. A «fase da incerteza», de finais dos anos 60 à actualidade - inclusão do Terceiro-Mundo; acentuar de valores «pós-materialistas»; fim da Guerra Fria e difusão das armas nucleares; grande aumento no número de instituições e movimentos globais; crescente importância de problemas de multiculturalidade e polietnicidade; complexificação das concepções sobre os indivíduos, via considerações de *gender*, étnicas e raciais. Direitos humanos; maior fluidez do sistema internacional com o fim da bipolaridade; preocupação com a humanidade enquanto comunidade-espécie fortemente ameaçada, afirmação plena da «restrição ecológica»; interesse na sociedade civil e cidadania globais; consolidação do sistema global dos *media*.

A afirmação de uma situação actual onde a «tendência globalizante» se afirme com proeminência, no sentido em que o (muito largo) esboço argumentativo aqui ensaiado procura indicar, tem necessariamente um complexo feixe de sequências ao nível que aqui nos preocupa, o da problemática do desenvolvimento económico e da sua contextualização geral.

Desde logo se afirma a necessidade de «globalizar» definitivamente o próprio âmbito geográfico de estudo. Ou seja, a tendência dominante ao longo do percurso histórico de conceptualização da problemática, a sua referência ao «Terceiro-Mundo» ou ao «Sul» (inscrito na própria matriz constitutiva que dá origem à autonomização da reflexão acerca do desenvolvimento), deverá ser substituída por um entendimento menos circunscrito geograficamente. As necessidades e problemas de «transformação estrutural» são actualmente sentidos a «Norte» como a «Sul» - a incidência e análise de problemas como o desemprego, a pobreza,

a marginalização ou a integração das minorias (étnicas, religiosas ou outras) têm vindo a manifestar um âmbito global, perdendo pertinência a dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido. Acresce que a Europa Central e de Leste, anteriormente entendida como «industrializada» (logo, «desenvolvida»), é agora classificada (e classifica-se a si mesmo) como «em desenvolvimento»⁶⁴.

Obviamente que esta observação não implica, de forma alguma, o apelo a «discursos homogeneizadores» assentes na não-verificação da necessidade de colocar ênfases localizadamente diversificadas na discussão dos problemas com que nos vamos deparando. Aliás, contrariamente ao que uma primeira leitura dos processos de globalização em curso poderia deixar transparecer, a importância das especificidades locais tende a assumir um papel renovado nas estratégias de desenvolvimento económico. Com efeito, a inserção competitiva de um determinado espaço numa realidade crescentemente globalizada, está cada vez mais associada à capacidade de valorização das suas especificidades, quer estas se situem ao nível da mobilização de recursos próprios (naturais, humanos, organizacionais, etc.) e/ou das formas de articulação com o exterior (atração de IDE, ligação a redes de produção e comercialização, etc.).

Importa fazer notar que a possibilidade de agrupamento das questões referidas em grandes eixos temáticos comuns, não exclui, como veremos, que a sua afirmação concreta não esteja ocasionalmente condicionada por polaridades do tipo «Norte/Centro» vs. «Sul/Periferia» (análogas da

⁶⁴ A este respeito, veja-se o interessante volume colectivo coordenado por Dufaux e Gervais-Lambony (1994), onde procura estabelecer-se um paralelismo entre as «transições» na África Negra e na Europa de Leste; os temas de convergência abordados são: a passagem de um «estado-providência» a um sistema liberal; os empresários e o sector «informal»; as novas estruturas de enquadramento face ao estado; a operacionalidade do conceito de etnicidade; os problemas de propriedade na agricultura e no meio urbano; a emergência de poderes locais urbanos.

polaridade «desenvolvido - subdesenvolvido», na acepção corrente dos termos).

Será seguidamente empreendida uma exploração em torno dos que consideramos serem três das grandes áreas de discussão que envolvem a problemática do desenvolvimento, e em torno dos quais se irão configurar muitas das escolhas fundamentais que se vislumbram para o futuro: o ecológico/ambiental, o político e o cultural. Estará presente a preocupação de ilustrar mais especificamente alguns dos aspectos das transformações em curso, sendo naturalmente possível notar a articulação com a caracterologia e as sequências argumentativas «globalizantes» atrás introduzidas.

B. A DIMENSÃO ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO.

A tradição de análise da articulação dos processos económicos e sociais com o meio natural envolvente remonta aos momentos fundadores da ciência económica. Nos clássicos, se prevalecia largamente a visão optimista própria das ideias iluministas de progresso e libertação do homem (que, antes de mais, era uma libertação/dominação face à natureza), desde logo vozes se levantaram acerca da possível incompatibilização entre o carácter aparentemente ilimitado do crescimento económico e a finitude dos recursos naturais. Assim, a par de «optimistas» como Adam Smith ou Karl Marx, temos, desde logo, a conhecida posição do Reverendo Malthus e da sua «lei da população». Mais do que a sua formulação concreta (equacionando a «progressão aritmética» dos recursos naturais com a

(equacionando a «progressão aritmética» dos recursos naturais com a «progressão geométrica» da população), o contributo de Malthus abre o caminho a todo um campo de reflexão que visa a problematização dos ritmos de crescimento económico em relação aos limites do meio natural - a tal ponto que se generalizou a adjectivação (por vezes claramente pejorativa) de «neo-malthusiano» a todo aquele que, adoptando uma posição prospectiva, conclua pela verificação de inquietantes incompatibilidades entre ritmos de crescimento e meio ambiental. Para além de Malthus, a «lei de rendimentos decrescentes» de David Ricardo e o «estado estacionário» de Stuart Mill, constituem também, embora a níveis diferenciados, expressões da atenção votada a estas questões pelos grandes vultos da ciência económica emergente, a Economia Política⁶⁵.

A consideração das temáticas ambientais em termos explícitos no âmbito da problemática do desenvolvimento económica, data fundamentalmente do início da década de 70, acompanhando um movimento mais alargado de diversificação das abordagens do desenvolvimento económico.

A expressão deste interesse nas questões ambientais pode ser aferida através dos seguintes três elementos:

1. Uma grande proliferação e divulgação dos estudos de prospectiva, o mais famoso dos quais, o primeiro relatório do Clube de Roma (Meadows et al., 1972), apontava claramente para um cenário futuro algo «catastrofista», caracterizado pela ruptura ecológica e ambiental caso prosseguissem as tendências correntes de evolução das sociedades, por via de uma insustentável pressão sobre os recursos naturais. No relatório é,

⁶⁵ Para uma breve exposição dos «antecedentes da polémica nos clássicos e em Marx», vd. Tamames (1982, pp.35-48).

portanto, defendido um estado de «equilíbrio global»⁶⁶, com fortes «restrições ao crescimento» - em suma, é-nos dito que «o que falta é um objectivo realista, a longo prazo, que conduza a uma sociedade em equilíbrio, e a determinação necessária para o atingir. Sem esse objectivo e essa determinação, as acções de curto prazo continuarão a provocar um crescimento exponencial e a arrastar o sistema mundial para o colapso. Com esse objectivo e essa determinação, o Homem está pronto a começar uma transição controlada e ordenada do crescimento para o equilíbrio global.» (Meadows et al., 1972, pp.221-222).

2. O trabalho de Nicholas Georgescu-Roegen, não tanto pelo seu impacto imediato, mas pela sua importância teórica. No seu texto *The Entropy Law and The Economic Process* (1971), o autor de origem romena procura alargar as implicações da segunda lei da termodinâmica até à ciência económica⁶⁷. Neste sentido, o próprio «processo económico consiste numa transformação contínua e irrevogável de baixa em alta entropia», sendo «o ritmo pelo qual a baixa entropia é extraída do ambiente para o processo económico que limita o ritmo deste processo» (Georgescu-Roegen, 1971, p.292). O autor coloca o problema em termos de «entropia energética», pesando os méritos das várias fontes alternativas de baixa entropia - designadamente, em termos da utilização do stock finito de

⁶⁶ Este estado seria «caracterizado pela estabilidade da população e do capital, estando as forças que tendem a fazê-los crescer ou decrescer cuidadosamente equilibradas» (Meadows et al., 1972, p.207), numa clara inspiração na clássica análise de Stuart Mill.

⁶⁷ A concepção de Georgescu-Roegen, identificando a *mainstream economics* com os desenvolvimentos da física laplaceana do séc.XIX (e como tal ainda “imune” às transformações introduzidas pela segunda lei da termodinâmica ou pela física quântica), iria ser mais tarde aprofundada pelo trabalho de Mirowski (1989).

recursos minerais (caminho até agora seguido) vs. a utilização alternativa do fluxo de energia solar (virtualmente inesgotável em termos humanos).

3. A introdução do conceito de «ecodesenvolvimento», inicialmente proposto por F.Strong e largamente difundido por autores como Ignacy Sachs (cf. Chaves, 1994). Para Sachs, o ecodesenvolvimento é «um estilo de desenvolvimento que procura insistentemente, em cada eco-região, soluções específicas para os seus problemas particulares, tendo em conta os dados ecológicos assim como os culturais e as necessidades imediatas, assim como as de longo prazo» (cit. em Chaves, 1994, p.106). A noção de ecodesenvolvimento está, assim, em estreita associação com outras concepções típicas dos finais de 60 e princípios de 70⁶⁸, como a abordagem *basic needs* ou a defesa de um crescimento/desenvolvimento *self-reliant*: «a ideia é assim a de constituição de um desenvolvimento endógeno, dependente das suas próprias forças e valores, obedecendo, antes de mais, às necessidades básicas sentidas pela sociedade.» (Chaves, 1994, p.106).

Em termos conceptuais, e mais recentemente, a ideia de uma compatibilização virtuosa entre desenvolvimento e ambiente, tem vindo a ser analisada a partir da noção de **desenvolvimento sustentável**⁶⁹, cuja

⁶⁸ As posições de François Perroux em defesa de um «novo desenvolvimento» («global», «integrado» e «endógeno»), constituem um interessante exemplo de tais concepções acerca do desenvolvimento. Cf. Perroux (1981).

⁶⁹ O termo em inglês é o de *sustainable development*. A opção de tradução para o português recai usualmente sobre a expressão «desenvolvimento *sustentado*» - cf. Grupo de Lisboa (1994, p.32), Chaves (1994, p.111) ou Mateus, Brito e Martins (1995, p.204). Julgamos, no entanto, que a escolha mais adequada é a de «desenvolvimento *sustentável*», não só porque se mostra mais fiel ao inglês *sustainable*, como apresenta a vantagem de claramente se distinguir de um outro conceito comum na teoria do desenvolvimento, o de «crescimento/desenvolvimento *sustentado*» - significando, em traços gerais, um acréscimo da riqueza material, expresso normalmente em termos de uma súbita no nível de rendimento *per capita*, correspondendo a uma efectiva mutação estrutural no sistema económico; isto é, *sustentado* no tempo e não meramente accidental ou

introdução definitiva nas literaturas sobre ambiente e desenvolvimento tem sido creditada ao Relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development, 1987)⁷⁰, sendo porém de realçar a anterior utilização do termo⁷¹. Em termos gerais, «o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que dura» (World Bank, 1992a, p.34), ou seja aquele em que as escolhas das gerações presentes para a satisfação das suas necessidades e aspirações não comprometem, ou comprometem minimamente, as possibilidades de escolha das gerações futuras.

Apesar desta componente genérica de solidariedade inter-geracional ser consensualmente aceite, as interpretações e operacionalizações concretas associadas ao desenvolvimento sustentável dão azo a um amplo leque de possibilidades/prioridades definitórias⁷². Assim, num quadro caracterizado pela multiplicidade de atributos e interpretações do conceito,

conjuntural. De notar ainda que, na literatura francesa, é preferencialmente utilizado o termo *développement durable* («desenvolvimento durável») - cf. Coméliau (1994, p.62) ou Latouche (1994, p.77); em alternativa, são também empregues os qualificativos de (ecologicamente) *soutenable* («sustentável») ou *viable* («viável») - cf. Sachs (1994, p.53).

⁷⁰ Vd., por ex., Grupo de Lisboa (1994, p.32).

⁷¹ Vd. Tisdell (1988). O autor apoia a sua discussão acerca do desenvolvimento sustentável no relatório da União Internacional de Conservação da Natureza, **World Conservation Strategy** (Gland - Suíça, IUCN, 1980), definindo **desenvolvimento** como «a modificação da biosfera e aplicação de recursos humanos, financeiros, vivos e não-vivos para a satisfação das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida» e conservação como «a gestão do uso humano da biosfera de forma a que esta proporcione o maior desenvolvimento sustentável às gerações actuais, mantendo ao mesmo tempo o seu potencial de satisfação das necessidades e aspirações das gerações futuras» - obviamente que a prossecução de estratégias de conservação deste tipo são centrais para a promoção do desenvolvimento sustentável... (Tisdell, 1988, p.373).

⁷² Desde 1989, será possível identificar mais de sessenta definições de desenvolvimento durável; apenas no próprio Relatório Brundtland, poderão encontrar-se seis diferentes! (Coméliau, 1994, p.62).

importa proceder a um esforço classificatório capaz de dar conta da diversidade de articulações conceptuais que o tema do desenvolvimento sustentável, ou durável, recobre.

Christian Comeliau (1994, pp.62-63), a partir dos trabalhos de Fabrice Hatem, fornece a este respeito uma interessante síntese, que aqui nos permitimos retomar. Antes de mais, é proposta uma distinção de base entre as teorias «ecocentradas» e «antropocentradas»: as primeiras são caracterizadas pelo objectivo de protecção da vida em geral, de todas as espécies num plano de igualdade⁷³; para as segundas, o eixo de conceptualização gira em torno do bem-estar do homem.

No que concerne ao segundo grupo de teorias, denominadas de «antropocentradas», será ainda possível, seguindo o referido texto, discernir três grandes tipos de abordagens: «económicas», «ecológicas» e «radicais» ou «sócio-culturais» (Comeliau, 1994, p.63).

Para a abordagem económica, o desenvolvimento durável visa a «preservação, de uma geração para outra, do stock global de capital (natural e artificial) necessário para assegurar o bem-estar das gerações futuras e presentes» (p.63); de salientar que, implícita nesta abordagem está a hipótese de uma «forte substituibilidade» entre os capitais natural e artificial, bem como a viabilidade do recurso à análise neo-clássica e aos *tools* que esta dispõe para a consideração das matérias ambientais (externalidades, «disfunções» do mercado).

⁷³ A propósito deste «ecocentrismo», Guy Béney (1992) alerta para o perigo de degenerescência numa nova forma de totalitarismo «geocrático» que, fundado numa «organicismo planetário», tenderia à denúncia do humanismo enquanto «especismo» («pré-científico») e como tal poria em causa as noções familiares de democracia e direitos humanos, em prol de um «direito à vida» que o «género humano» (e não o homem enquanto indivíduo) partilharia com milhões de outras espécies em «co-evolução» na «nave espacial Terra» (Beney, 1992, p.94).

A abordagem ecológica visaria igualmente a manutenção ou crescimento do bem-estar, e concomitantemente, do stock de capital, mas pondo em causa a fluidez da substituibilidade entre recursos naturais e artificiais, o que aponta para uma aproximação mais directamente atenta à conservação do stock de capital natural existente.

A abordagem radical/sócio-cultural, na análise da articulação entre ambiente e desenvolvimento mobiliza temas como a diferença crescimento/desenvolvimento, a dimensão ecológica das desigualdades Norte/Sul e as origens sócio-políticas do subdesenvolvimento.

Independentemente do tipo de abordagem prosseguida, um vector central na percepção das questões associadas ao binómio ambiente/desenvolvimento, e na sua tematização desde o início dos anos 70 (com a correspondente introdução de conceitos como ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável), é a consideração do seu carácter eminentemente global - sendo, assim, um dos elementos constitutivos principais da dinâmica globalizante atrás apresentada. Como se afirma no segundo Relatório do Clube de Roma, a respeito desta interdependência global em termos de ambiente: «Hoje em dia e no futuro, portanto, não poderemos ver mais o mundo como uma colecção de mais de 150 nações e uma série de blocos políticos e económicos. Tornou-se um sistema de nações e regiões interdependentes, cada um influenciando os outros, em que ninguém pode escapar aos efeitos de um grande acontecimento ou de uma acção de longo alcance em outra parte do mundo.» (citado em Harborth, 1991, p.8).

O crescente reconhecimento da dimensão global das questões ambientais tem como corolário o apelo à constituição de estratégias supranacionais visando a sua resolução. Assim, não será de surpreender o grande volume de acordos e convenções multilaterais, de âmbito regional ou internacional, em matéria de protecção e regulação ambiental que, desde os

anos 50 (e sobretudo a partir do final da década de 60), têm vindo a ser assinados⁷⁴. Deste vasto conjunto, poderão salientar-se, a título ilustrativo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente (Estocolmo, 1972), a Convenção de Washington sobre o comércio internacional de espécies selvagens (1973), a Convenção de Genebra sobre a poluição atmosférica transfronteiras a longa distância (1979), a Convenção de Bâle sobre os movimentos internacionais de resíduos perigosos (1989) ou o Protocolo de Montreal respeitante às substâncias enfraquecedoras da camada de ozono (1987).

Neste contexto, quer pela sua proximidade relativa, quer pelo âmbito das suas aspirações, merece-nos particular atenção a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, organizada pela CNUCED no Rio de Janeiro em Junho de 1992. Antes de mais, deverá referir-se que a iniciativa se constituiu como um marco importante na tomada de consciência e no debate da questão ambiental. A vertente assumidamente global com que os problemas foram encarados, bem como os propósitos políticos e estratégicos enunciados (espelhados na presença de um amplo leque de actores, nacionais e transnacionais, com evidente capacidade de agenciamento), são aspectos que legitimaram (e legitimam) a grande expectativa gerada⁷⁵ - e que mais pertinentes tornam os exercícios de reflexão em seu torno.

⁷⁴ Barde (1993, p.52) fornece uma listagem que compreende, para o período de 1949 a 1992, o número de 52 (!) acordos ou convenções visando a protecção ambiental; no que respeita a acordos multilaterais relativos ao ambiente contendo dispositivos comerciais, é-nos proporcionada uma relação de 17 acordos (Barde, 1993, p.47).

⁷⁵ Tais expectativas serão igualmente fruto de algum empolamento mediático, o que nem sempre terá sido abonatório para a imagem geral da Cimeira; Guy Béney, a este respeito, caracteriza Rio-92 como «*cette première Grand-Messe de l'Age global*» (Béney, 1992, p.93).

Em termos concretos, pode de imediato notar-se uma certa distância entre os objectivos inicialmente enunciados e os resultados finais obtidos. Assim, e seguindo a exposição de Mateus, Brito e Martins (1995, p.204), podemos distinguir três níveis de objectivos: a elaboração de uma convenção sobre biodiversidade e de outra sobre mudança climática; o estabelecimento de um Plano de Acção (Agenda 21), respeitando ao vasto campo de problemas em discussão (desertificação e recursos hídricos, reciclagem, tratamento de resíduos tóxicos e nucleares, etc.); aprovação da Declaração do Rio, respeitando a princípios, direitos e obrigações em matéria ambiental⁷⁶.

Em termos de resultados, contudo, tanto as Convenções como a Declaração aprovadas não atingiram a amplitude desejada; quanto à Agenda 21, não só se viu esvaziada do conteúdo estratégico e programático inicialmente previsto, como beneficiou de dotações orçamentais muito aquém das necessidades apontadas (cf. Mateus, Brito e Martins, 1995, p.205). A falta de consenso entre as várias delegações nacionais foi a causa deste desencontro entre objectivos e resultados, reflectindo as profundas divergências estratégicas que, como seria de prever, subsistem entre os diversos países/grupos de países no que toca ao *dossier* ambiental.

Um dos eixos de clivagem de interesses mais frequentemente apontado é, ainda, a polaridade Norte/Sul - nos termos em que esta se apresenta usualmente, por referência à problemática do desenvolvimento económico.

⁷⁶ Elemento de grande importância no quadro da emergência e afirmação de um «direito internacional sobre ambiente» que, assente num « 'direito ao ambiente' enquanto direito fundamental do indivíduo a beneficiar de um ambiente são e harmonioso» (Barde, 1993, p.52), se estruture em torno de uma Declaração capaz de enunciar claramente os princípios condutores, os direitos e os deveres dos vários agentes envolvidos na gestão global do factor ambiental (estados, organizações internacionais, ONGs, ETNs, etc.).

A primeira linha argumentativa em prol da relevância desta polaridade consiste em afirmar que, apesar do carácter global dos problemas ambientais, a relação com, e os efeitos sobre, o meio ambiente engendrados pelos sistemas sociais e produtivos do Norte «sobredesenvolvido» e do Sul «subdesenvolvido» são bastante diversos... Estaríamos, então, em condições de falar de um «novo Norte-Sul no novo sistema internacional»⁷⁷?

Esta questão assume particular relevância se pensarmos em termos do contraste entre os padrões de danos e riscos ambientais que as sociedades do «Norte» e do «Sul» provocam (vd. Harborth, 1991). Neste quadro, é de salientar a especificidade dos problemas que as situações de «pobreza», que caracterizam os países do «Sul», colocam à ideia de desenvolvimento sustentável, uma vez que por vezes se traduzem numa elevada pressão sobre os recursos ambientais para colmatar as insuficiências na satisfação de necessidades fundamentais (sobreutilização de recursos florestais, poluição do ar e dos aquíferos, etc.) (cf. Oodit e Simonis, 1993).

Para além destas «questões técnicas», ou a partir delas, pode gerar-se alguma polarização Norte-Sul ao nível das relações internacionais; aspecto que seria visível a partir da análise das negociações ecológicas globais, designadamente da Conferência do Rio (cf. Lipietz, 1994).

Mas a própria noção de desenvolvimento económico «moderno» poderá esconder elementos de uma oposição mais essencial entre desenvolvimento e meio ambiente, como sugerem estas palavras recentes de Celso Furtado: «A visão do mundo que prevalece na nossa época é dominada pela ideia de desenvolvimento. O homem é entendido como um

⁷⁷ A expressão é de Hartmut Elsenhans (1992), embora em referência a uma outra ordem de questões: a persistência das polarizações ao nível mundial, num quadro de alterações no «Terceiro-Mundo», no «Leste» e no «Ocidente» que estariam a conduzir à generalização dos estados de rendas (*rentiers*) e patrimoniais.

factor de transformação do mundo na realização das suas potencialidades e virtualidades. Temos por evidente que o homem não está em equilíbrio com o meio: é preciso transformá-lo para se realizar individual e colectivamente.» (Furtado, 1994, p.171).

Ora, se a ideia de crescimento/desenvolvimento está historicamente associada a formas de transformação do meio que, para usar os termos de Georgescu-Roegen (1971), aceleram o processo de «entropia energética» do sistema, insistir na compatibilidade entre um crescimento económico global continuado e a sustentabilidade ambiental de longo-prazo (orientação que emerge, por exemplo, da Cimeira do Rio) poderá conter elementos fortemente auto-contraditórios. A ideia de um «desenvolvimento durável» ou «sustentável» como tem vindo a ser apresentada, pode, assim, não passar de um «bloqueio conceptual» (Comeliau, 1994) ou de um «conceito alibi» (Latouche, 1994)...

Neste quadro, o papel dos (novos) movimentos sociais, na sua forte componente ambientalista, poderá fornecer elementos da maior relevância na sistemática redefinição dos conceitos e das práticas indispensáveis a qualquer consideração aprofundada das possibilidades efectivas de um «desenvolvimento sustentável».

Os movimentos ambientalistas corporizam formas de protesto que se dirigem contra o próprio modelo de desenvolvimento económico e social das sociedades ocidentais «avançadas», que, por sua vez, estabelece o horizonte para o qual procuram convergir as sociedades ditas «em desenvolvimento». Partindo de uma efectiva tomada de consciência em relação à presente «crise ambiental», surgem um conjunto de tematizações acerca da reformulação da relação do ser humano com a natureza, procurando superar a relação de «exploração» que caracteriza o «paradigma da modernidade» (cf. Eder, 1990 ; Martinez-Alier, 1995).

C. A ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

A convicção de que a natureza e modo de actuação do estado têm importantes efeitos sobre as *performances* em termos de desenvolvimento económico, tem marcado desde o início as teorias e reflexões sobre o desenvolvimento.

A visão dominante no passado acerca desta relação tendia a atribuir aos poderes públicos um papel instrumental na actuação sobre o desenvolvimento - a ênfase era colocada no estado como um meio, independentemente do grau e da forma de legitimação social. As considerações acerca da sua natureza eram muitas vezes colocadas em termos que favoreciam, de forma mais ou menos explícita, os regimes de pendor autoritário. Como exemplo do tipo de argumentação presente nestas análises, pode apontar-se o entendimento apresentado por Gunnar Myrdal na sua análise sobre um conjunto de países asiáticos nos anos 60 - os *soft states* (por oposição aos estados fortes) seriam o principal obstáculo ao desenvolvimento desses países (Sri Lanka, Paquistão, Índia, Bangladesh, Indonésia, Birmânia), devido à falta de disciplina social, à resistência ao controlo público e à aplicação das directivas e orientações governamentais por parte de interesses privados organizados, ao desrespeito generalizado pela lei, etc; isto é, na incapacidade dos estados e seus respectivos governos implementarem objectivos políticos por si próprios declarados (cf. Myrdal, 1968)⁷⁸. Acontece que, determinado tipo de estados autoritários, conseguiram assegurar níveis de «disciplina social» orientada para o

⁷⁸ É de salientar que, no âmbito específico da análise de Myrdal, tal não implica necessariamente que os *Soft States* não possam assumir uma natureza autoritária e agir em conformidade - como nota Paul Streeten, « 'softness' no sentido de Myrdal é bem compatível com um elevado grau de coerção, violência e crueldade» (1990, p.1034).

desenvolvimento económico, acompanhada de políticas altamente interventoras e reguladoras do «livre curso» dos mercados, e com resultados assinaláveis (pelo menos ao nível dos critérios correntes para a aferição do crescimento e desenvolvimento económicos) fornecendo o modelo para conceitos como *Developmental State* (Leftwich, 1995) ou *Development Dictatorship* (Tetzlaff, 1994).

Mais recentemente pode observar-se uma significativa mudança de perspectiva nas concepções e nas práticas, acentuando a ideia de que os regimes democráticos, entendidos como aqueles em que existe uma pluralidade de partidos e se verificam eleições livres⁷⁹, constituem a forma de governo preferível para os PVD. Esta tendência consubstancia-se no facto de que a existência de um regime democrático, ou pelo menos de um projecto de transição de governos ditatoriais ou de partido único para o pluripartidarismo (em conjunto com o respeito pelos direitos humanos fundamentais), vem sendo crescentemente considerada como condição fundamental para a concessão de ajuda por parte dos países doadores e das organizações multi-laterais (pelo menos ao nível das enunciações de princípio).

Mas como explicar esta mudança de perspectiva? Qual a sua base de justificação? Como se traduz concretamente nas políticas e práticas de cooperação e desenvolvimento?

⁷⁹ Prevalece geralmente aquilo a que poderíamos chamar uma definição formal ou minimalista de democracia - como exemplo podemos apontar a concepção de Samuel Huntington, para quem um regime político é democrático «na medida em que os seus decisores políticos mais poderosos são seleccionados por meio de eleições justas, honestas e periódicas, nas quais os candidatos competem livremente pelos votos e em que virtualmente toda a população adulta tenha direito a voto» (cit. em White, 1995, p.27).

A ideia de que estamos em presença de uma «revolução democrática global» (Rustow, 1990), ou seja de que a democracia constitui a forma de regulação política universal para a qual todos os estados estariam a convergir, independentemente das suas especificidades (culturais, económicas, ou outras), tomou forma no contexto da derrocada do chamado «socialismo real» na Europa de Leste, no final da década de 80.

A percepção destas transformações, bem como de um conjunto de outras alterações em diferentes regiões (designadamente na Ásia e na América Latina), legitimou toda uma série de visões «triunfalistas» acerca dos méritos das democracias liberais.

Neste quadro, podemos destacar as conhecidas posições de que teríamos atingido o «Fim da História», que o debate entre as grandes ideologias teria terminado, cujo principal mentor foi Francis Fukuyama (1989, 1992). O núcleo da argumentação deste autor aponta para a defesa da ideia de que «embora alguns países da actualidade possam não ter atingido uma democracia liberal estável e outros possam regredir para formas de governo mais *primitivas*, como a teocracia ou a ditadura militar, o *ideal* da democracia liberal não pode ser aperfeiçoado» (Fukuyama, 1992, p.13; *itálicos nossos*).

A fundamentação desta análise estrutura-se a partir de uma concepção da história que se identifica com a ideia de uma «história universal», reapropriada de autores como Hegel e Marx - «a história compreendida como um processo singular, coerente e evolutivo, tendo em conta a experiência de todos os povos em todos os tempos» (Fukuyama, 1992, p.14)⁸⁰.

⁸⁰ O sentido que Fukuyama atribui a essa história universal procura a sua legitimação no pensamento de Hegel, ou, para ser mais preciso, na interpretação que Kojève faz de Hegel - para uma análise crítica do «finalismo histórico» em Kojève, vd. Stoekl (1994)

Fukuyama acredita na possibilidade de uma tal concepção, e na conclusão de que o sentido do processo aponta para a democracia liberal como estágio evolutivo terminal no domínio da organização política, fazendo apelo a dois princípios reguladores/direccionadores: «a ciência natural moderna» e a «luta pelo reconhecimento». O primeiro conduz à ideia de que o desenvolvimento da ciência natural moderna introduz efeitos «uniformizadores» ao nível dos diferentes contextos sociais em que é experimentado, designadamente no âmbito da tecnologia militar e da tecnologia económica; este princípio, se explica a convergência para a organização «racional» da actividade económica (isto é, as estruturas de mercado), seria insuficiente para explicar a inevitabilidade da marcha em direcção à democracia, uma vez que, como o autor significativamente reconhece, «em muitos casos, os estados autoritários conseguem produzir níveis de crescimento económico inatingíveis em sociedades democráticas» (Fukuyama, 1992, p.17). Assim, surge a necessidade de recorrer ao princípio do «desejo de reconhecimento», tema que remete explicitamente para Hegel e para a «contradição» inerente à relação domínio/servidão, ultrapassada nas democracias liberais pelas ideias de soberania popular (reconhecimento universal e recíproco) e de estado de direito (dignidade reconhecida pelo estado através da garantia de direitos).

Esta ideia evolucionista da inexorabilidade da ordem democrática não é, obviamente, exclusiva de Fukuyama. Entre os autores que trataram esta temática, merecerá porventura uma referência especial a análise de Talcott Parsons, desde logo porque, nos seus trabalhos dos anos 60, apontou para a possibilidade de transformação dos regimes do Leste que viria na realidade a ocorrer 30 anos depois⁸¹.

⁸¹ «...a organização totalitária comunista não conseguirá provavelmente acompanhar a capacidade política e integrativa da 'democracia' no longo prazo. Na realidade prevejo que provará ser instável e que, ou fará ajustamentos na

Para Parsons, a trajetória das sociedades para níveis mais elevados de complexidade, começam a formar-se instituições especializadas que vão preenchendo funções específicas que anteriormente eram garantidas por unidades sociais multi-funcionais (tipicamente, os grupos de parentesco). Este processo de diferenciação estrutural-funcional, ao permitir uma melhoria nas potencialidades para a mobilização e utilização de recursos, aumenta a capacidade adaptativa das sociedades. É neste contexto que Parsons introduz a noção de «universal evolucionário» (*evolutionary universal*)⁸², afirmando que o desenvolvimento da «associação democrática» seria uma dessas características de validade universal - só as instituições democráticas permitiriam a instauração de uma ordem legal universalista (outro dos seus universais evolucionários) e garantiriam os níveis de flexibilidade e consenso necessários à eficaz organização política dos sistemas sociais mais complexos (cf. Mouzelis, 1993; Tetzlaff, 1994, pp.26-28).

A análise crítica deste tipo de posições escapa ao âmbito do presente trabalho - o que nos poderia, designadamente, conduzir a uma adequada desconstrução do carácter ultimamente redutor que as análises sociais de cariz evolucionista sempre comportam na sua visão «homogeneizadora» da condição humana.

Para já, será porventura importante fazer notar que o impulso universal na direcção da democracia que aparentemente presenciamos se

direcção geral da democracia eleitoral e do sistema pluripartidário, ou 'regredirá' em formas de organização geralmente menos avançadas e politicamente menos eficazes...» (Talcott Parsons, cit. em Mouzelis, 1993, p.147).

⁸² «os universais evolucionários são inovações [institucionais] que permitem dotar a sociedade com um aumento muito substancial da sua capacidade adaptativa geral - tão substancial que as sociedades que não os incorporam estão em desvantagem relativa» (Parsons, cit. em Mouzelis, 1993, p.146).

faz, algo paradoxalmente, num contexto em que são visíveis um significativo conjunto de limitações dos modelos democráticos que fornecem a matriz inspiradora para essa «revolução democrática global». Neste quadro, poderemos destacar dois aspectos: os efeitos das dinâmicas de globalização e uma certa «crise de legitimidade» dos regimes democráticos convencionais nos próprios países de onde são originários.

1. Os actuais processos de globalização, para os quais procurámos anteriormente esboçar uma caracterização, têm uma significativa influência na forma como tem sido concebida a questão das formas de organização política democráticas. A teoria democrática tem extraído os seus termos de referência exclusivamente a partir do modelo do estado nacional - na sua base, está o pressuposto de que existem relações de simetria e congruência entre os decisores políticos e os receptores dessas decisões (o eleitorado); as democracias são unidades auto-contidas no quadro de um determinado estado nacional. Apesar da permanência dos estados como princípios de organização fundamentais para as sociedades modernas, é inegável que as presentes tendências globalizantes têm obrigado a uma redefinição dos seus atributos e do alcance das suas funções e capacidade de decisão, do conteúdo da sua soberania e autonomia. Face à emergência de novas estruturas de poder que rivalizam e se entrecruzam com os estados nacionais (ETNs, Organizações Internacionais de âmbito mundial ou regional, ONGs/sociedade civil global, etc.), o quadro convencional de responsabilização dos decisores políticos face ao seu eleitorado está a entrar em erosão, ameaçando um dos fundamentos básicos em que assenta a ideia de democracia⁸³. A este respeito, a Comissão da União Europeia constitui

⁸³ Sobre toda a questão da democracia no actual contexto de globalização, vd. David Held (1991). Como afirma o autor, «o significado do processo de decisão democrática nacional nos dias de hoje tem de ser explorado no contexto de uma complexa, multinacional e multilógica sociedade internacional, e de um enorme

um exemplo paradigmático de um poder transnacional com evidentes déficits de legitimidade democrática.

Pode, portanto, afirmar-se que existem fortes possibilidades no sentido de que as instituições, as normas e as práticas que presentemente definem a organização democrática das sociedades venham a sofrer significativos (re-)ajustamentos, procurando corresponder às mutações em curso: «Dado que a posição dos estados-nação na ordem global está a mudar, com novas formas de organização local a proliferarem um nível abaixo e outras de tipo internacional um nível acima, é razoável esperar que novas formas de envolvimento democrático tenderão crescentemente a surgir» (Giddens, 1990, p.138).

2. A observação da trajectória das democracias liberais tem conduzido a uma percepção dos limites desses modelos de organização política, que, como vimos, aspiram actualmente a uma incontestável validade universal⁸⁴. Neste sentido, poderá falar-se de elementos que induzem uma certa «crise de legitimidade» das fórmulas democráticas convencionais, ou para retomar uma expressão recentemente invocada, poderemos estar numa fase de «crise moral das democracias» (cf. Maier, 1994).

leque de instituições regionais e globais já existentes e em emergência que transcendem e permeiam as fronteiras nacionais» (Held, 1991, p.147).

⁸⁴ Muito provavelmente, o facto de as democracias liberais se apresentarem actualmente como «única opção possível» poderá conduzir a uma avaliação mais atenta dos seus próprios limites, ao repensar dos seus fundamentos, uma vez que, na sua (auto-)legitimação tem assumido um papel central o argumento das «vantagens» por comparação com os modelos que historicamente se têm apresentado como alternativos (fascismos, socialismos).

O debate acerca dos «novos» movimentos sociais⁸⁵, que animou o pensamento sociológico durante a década de 80, poderá transmitir alguns elementos do maior interesse na apreciação dos limites das formas institucionalizadas de organização política em que assentam as democracias liberais. Os novos movimentos sociais procurariam «a politização das instituições da sociedade civil por meios que não estejam constrangidos pelos canais das instituições políticas representativas-burocráticas, e assim *reconstituir* uma sociedade civil que não esteja mais dependente de acréscimos de regulação, controlo e intervenção» (Offe, 1985, p.820).

A aposta estaria na constituição de um espaço, de uma categoria intermédia, que escapasse à dicotomia convencional público (estado) - privado (sociedade civil).⁸⁶

Os novos movimentos sociais teriam, assim, surgido como forma de colmatar o hiato entre os sistemas institucionalizados de representação e decisão política e as necessidades e aspirações sentidas na sociedade. Ou seja, para tentar preencher as evidentes lacunas do sistema em termos de efectiva participação dos cidadãos.

⁸⁵ A «novidade» de grande parte dos movimentos sociais que tem sido classificada sob essa designação é questionada por alguns autores; na verdade, se exceptuarmos os movimentos ecologistas, todos os outros tipos de movimentos têm raízes profundas no passado, o que não impede que a sua acção actual seja marcada por novos aspectos (cf. Calhoun, 1993, pp.86-90; Fuentes e Frank, 1989, pp.179-181).

⁸⁶ Para Claus Offe, «o espaço de acção dos novos movimentos sociais é um espaço de *política não-institucional* que não é fornecido nas doutrinas e práticas da democracia liberal e do estado-providência» (Offe, 1985, p.826); para Alberto Melucci, «um novo espaço político desenha-se para além da distinção tradicional entre estado e 'sociedade civil': um espaço público intermédio, cuja função não é institucionalizar os movimentos ou transformá-los em partidos, mas fazer com que a sociedade escute as suas mensagens e traduza essas mensagens no processo político de decisão, enquanto os movimentos mantêm a sua autonomia» (Melucci, 1985, p.815).

Ainda no que diz respeito ao problema das insuficiências na participação das populações no quadro dos actuais sistemas políticos democráticos, Sheldon Wolin (1985) fornece-nos uma interessante leitura que, no seguimento da tese weberiana do «desencantamento do mundo» associado ao desenvolvimento da racionalidade instrumental característica da modernidade, aponta para a questão da «ausência do mito»⁸⁷ - «o que parece faltar são rituais genuinamente participatórios que possam inclinar-nos na direcção da comunhão com os poderes. Parecemos apenas capazes de dominar os poderes ou de nos curvamos perante eles» (Wolin, 1985, p.223). Assim, e não obstante podermos observar determinadas práticas, como as eleições periódicas, certas festividades ou feriados patrióticos, que apontam para sobrevivências de princípios rituais participatórios, estes tornaram-se distorcidos e corrompidos - «os rituais tornaram-se ritualísticos. O vazio do mito constitucional e a auto-caricatura dos seus rituais sugerem a crise ontológica de uma ordem política que perdeu o seu fundamento» (Wolin, 1985, pp.231-232). Wolin, tomando como referência «a mais afluyente das democracias» (o caso americano), qualifica a presente situação como de «democracia gerida» (*managed democracy*), em que dominam «os gestos meramente retóricos em relação ao igualitarismo, à participação generalizada no poder, ou ao respeito pelas sensibilidades das pessoas vulgares (...). A democracia gerida é um mundo criado de imagens, sons e cenários que tem um contacto meramente ocasional com a realidade de todos os dias da maior parte das pessoas» (Wolin, 1990, p.27).

É neste quadro que surge a necessidade de pensar uma ampla renovação das teorias e práticas democráticas. Como afirma Boaventura Sousa Santos, «a renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na

⁸⁷ A concepção de «mito» é aqui apresentada em oposição à razão científica moderna, sendo entendida enquanto «discurso sobre o poder, sobre os poderes imanentes e transcendentais, e a relação do homem com eles» (Wolin, 1985, p.218).

formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao acto de votar (...). A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania» (Sousa Santos, 1994, p.233).

A discussão do problema da articulação política do desenvolvimento na actualidade é indissociável da referência ao tema da «condicionalidade política» nas lógicas de ajuda internacional contemporâneas, que emerge deste contexto geral de afirmação do modelo de organização das democracias liberais.

Em termos gerais, pode falar-se de condicionalidade política da ajuda sempre que o fluxo da ajuda internacional, que assenta necessariamente no domínio do económico, está associado a motivações ou objectivos de natureza política - designadamente, a objectivos de transformação política nos países receptores. Mas, como sempre acontece com as proposições de elevado grau de generalidade, a condicionalidade política assim entendida confunde-se com a própria natureza histórica dos regimes de ajuda internacional, que se constituíram a partir do final da II Guerra Mundial, podendo mesmo afirmar-se que é um dos seus principais elementos condutores - neste sentido, bastará observar, por exemplo, a evolução da estrutura da política de ajuda externa americana...

Assim, e para nos fixarmos nos objectivos que presentemente nos assistem, poderemos reter como possível noção operatória de condicionalidade política, o «desenvolvimento relativamente recente do regime da ajuda internacional» que, na passagem para a década de 90, constitui o «uso da ajuda para impor condições políticas nos países receptores no sentido de promover reformas democráticas e de governo ou

para punir a não-conformidade com exigências anteriores» (Baylies, 1995, p.321).

A emergência das práticas de condicionalidade política dá-se no contexto das políticas de estabilização e ajustamento estrutural que dominaram as lógicas de ajuda internacional ao longo da década de 80. A implementação deste tipo de programas surge como forma de dar resposta aos graves desequilíbrios macro-económicos que atingiram grande parte dos PVDs, no quadro da chamada «crise da dívida» que tomou forma no final dos anos 70. É assim que surge a necessidade por parte desses governos de recorrer às instituições multi-laterais de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial.

Os programas de estabilização do FMI (mais orientados para o curto-prazo e para uma contracção da procura) e os programas de ajustamento do Banco Mundial (virados para o longo-prazo e para a expansão da oferta) surgem, portanto, na confluência de dois movimentos fundamentais:

- A necessidade de carácter conjuntural de dar uma resposta aos desequilíbrios das balanças de pagamentos dos países afectados pela crise da dívida;

- A convicção de que esses países teriam de submeter-se a um conjunto de reformas visando a sua transição económica para as condições «normais» de uma «economia de mercado», com o inevitável desencadeamento de processos de liberalizações, desregulamentações e privatizações, na sequência da tendência neo-liberal que domina, em diversas instâncias, o pensamento ocidental deste período. As estratégias de reforma passaram a ter como referência matricial o chamado *Washington Consensus*, que, genericamente, aponta para a adopção de políticas macro-económicas prudentes, a promoção de estratégias de inserção internacional

orientadas para o exterior e remoção das «distorções» nos mercados de bens e factores⁸⁸.

A imposição de condições para a concessão de empréstimos faz-se sentir de forma progressiva, podendo afirmar-se que existem várias «gerações» de programas, definidas pelo alargamento do âmbito das condicionalidades associadas (cf. Green e Faber, 1994).

Neste quadro, os regimes de condicionalidade política podem, então, ser entendidos como «a extensão para o domínio político da condicionalidade que forma a base dos ‘pacotes’ (*packages*) de ajustamento estrutural» (Baylies, 1995, p.321).

Em termos das formas concretas de que se tem revestido a condicionalidade política, podemos distinguir duas abordagens: a do Banco Mundial e a dos doadores bilaterais.

O Banco Mundial, cujo mandato não permite a ingerência directa nos assuntos de política interna dos países membros⁸⁹, tem centrado a sua intervenção na promoção da *good governance* («boa governação»). Os

⁸⁸ Para uma caracterização mais detalhada do *Washington Consensus*, vd. Williamson (1993), sugerindo o autor dez temas principais em torno dos quais se constitui a argumentação típica: disciplina fiscal, modificação das prioridades na despesa pública, reforma dos impostos, liberalização financeira, eliminação dos regimes cambiais administrados, liberalização do comércio, apoio (ou, pelo menos, não-discriminação) relativamente ao investimento directo estrangeiro, promoção das privatizações, defesa da total desregulamentação dos mercados (garantia de livre acesso e condições de igualdade na concorrência) e garantia dos direitos de propriedade.

⁸⁹ Segundo o Artigo IV, Secção 10 dos estatutos do Banco Mundial, «O Banco e os seus funcionários não devem interferir nos assuntos políticos de nenhum membro; nem devem ser influenciados nas suas decisões pela condição política do membro ou membros em causa. Só as considerações económicas devem ser relevantes para as suas decisões, e essas considerações devem ser ponderadas imparcialmente...» (cit. em Stevens e Gnanaselvam, 1995, p.97).

doadores bilaterais, por seu turno, têm focalizado a sua acção mais directamente sobre o encorajamento da democratização. É certo que podemos identificar alguma convergência entre as duas posições, o que se reflecte na vontade do Banco Mundial reconhecer, pelo menos ao nível conceptual, a importância do tipo de regime político sob uma perspectiva de governação, e na crescente atenção que os doadores bilaterais conferem às questões de gestão da política económica (cf. Stevens e Gnanaselvam, 1995).

O surgimento do discurso da governação por parte do Banco Mundial deve ser entendido no quadro das dificuldades encontradas na aplicação das reformas, bem expressas na perversidade dos efeitos laterais a que conduziram (e que, numa primeira fase, procuram ser capatados por meio da eufemística rúbrica da «dimensão social do ajustamento»). É no quadro do re-equacionamento estratégico das suas acções e propostas, que começa a ganhar força a ideia de que são necessárias «reformas institucionais» junto das administrações dos países receptores, uma vez que, para além de constituírem o interlocutor privilegiado na transmissão da ajuda, são estes agentes que detêm a principal responsabilidade pelas condições que rodeiam a sua aplicação no terreno. Assim, a temática da governação remete para o «sub-texto emergente de um discurso mais alargado promovido pelo Banco Mundial, a partir de meados dos anos 80, que expressa a necessidade de um ambiente propício às reformas prescritas» (Baylies, 1995, p.322). Isto é, para que os mercados «funcionem» é necessária a criação das instituições adequadas (e a reforma das existentes), importa promover o *institution-building* (cf. Nunnenkamp, 1995, p.9).

Em termos práticos, a rúbrica da boa governação envolve um vasto leque de implicações, de geometria variável consoante os doadores e os receptores, assentando numa perspectiva instrumental cujo fim seria a promoção do desenvolvimento económico e social. Mais concretamente, o

conceito de boa governação do Banco Mundial, compreende as seguintes quatro dimensões principais (cf. World Bank, 1992b, 1994):

- capacidade e eficiência na gestão do sector público;
- responsabilização a todos os níveis das actividades estatais, o que inclui uma ênfase particular na descentralização e participação;
- existência de uma grelha legal e de um poder judicial independentes (constituição de estados de direito) como quadro fundamental para o desenvolvimento;
- transparência da administração pública e acesso generalizado à informação, como forma de garantir uma orientação dos orçamentos de estado para o objectivo do desenvolvimento (reduzindo, por exemplo, o peso das despesas militares) e de combater a corrupção.

O tipo de intervenção dos doadores bilaterais na promoção da democracia, apesar de ser consideravelmente variável de caso para caso (reflectindo as opções e interesses específicos de cada país), pode ser exemplificado com uma referência a duas experiências concretas: a americana e a francesa.

A ênfase actual na promoção da democracia, como fim em si mesmo, por parte da política de ajuda externa americana tem a sua origem imediata na administração Bush, prolongando-se na actual administração Clinton⁹⁰. Em termos dos meios empregues, e para além das usuais formas de pressão económicas, políticas e mesmo militares utilizadas pelo governo americano, pode destacar-se o financiamento de acções directamente vocacionadas para

⁹⁰ O que não significa, muito ao contrário, que as considerações geo-estratégicas dominantes em períodos anteriores (como o de Nixon-Kissinger ou de Reagan), estejam totalmente ausentes das actuais políticas americanas.

objectivos de democratização. As principais instituições envolvidas são as agências governamentais USAID (*US Agency for International Development*) e a USIA (*US Information Agency*), bem como a organização de carácter privado, embora financiada por fundos governamentais, NED (*National Endowment for Democracy*). Os programas especificamente concebidos para a promoção da democracia podem agrupar-se em torno de quatro categorias gerais: programas para promover processos eleitorais democráticos; programas para fortalecer as instituições governamentais de países em que o processo de democratização está em curso ou é recente; programas para acelerar o crescimento da sociedade civil; programas educativos para aumentar a compreensão popular da democracia (cf. Carothers, 1995).

Quanto à experiência francesa, podemos estabelecer como momento impulsionador de uma política de promoção explícita da democracia o «discurso de *la Baule*», proferido por Mitterrand em Junho de 1990. Em termos gerais, a instauração de regimes organizados segundo os critérios da democracia liberal passa a ser uma pré-condição para a concessão de ajuda. Na prática, estas disposições traduziram-se na promessa de ajudas financeiras especiais para os países que iniciassem o seu percurso na direcção da democracia - ou seja, instalou-se junto dos países receptores (ou mais concretamente das suas elites) a ideia de que, iniciando o processo das transições políticas liberais, iriam beneficiar de uma renda suplementar, de um «prémio à democracia». Assim, dá-se uma acentuada perversão e inversão da lógica subjacente às «boas intenções» iniciais, o que estará na origem, por exemplo, dos acontecimentos dramáticos do Congo-Brazzaville, onde a luta sangüinária entre as duas facções rivais do antigo partido único (lideradas por Lissouba e Sassou), que estalou após as eleições onde se defrontaram (vencidas pelo «partido» de Pascal Lissouba), foi repetidamente atribuída pelos contendores ao facto da França não ter entregue o esperado «prémio à democracia» (cf. Quantin, 1994, pp.27-28.).

Desde logo pode levantar-se a questão de saber até que ponto o acento na democratização e as exigências de estabilização e ajustamento são mutuamente compatíveis. A este respeito podem invocar-se argumentos favoráveis e desfavoráveis (cf. Healey e Robinson, 1992, pp.116-117):

- Por um lado, a potencial alternância de poder associada à observância de processos eleitorais competitivos, pode fornecer como que uma «válvula de escape» para os descontentamentos sociais associados à natureza restritiva das políticas de estabilização e ajustamento, tendendo, portanto, a própria sensibilidade dos governos a ser maior quanto aos efeitos das reformas; espera-se, enfim, que se institua uma prática de formulação de políticas de «mais persuasão e menos repressão».

- Por outro lado, a própria dinâmica dos ciclos eleitorais tem tendência a gerar comportamentos gastadores por parte dos governos na proximidade dos actos eleitorais, contribuindo negativamente para os objectivos de controlo orçamental, da maior importância na lógica da estabilização e ajustamento; o risco da adopção de medidas «populistas», com objectivos de curto-prazo, pode contrapor-se às exigências das reformas estruturais, conduzindo mesmo ao impulso para o adiamento da sua implementação.

Neste ponto, e para além das estritas lógicas de estabilização e ajustamento e das vicissitudes da sua aplicação, importa retornar ao tema condutor que aqui nos ocupa, o desenvolvimento económico. A este respeito, é significativo fazer notar que a ênfase recente nas diversas modalidades de condicionalidade política, bem como nas formas de condicionalidade económica que as precederam e acompanham, tem como pressuposto justificativo central a convicção de que as reformas propostas, e particularmente os regimes democráticos, contribuem positivamente para as

performances dos países afectados em termos de desenvolvimento económico. Desenha-se, assim, uma visão estratégica de enquadramento para o processo de desenvolvimento económico assente na convergência das teses liberais nos domínios do económico e do político: «o desenvolvimento pode ser melhor promovido através de um estado *market-friendly* presidindo sobre uma economia predominantemente capitalista e operando sob a ‘concha’ política de uma democracia liberal» (White, 1995, p.27).

A argumentação teórica típica que sustenta esta posição, de superioridade das «democracias» face às «ditaduras» em termos de desenvolvimento, assenta em duas questões principais (cf. Olson, 1993):

- a tendência para comportamentos predatórios e *rent-seeking* (de extracção do «excedente social») por parte dos líderes políticos nos regimes autocráticos, comportamentos esses que nas democracias, pela existência de competição política e possibilidade de alternância, tendem a ser atenuados;

- o respeito pelos direitos individuais, necessário para o funcionamento do regime democrático, é igualmente essencial para assegurar os direitos de propriedade e garantir o cumprimento dos contratos, aspectos centrais para alimentar um processo de crescimento económico sustentado no tempo.

Independentemente do nosso posicionamento face à pertinência e validade este tipo de argumentação, será importante observar a forma como, na prática, se tem apresentado a relação entre democracia e desenvolvimento.

Neste quadro, são significativas as conclusões do *survey* de estudos empíricos elaborado por A.Alesina e R.Perotti, embora seja de notar que é privilegiada a dimensão mais restritiva do crescimento económico: «a literatura empírica recente é largamente unânime em apontar resultados inconclusivos. Controlando os determinantes económicos do crescimento, a

democracia não tem efeitos no crescimento, nem positivos nem negativos» (Alesina e Perotti, 1994, p.353). Por outro lado, e seguindo ainda o mesmo trabalho, os autores apontam dois interessantes resultados: «Primeiro, o crescimento é influenciado não tanto pela natureza do regime político (democracia ou ditadura) mas pela sua estabilidade. Segundo, as transições das ditaduras para as democracias, estando associadas a instabilidades sócio-políticas, são tipicamente períodos de baixo crescimento» (Alesina e Perotti, 1994, p.359).

O carácter inconclusivo dos estudos empíricos acerca da associação entre «democracia» e «crescimento» poderá, no entanto, não constituir motivo de particular inquietação.

Desde logo, os métodos de tipo econométrico que sustentam estes estudos levantam sérias dúvidas quando submetidos a um escrutínio crítico de âmbito metodológico/epistemológico. Não sendo aqui o lugar para explorar os detalhes que esta questão suscita, bastará mencionar a total inoperância dos estudos econométricos no estabelecimento/verificação de mecanismos de causalidade.

De resto, a própria discussão acerca da relação entre democracia e crescimento/desenvolvimento económicos corre o risco de ter perdido a sua pertinência:

- Por um lado, assim o exigem as contingências e os consensos actuais em torno das formas de organização política para as quais devem convergir as diversas sociedades, o que se reflecte, como vimos, em orientações concretas ao nível das práticas de ajuda ao desenvolvimento.

- Mas, mais fundamentalmente, a questão estará em saber se a democracia não será um objectivo válido em si mesmo, pelo menos ao nível do desenvolvimento humano, nas suas vertentes sociais e políticas; assim, para Gordon White, «a democracia (...) é um sólido *developmental*

good de direito próprio (...). Neste quadro, quaisquer argumentos que repousem simplesmente nas virtudes relativas do autoritarismo vs. democracia como *meios* alternativos para atingir o desenvolvimento estão deslocados» (White, 1995, pp.30-31).

Mas a grande questão que permanece está em saber «que democracia»?

Não é claro que a imposição de modelos formais/minimalistas de democracia⁹¹, transpostos da experiência das democracias liberais do ocidente seja a forma mais adequada de promover esforços efectivos de democratização. Como nota Patrick Quantin a respeito da experiência africana, o processo de transições políticas poderá apenas ter conduzido a «uma transformação de regimes oligárquicos autoritários em oligarquias liberais (...), importa notar que as transições do princípio dos anos 90 são marcadas pela permanência das élites» (Quantin, 1994, pp.27-31).

Neste quadro, uma vertente de acção promissora poderá ser o aprofundamento das experiências de participação no desenvolvimento. Estas experiências são particularmente visíveis no contexto da implementação de projectos de desenvolvimento rural, podendo registar-se uma progressiva alteração das concepções e práticas: inicialmente orientadas para uma visão da participação como simples *input* na prossecução dos objectivos de um dado projecto, começou a registar-se uma tendência para considerar a participação como um fim, válido por si mesmo (cf.Oakley et al., 1991, pp.1-24).

Em termos genéricos, e como definição operatória de participação em termos de desenvolvimento, podemos apontar a proposta de Marshall Wolfe - para este autor, a participação consiste «nos esforços organizados para aumentar o controlo sobre os recursos e as instituições regulativas em

⁹¹ Ver nota (76).

situações sociais determinadas, pela parte dos grupos e movimentos até aí excluídos desse controlo» (cit. em Goulet, 1989, p.165).

Pode, assim, pensar-se que a orientação dos esforços no sentido de promover o *empowerment*⁹² das populações constitui a via privilegiada para conseguir uma efectiva responsabilização dos governos pelas suas decisões, garantindo assim que estas correspondam melhor às aspirações e necessidades sentidas por essas populações. Neste sentido, um eixo de intervenção particularmente relevante são as pequenas organizações de base, em contextos rurais ou urbanos, pela sua sensibilidade face aos problemas locais e pela instituição de práticas participatórias. É óbvio que, também aqui é necessária alguma precaução, uma vez que estas associações se organizam por vezes em torno de princípios identitários centrípetos (étnicos, religiosos, ou outros) que frequentemente são contraditórios com a promoção de um desenvolvimento participado; daí a advertência de Wallerstein - «precisamos de organizar e revitalizar solidariedades locais que se orientem para fora e não para dentro. Acima de tudo, é preciso tornar bem claro que a protecção de um grupo que se faz às custas doutro grupo é auto-destrutiva» (Wallerstein, 1995a, p.31).

Uma abordagem centrada na capacitação e participação das populações teria a grande vantagem de conceber os processos de democratização numa óptica *bottom-up*, descentralizada, invertendo a lógica *top-down* que tem dominado os processos de transição actualmente em curso - tal como havia, de resto, dominado as intervenções desenvolvimentistas do passado, apoiadas na acção centralizadora dos estados.

⁹² Conceito de difícil tradução para a língua portuguesa, podendo ser proposto o termo «capacitação».



D. CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A percepção da relação entre cultura e desenvolvimento tem como imediata referência incontornável o estudo pioneiro de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905).

Para Weber, trata-se de responder à seguinte interrogação fundamental: «que encadeamento particular de circunstâncias levou a que no Ocidente, e só aqui, tenham aparecido fenómenos culturais que - como pelo menos gostamos de pensar - se situam numa direcção evolutiva de significado e valor universais?» (Weber, 1905, p.9). A investigação de Weber orienta-se, como é sabido, para a influência dos valores, e mais especificamente dos valores religiosos, no surgimento da forma específica de racionalidade em que assenta a «modernidade económica», ou o «capitalismo»; mais concretamente, a resposta estaria na ética da vocação profissional (*Berufsethik*) do protestantismo calvinista.

Não é nosso propósito, tal tarefa transcendendo claramente as nossas possibilidades presentes, a análise (crítica) da tese weberiana; até porque a sua orientação fundamental tem mostrado sinais de fertilidade na aplicação a contextos não-ocidentais...

A este respeito, o trabalho levado a cabo por Michio Morishima (1982) constitui, a propósito do modelo japonês uma excelente ilustração⁹³.

⁹³ Para além de partilhar a interrogação weberiana fundamental acerca da relação entre os domínios do religioso e do (desenvolvimento) económico, a proximidade relativamente às conclusões do trabalho de Max Weber é reconhecida pelo próprio Morishima ao nível das especificidades da explicação: «Uma reinterpretação diferente dos mesmos textos sagrados pode dar origem ao desenvolvimento de uma vida totalmente diferente de um povo, como Max Weber deixou perfeitamente

Segundo a sua análise, as adaptações e interpretações específicas por meio das quais os japoneses incorporaram historicamente os sistemas religiosos vindos do exterior - confucionismo, taoísmo (transformado no xintoísmo) e budismo - estão na base das características singulares do «sucesso» do modelo de desenvolvimento japonês, e designadamente das suas diferenças face à experiência chinesa. Entre outros aspectos, destacam-se o fortalecimento do sentido de autoridade e uma certa aptidão para o que poderíamos designar de «mimetismo criativo», que viria a revelar-se fundamental na relação posterior com a tecnologia ocidental.

No entanto, a referência às concepções de Weber é de importância central, pois constituem a base inspiradora para um certo tipo de análise que transmite uma «visão instrumental» da cultura em relação ao desenvolvimento económico. Esta «visão instrumental» é típica de um conjunto de investigações, empreendidas no quadro das chamadas teorias da modernização dominantes no pós-guerra, sobre o papel das variáveis culturais em termos de promoção ou bloqueamento dos processos de desenvolvimento - como autores representativos desta posição podem citar-se Bert Hoselitz ou Everett Hagen⁹⁴.

No entanto, este tipo de explicações, por muito sedutoras que possam apresentar-se, assentam em pressupostos que devem ser esclarecidos. Designadamente, pode identificar-se a presença de uma «ideologia desenvolvimentista» que, partindo de uma concepção do desenvolvimento económico enquanto um processo de natureza universal

claro no caso da Europa Ocidental, e o mesmo fenómeno pode ser também detectado no caso do Oriente» (Morishima, 1982, p.265).

⁹⁴ Para uma curta síntese da abordagem destes autores, vd. Ruttan, 1988, pp.S251-S252; para uma avaliação global destas teorias, incluindo o contributo desses e de outros autores, vd. Figueiredo e Costa (1982, pp.149-278).

que estaria (por princípio) ao alcance de todos, procura explicar o observável impacto diferencial desse processo recorrendo às «características culturais» dos vários povos. Ou seja, trata-se de obscurecer as desigualdades inerentes à própria formação e funcionamento do «sistema capitalista moderno», avançando com uma justificação de base rácica, ou mesmo «racista» (cf. Wallerstein, 1990, pp.49-50).

Para uma análise das complexas articulações entre cultura e desenvolvimento que visa deliberadamente transcender a apropriação instrumental característica do «paradigma da modernização», podem ser apontados os trabalhos de Serge Latouche (1984, 1986, 1988b, 1989). Para este autor, o próprio desenvolvimento económico deve ser entendido enquanto processo cultural...

A leitura cultural que propõe reporta-se, desde logo, à elucidação do percurso ideológico subjacente à formação da ideia de desenvolvimento. Neste sentido, trata-se de uma concepção de origem especificamente ocidental (com um enraizamento na cultura heleno-judaíca), estando profundamente associada às representações do progresso das filosofias iluministas do século XVIII, que constituem uma das vertentes fundamentais do advento da modernidade ocidental (cf. Latouche, 1988b).

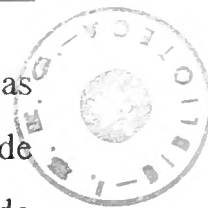
Latouche propõe que, na compreensão e análise da génese histórica da dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido⁹⁵, a convencional «óptica económica» (partilhada pelas visões liberais e marxistas) seja substituída por uma «óptica cultural».

⁹⁵ Esta dicotomia vem no seguimento de outras oposições típicas do pensamento ocidental na sua percepção do «outro»: civilizado - selvagem (ou primitivo), cristão - pagão, cidadão - bárbaro (cf. Latouche, 1986, p.12).

A lógica económica (ou economicista) supõe a autonomia da «realidade material» (produção e consumo) face ao conjunto de práticas culturais que configuram o contexto social alargado onde se inscreve - apesar de, em última análise, serem estas que lhe conferem o sentido e, portanto, a própria condição de possibilidade da sua ocorrência enquanto prática social⁹⁶. Mais, para além de supor essa autonomia do «material», a lógica económica procura ainda postular o seu carácter absoluto, evidenciando uma inescapável tendência para o reducionismo: «a óptica económica reduz toda a realidade social ao seu aspecto 'material', e esse aspecto material é por sua vez reduzido a um dado quantificável» (Latouche, 1986, p.166). Este economicismo conduz, para Latouche, a uma forma de conceber o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento como uma gigantesca «operação contabilística» de deve e haver, historicamente identificada com determinadas formas de «imperialismo», mais ou menos directas, que assentam na fórmula «dominar para tomar» (*dominer pour prendre*) (cf. Latouche, 1984, pp.45-46).

Partindo de uma definição de cultura como «o modo de resposta dado por cada sociedade ao problema da sua existência social» (Latouche, 1986, p.164), a análise em termos de lógica cultural permite chegar a conclusões diametralmente opostas acerca dos processos que sustentam a oposição desenvolvido/subdesenvolvido. O desenvolvimento económico deve ser visto enquanto processo cultural, emanando do ocidente e actuando pela via da «desculturalização» (*déculturation*) das outras sociedades. Estamos, portanto, em presença de lógicas de dominação/imperialismo de carácter cultural que, em contraste com a lógica económica, assentam em fórmulas do tipo «dar para dominar» (*donner pour dominer*). É ao carácter

⁹⁶ Este tipo de argumento remete para o conceito de *cultural embeddedness* do económico, usualmente atribuído a Karl Polanyi (embora as referências deste autor ao conceito sejam escassas e algo imprecisas): para uma apreciação da história e pertinência actual desta noção, vd. Barber (1995).



unívoco destas dádivas que deve atribuir-se o subdesenvolvimento das sociedades receptoras, que assim se vêm despojadas da sua identidade cultural própria - «a dádiva é valorizadora, confirma a superioridade do doador uma vez que representa reconhecimento por parte do outro. O efeito de massa e a ausência de reciprocidade provocam um efeito de asfixia (...). Engendram o dinamismo conquistador dos doadores e a atrofia dos beneficiários» (cf. Latouche, 1986, pp.167-169).

A ideia de «desenvolvimento económico» estaria, portanto, no centro do projecto de «imperialismo cultural» do ocidente, cuja máxima extensão constituirá o que Latouche chama de «ocidentalização do mundo». De uma certa forma, as presentes condições de mundialização económica (com o papel das ETNs), intimamente associadas à propagação mediática de uma mentalidade estritamente individualista, estariam a criar as condições para uma definitiva decomposição dos vínculos sociais - «o drama da modernidade colocada em órbita planetária, não será talvez, neste ponto, a dependência de uns e o *imperium* de outros, é o empobrecimento cultural que resultará da standardização e reabsorção das mensagens pela ‘tecnicização’ (*technicisation*) dos *media*, e o vazio da pretensa cultura da técnica» (Latouche, 1989, p.108).

Em síntese, Latouche propõe uma recusa do «desenvolvimento económico»⁹⁷, no sentido da recusa de qualquer solução de tipo tecn-económico. Não só porque se trata de uma solução inviável se pensada em termos de globalidade e simultaneidade, mas porque obscurece a natureza fundamental do subdesenvolvimento, que, como vimos, o autor defende ser de carácter cultural. Acresce que as convencionais respostas tecn-económicas para o problema do subdesenvolvimento tinham como quadro de referência privilegiado as aspirações e projectos de «desenvolvimento

⁹⁷ Como deixa entrever a provocatória interrogação que dá título ao seu trabalho principal de 1986: *Faut-il refuser le développement?*

nacional», cujas condições de realização parecem ser cada vez mais improváveis, em resultado das presentes condições de mundialização/transnacionalização económicas e da concomitante erosão do princípio da nacionalidade económica (cf. Latouche, 1989, 1992).

O tipo de análise que procurámos ilustrar com a exposição das teses de Latouche tem o grande mérito de realçar as distorções e dissonâncias culturais que explicam as dificuldades concretas de muitas sociedades não-ocidentais em se integrarem plenamente num projecto desenvolvimentista demasiado assimilado à experiência da modernidade ocidental. Ao denunciar os limites do desenvolvimento, é possível proceder à desconstrução de um certo discurso desenvolvimentista de dimensão mítica, que acaba por funcionar correntemente como uma verdadeira «metalinguagem messiânica»⁹⁸.

Não querendo minimizar o seu importante contributo, é de realçar, no entanto, que estas análises comportam alguns riscos, desde logo anunciados pela sua radicalidade e esquematismo constitutivos. Centraremos a nossa atenção em duas questões: por um lado, o problema do «relativismo cultural»; por outro lado, a apreciação do carácter e extensão do processo de «ocidentalização do mundo» à luz das actuais perspectivas acerca da «cultura global» emergente.

⁹⁸ Como afirma Claude Rivière: «Podemos ler o mito do desenvolvimento como metalinguagem sintomática de uma esperança que, em relação aos mitos antigos, substitui as teologias e cosmogonias por uma sociogonia. Se se orienta mais para um futuro cintilante do que para um passado instituidor de toda a legitimidade, não deixa de enunciar, como os mitos antigos, uma descontinuidade fundadora e regeneradora: revolução, take off (...), o mito do desenvolvimento tem um carácter messiânico (...), a vitamina do desenvolvimento é a esperança de um milagre» (cit. em Petiteville, 1995, p.864).

1. Ao eleger a celebração da diversidade cultural como valor supremo, numa posição típica de um certo «terceiro-mundismo do relativismo cultural»⁹⁹, podemos ser levados a uma situação em que são negligenciadas as dramáticas consequências sociais, os custos humanos, do «não-desenvolvimento». Como afirma Petiteville, a propósito da análise de Latouche, trata-se de «um ponto de vista que conduz à valorização da igualdade em dignidade das culturas em detrimento da igualdade em dignidade dos homens (...), uma visão que sacrifica os homens ao respeito da alteridade cultural» (Petiteville, 1995, p.866).

Uma outra questão que importa mencionar, é a sempre presente possibilidade do argumento das «especificidades culturais» ser mobilizado/manipulado pelos poderes dominantes de determinados países, como forma de (auto-)legitimação face a condutas claramente lesivas da «dignidade dos homens».

O exemplo do Zaire é, a este respeito, esclarecedor. Mobutu Sesse Seko, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 1973, proclamava do seguinte modo a «filosofia da autenticidade», a qual constituiria, supostamente, o fundamento da sua acção política: «a tomada de consciência do povo zairense para recorrer às suas próprias fontes, de procurar nos valores dos seus antepassados aqueles que possam contribuir para o seu desenvolvimento harmonioso e natural. É a recusa do povo zairense de abraçar cegamente as ideologias importadas (...). O recurso à autenticidade não constitui um nacionalismo estreito, um retorno cego ao passado (...), pois a autenticidade é não somente um conhecimento aprofundado da sua própria cultura, mas também um respeito do património

⁹⁹O termo é de Pascal Bruckner que, na sua visão altamente crítica, distingue três modalidades de terceiro-mundismo: «o terceiro-mundismo da solidariedade política», «o terceiro-mundismo da compaixão», «o terceiro-mundismo do relativismo cultural» (cf. Bruckner, 1983, 1986).

cultural dos outros» (cit. em Khôi, 1984, pp.10-11). São amplamente conhecidas as consequências práticas desta «autenticidade» para o povo zairense, sob a égide do regime extorsionário e repressivo de Mobutu. Infelizmente, exemplos de constelações semelhantes não serão difíceis de encontrar - basta pensar na China, no Irão, na Arábia Saudita, etc.

Entramos aqui numa área se apresenta na actualidade como particularmente sensível: o problema dos direitos humanos. De salientar que esta questão assume uma pertinência acrescida no quadro da nossa discussão - se pensarmos em termos das lógicas contemporâneas de cooperação e desenvolvimento, o «respeito pelos direitos humanos» tem surgido recentemente como uma importante dimensão no alargamento da condicionalidade da ajuda, na sequência da introdução das condicionalidades económicas e políticas que referimos anteriormente. Neste movimento, e para além dos doadores bilaterais e multilaterais oficiais, importa destacar a acção desempenhada pelas ONGs, como expressão da dinâmica das sociedades civis, tanto do «Norte» como do «Sul»¹⁰⁰.

Embora esteja estabelecido um regime internacional geral de direitos humanos, definidos a partir do sistema das Nações Unidas (e particularmente desse documento fundamental que constitui a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948), é possível observar a existência de «regimes regionais diferenciados»¹⁰¹, ou mesmo de diferentes

¹⁰⁰ Importa notar que estas acções são objecto de uma acesa discussão em curso, como bem expressa a formulação interrogativa que deu o título a uma Secção da recentemente organizada VIII Conferência da SASE (*Society for the Advancement of Socio-Economics*), realizada em Génèbra (12-14 de Julho 1996): «*Human Rights: A New Form of Colonialism?*»

¹⁰¹ Dado que a implementação dos direitos humanos é em última instância uma matéria da responsabilidade dos diversos estados nacionais, pode observar-se a existência de um conjunto variado de «regimes regionais»: o europeu, de âmbito mais alargado e com poderosos dispositivos institucionais de acompanhamento e

concepções de universalidade segundo as diversas tradições teológicas ou filosóficas¹⁰².

Sendo as violações aos direitos humanos frequentemente justificadas em termos das «especificidades culturais» (designadamente no que se refere à antinomia individual-colectivo), ou, alternativamente pelo respeito do princípio da não-ingerência na esfera de soberania nacional, caberá também aqui levantar a questão de saber até que ponto não estaremos, ao invocar tais argumentos, a sacrificar o respeito pela condição humana à celebração de uma «alteridade cultural» que, tantas vezes, não passa de um véu atrás do qual se ocultam as mais degradantes práticas de coerção, exploração e ausência de respeito pela vida das pessoas, por parte de elites de legitimidade (muito) duvidosa.

2. Como foi atrás mencionado, os actuais processos de globalização estão associados a formas de globalização cultural, dos modos de vida e dos padrões de consumo que, apoiados por exemplo no papel dos *media* e das estratégias publicitárias, se traduzem em evidentes sinais de uniformização planetária, o que nos conduz à ideia de Latouche de que estaríamos em

coerção; o inter-americano, de estrutura similar à do regime europeu, mas com uma definição mais restritiva dos direitos (não incluindo os domínios económico, social e cultural) e uma maior debilidade das instituições de verificação; o africano, mais vago e contraditório nos seus princípios (expressos na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, adoptada pela OUA em 1981) e sem quaisquer mecanismos que visem a sua efectiva adopção; o asiático e do médio-orient, que pode mais propriamente ser descrito como um «não-regime» (cf. Sousa Santos, 1995, pp.329-332).

¹⁰² Pierre Sob (1995) refere as concepções de universalidade dos direitos humanos que emergem das tradições religiosas do judaísmo, do cristianismo, do islão, do budismo e do hinduismo; em termos de concepções filosóficas são destacadas as tradições greco-romana e da franco-maçonaria, bem como as concepções resultantes da revolução francesa, da revolução americana e das revoluções socialistas.

presença do aprofundamento do processo de «ocidentalização do mundo».

No entanto, a reflexão mais atenta acerca do carácter dessa cultura global emergente poderá mostrar que os processos de globalização em curso sugerem uma grande variedade de respostas, pelo que será, no mínimo, prematuro falar de *uma* cultura global, singular, unificada.

Este aspecto pode claramente observar-se pela proliferação das reivindicações etno-nacionalistas, ou mais genericamente pela expressão revigorada dos movimentos de valorização identitária, com a sua componente de afirmação de uma especificidade histórica e espacial - em oposição, portanto, ao sentido de «descontextualização» (isto é, de separação da experiência em relativamente a uma memória ou a um território particulares) a que se referem os processos de constituição de culturas globalizantes (cf. Smith, 1990). Assim, e como afirma Jonathan Friedman (1990, p.311), «a fragmentação cultural e étnica e a homogeneização modernista não são dois argumentos, duas visões opostas do que está a acontecer no mundo hoje em dia, mas sim duas tendências constitutivas da mesma realidade global».

Para além disso, estamos perante a crescente afirmação de formas de identidade grupal que escapam aos quadros limitadores de um enraizamento histórico e espacial específico, afirmando-se transversalmente face a outros quadros de pertença identitária; estas «outras identidades», embora beneficiando precisamente das estruturas e solidariedades globais emergentes, apontam explicitamente para a constituição de culturas (ou mesmo de contra-culturas) assentes na valorização da diferença. A este respeito, podemos encontrar na acção dos movimentos feministas, na tomada de consciência para a dimensão do *gender*, um exemplo paradigmático.

Em síntese, pode afirmar-se que, embora possamos distinguir evidentes sinais de uniformização cultural nos actuais processos de

globalização, devemos igualmente notar que estas interacções globais são também portadoras de elementos que apontam para a expressão da diferença e de «novos sincretismos»¹⁰³, numa tensão entre o global e o local, o universal e o particular, a «homogeneização cultural» e a «heterogeneização cultural» (Appadurai, 1990, p.295).

As discussões precedentes acerca dos limites do relativismo cultural e do carácter da cultura global emergente, levantam o dilema central com que os debates culturalistas actualmente se confrontam. Será que as tendências que se conseguem vislumbrar apontam para um universalismo construído a partir da experiência (da modernidade) ocidental, com a universalização dos seus valores e instituições, como sugere, por exemplo, a já apresentada análise de Fukuyama (1992)? Ou, pelo contrário estaremos a entrar numa fase marcada por novas lutas, cuja linha de demarcação se estabelece em torno de parâmetros de diversidade identitária, como aponta a tese do «choque de civilizações»¹⁰⁴ de Samuel Huntington (1993)?

Como é evidente, tratam-se de questões abertas (e em aberto), para as quais não é possível estabelecer respostas, e muito menos respostas definitivas.

¹⁰³ Para Fredric Jameson (1984), no seu manifesto pós-moderno, a radicalização da diferença e uma visitação da história, das diversas memórias culturais, que tende para a «a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, para o jogo da alusão estilística aleatória» (Jameson, 1984, pp.65-66), seriam traços marcantes de «lógica cultural do capitalismo tardio».

¹⁰⁴ Uma «civilização» é definida por Huntington como «o mais alto agrupamento cultural e o nível mais alargado de identidade cultural que as pessoas têm, à parte do que distingue os humanos das outras espécies» (Huntington, 1993, p.24).

Julgamos, contudo, que as posições de Fukuyama e Huntington têm a vantagem de ilustrar os termos balizadores das grandes encruzilhadas com que actualmente nos deparamos. Ao fazê-lo, apontam igualmente para situações-limite que importa transcender: por um lado, a instauração de um «falso universalismo» (porque, afinal, não passa da generalização de um particularismo do ocidente); por outro lado, a relativização e fragmentação das identidades, conduzindo à incompreensão mútua e suscitando novos e perigosos «espíritos de cruzada».

Neste quadro, é fundamental caminharmos no sentido da construção de vias de compromisso, assentes no diálogo, tolerância e moderação, com um firme sentido de respeito pelas diversidades culturais, mas visando em simultâneo a procura de espaços de entendimento recíproco.

Nas palavras de Hannah Arendt, escrevendo sobre Karl Jaspers, será necessário «um gigantesco processo de entendimento mútuo e progressivo auto-esclarecimento», o que tem como pré-requisito «uma renúncia, não à tradição própria e ao passado nacional de cada um, mas à autoridade incontornável e à validade universal a que a tradição e o passado sempre aspiram» (Arendt, 1968, pp.102-103).

Apesar de ser este um caminho complexo e em construção, e como tal permeado por múltiplos obstáculos e ambiguidades, tal não tem constituído um elemento demissor da (necessária) reflexão. Assim, e como exemplo de propostas recentes apontando precisamente nesta direcção, poderemos referir dois interessantes desenvolvimentos:

- No contexto da discussão sobre as aspirações de universalidade do conhecimento produzido pelas ciências sociais, bem como do «arsenal conceptual» em que esse conhecimento assenta, podemos notar a defesa de «um universalismo pluralista renovado, lato e verdadeiramente significativo» que é apresentada pelo relatório da Comissão Gulbenkian

(1996, p.89 e p.125), tendo presente a importante noção de que todos os universalismos são historicamente contingentes.

- A análise de Boaventura Sousa Santos (1995, pp.327-365) sobre a questão da (pretensa) universalidade dos direitos humanos, na verdade «um localismo ocidental globalizado» (p.339); para o autor, a solução do debate entre universalismo e relativismo cultural está na constituição de um projecto de «cosmopolitismo»¹⁰⁵, assente num diálogo entre culturas a que dá o nome de «hermenêutica diatópica»¹⁰⁶.

¹⁰⁵ «A globalização das preocupações políticas e morais com, e das lutas contra, a opressão social e o sofrimento humano» (Sousa Santos, 1995, pp.339-340).

¹⁰⁶ «A hermenêutica diatópica é baseada na ideia de que os *topoi* de uma cultura individual, não importa quão fortes sejam, são tão incompletos como a própria cultura (...). O carácter incompleto de uma dada cultura deve ser apreendido a partir dos *topoi* de outra cultura (...). O objectivo da hermenêutica diatópica não é, portanto, atingir a plenitude - o que é admitidamente um objectivo inatingível - mas, pelo contrário, levantar a consciência do carácter reciprocamente incompleto ao máximo possível pela entrada em diálogo (...), com um pé numa cultura e o outro pé em outra» (Sousa Santos, 1995, p.340).

V. ABERTURA FINAL

«É, porventura, chegado o momento de propor uma revolução semântica e de retornar ao termo ‘desenvolvimento’ sem nenhuma qualificação, na condição, bem entendido, de o redefinir enquanto conceito pluridimensional»

(Ignacy Sachs, 1994, p.53).

Esta passagem de Sachs traduz com acuidade o tom da aproximação que aqui ensaiámos: animados por um entendimento pluridimensional do «desenvolvimento», agora definitivamente liberto de qualificativos, procurámos observar alguns dos debates que caracterizam a situação actual.

Assim se configuraram um conjunto de posições, de feição eminentemente dilemática, que dão forma e sentido à problematicidade do desenvolvimento, desenhando a sua dinâmica de contextualização na contemporaneidade.

1. No que diz respeito aos processos de globalização, que estarão a atravessar actualmente uma «fase de incerteza», vimos que se traduzem na própria «globalização do desenvolvimento». Ou seja, a tradicional matriz de referência espacial dos discursos sobre o desenvolvimento (o «Terceiro-Mundo» ou o «Sul») tem tendência a diluir-se face à generalização das exigências de mudança e transformação «estruturais», podendo até afirmar-se que as áreas e problemas que mais atenção reclamam registam uma acentuada convergência (exclusão social, questões identitárias, equilíbrio ambiental, organização política, etc.).

2. Quanto à análise da dimensão ecológica, levou-nos à necessidade de questionar profundamente (e de ultrapassar) a noção de desenvolvimento sustentável, que assenta na afirmação de uma dualidade entre desenvolvimento e natureza, e na pesquisa acerca das formas da sua eventual compatibilização. Julgamos, ao contrário, que o que estará em causa é a visualização de formas de desenvolvimento alternativas que apontem para uma nova relação entre homem e natureza, orientada por princípios de interacção harmoniosa.

3. A articulação política do desenvolvimento é actualmente dominada pela perspectiva da democratização. Neste quadro, observámos que, mais do que a «exportação»/universalização da experiência ocidental, será de toda a pertinência uma abordagem que valorize a mobilização dos potenciais de participação das populações, com toda a criatividade diversificadora que daí poderá decorrer na definição das formas concretas de organização política das várias sociedades. Saliente-se, de resto, que esta aproximação se mostra igualmente de toda a relevância nos próprios contextos em que o modelo da democracia liberal teve a sua origem.

4. No campo dos debates culturistas, e após um breve relance sobre as formas de apreender a relação entre cultura e desenvolvimento (da «visão instrumental» ao «imperialismo cultural»), a nossa atenção dirigiu-se para a tensão entre universalismo e particularismo/fragmentação. Esta questão manifesta-se, por exemplo, na sensível área dos direitos humanos, onde está em curso o debate acerca das formas de afirmar o respeito pela diversidade cultural sem que tal se traduza na desvalorização da dignidade humana.

A consciencialização acerca da complexidade e amplitude destas questões, leva-nos a considerar a necessidade de uma profunda recomposição da problemática do desenvolvimento. A partir de uma concepção pós-positivista, que, dentro dos limites inerentes a este trabalho, procurámos especificar, julgamos ser importante estabelecer alguns os temas principais que poderão informar essa reorientação, na confluência das perspectivas e preocupações que atravessaram o nosso trabalho. Aqui ficam algumas breves notas e sugestões nesse sentido.

I. Desenvolvimento e modernidade (ocidental)

O desenvolvimento constitui um dos pilares fundamentais do projecto da modernidade, integrando designadamente uma visão teleológica da trajectória das sociedades humanas orientada pelo «mito do progresso». Assim, o desenvolvimento seria a convergência tendencial para a morfologia económica (mas também social, política, cultural,...) das sociedades ocidentais «desenvolvidas» - a visão rostowiana dos «estádios de desenvolvimento» (Rostow, 1960), ou as formulações análogas da Escola Histórica Alemã ou do próprio Marx, são claros exemplos desta concepção.

Pensar o desenvolvimento a partir da desconstrução do seu enraizamento na modernidade ocidental, poderá significar uma concepção mais aberta dos fins e objectivos da mudança social. Se quisermos, trata-se de avançar para um entendimento «pós-moderno» do desenvolvimento; ou se preferirmos, a integração da problemática num projecto de «reescrita da modernidade», noção que Lyotard propõe em substituição da «pós-modernidade», dada a nebulosidade que envolve este termo (Lyotard, 1988, pp.33-43).

II. Desenvolvimento e globalidade.

A consideração do desenvolvimento na sua globalidade remete para três ordens de questões distintas:

- Em primeiro lugar, e retomando o que já foi enunciado no âmbito da discussão sobre os processos de globalização, o desenvolvimento enquanto mudança/mutação social ou transformação estrutural, apresenta hoje em dia uma feição inescapavelmente global; assim o exigem a dimensão e a incidência das grandes escolhas com que actualmente nos deparamos, que se fazem sentir tanto a «Norte» como a «Sul», a «Leste» como a «Oeste».

- Em segundo lugar, o desenvolvimento é global no sentido da sua vocação pluridimensional, sobretudo se entendermos a reflexão sobre o desenvolvimento precisamente enquanto visão de síntese sobre a mudança social; trata-se, enfim, de compreender o carácter «societal» dos fenómenos a estudar, o seu movimento de conjunto, escapando a visões redutoras que tendem a identificar o desenvolvimento com uma única dimensão de análise (designadamente com a evolução do «económico», ou dos aparelhos produtivos).

- Finalmente, a globalidade do desenvolvimento deverá afirmar-se no sentido da apreensão da totalidade das experiências históricas da

humanidade, reconhecendo a pluralidade e diversidade de soluções que as sociedades têm historicamente apresentando na resolução dos problemas com que se deparam; neste sentido, importa contrapor este extenso património cultural às concepções até aqui dominantes que assimilam o desenvolvimento a uma única experiência histórica, a da modernidade ocidental.

III. Desenvolvimento e ciências sociais.

Do que atrás foi dito, resulta que o desenvolvimento se apresenta como um campo mobilizador particularmente interessante para procurar a tão glosada convergência dos saberes no âmbito das diversas disciplinas que visam o estudo da sociedade.

Poderá ser este um dos eixos fundamentais na «abertura das ciências sociais» que nos propõe o recente relatório da Comissão Gulbenkian (1996), uma vez que, para além do cruzamento de saberes que resulta das exigências de uma visão de síntese acerca do(s) processo(s) de mudança social, remete ainda para uma indispensável articulação alargada com a sociedade, com o domínio das práticas e dos agentes que corporizam a mudança.

Mas, para que todas estas considerações possam ganhar a força da realidade, um longo caminho tem ainda de ser percorrido.

Fundamentalmente, importa reter o apelo de Denis Goulet: «*We need a new wisdom to match our sciences*» (Goulet, 1992, pp.472-473).

Só esperamos que este nosso trabalho tenha, de algum modo, participado dessa procura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alesina, Alberto e Roberto Perotti (1994), "The Political Economy of Growth: A critical Survey of the Recent Literature", *World Bank Economic Review*, vol.8, nº3, pp.351-371.
- Allen, Chris (1995), "Understanding African Politics", *Review of African Political Economy*, nº65, pp.301-320.
- Almodovar, António e Fátima Brandão (1994), "A Teoria Económica, ontem e hoje: algumas reflexões sobre as regras de construção disciplinar" (mimeo), Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.
- Amariglio, Jack L. (1988), "The body, economic discourse and power: an economist's introduction to Foucault", *History of Political Economy*, vol.20, nº4, pp.583-613.
- Amin, Samir (1994), "L'idéologie et la pensée sociale: l'intelligentsia et la crise du développement", *Africa Development*, vol.XIX, nº1, pp.1-16.
- Amselle, Jean-Loup (1985), "Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique", in J.-L.Amselle e E.M'Bokolo (ed.), *Au coeur de l'ethnie. Ethnicité, tribalisme et état en Afrique*, Paris, La Découverte, 1985, pp.11-48.
- Appadurai, Arjun (1990), "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº2-3, pp.295-310.
- Apter, David (1987), *Rethinking Development: Modernization, Dependency and Postmodern Politics*, Londres, Sage.
- Arendt, Hannah (1968), *Homens em tempos sombrios*, Lisboa, Relógio D'Água, 1991.
- Arndt, H.W. (1981), "Economic Development: A Semantic History", *Economic Development and Cultural Change*, vol.29, nº3, pp.457-466.
- _____ (1985), "The Origins of Structuralism", *World Development*, vol.13, nº2, pp.151-160.
- _____ (1987), *Economic Development - The History of an Idea*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Arnason, Johann P. (1990), "Nationalism, Globalization and Modernity", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº2-3, pp.207-236.
- Arriscado Nunes, João (1993), "Para uma sociologia da ciência económica", *I Encontro de economistas de língua portuguesa*, Porto.

- Barber, Bernard (1995), "All Economies Are «Embedded»: The Career of a Concept, and Beyond", *Social Research*, vol.62, n°2, pp.387-413.
- Barde, Jean-Philippe (1993), "L'environnement, facteur d'interdépendance internationale", *Cahiers Français*, n°263, pp.45-52.
- Bare, Jean-François (1988), "La notion de développement comme catégorie d'un système sémantique", in Coquery-Vidrovitch, Hemery e Piel (1988), pp.251-274.
- Bauman, Zygmunt (1990), "Modernity and Ambivalence", *Theory, Culture & Society*, vol.7, n°2-3, pp.143-169.
- Baylies, Carolyn (1995), " 'Political Conditionality' and Democratization", *Review of African Political Economy*, n°65, pp.321-337.
- Beaud, Michel (1991), "Economie, théorie, histoire: essai de clarification", *Revue économique*, vol.42, n°2, pp.155-172.
- Beckman, Björn (1993), "The Liberation of Civil Society", *Review of African Political Economy*, n°58, pp.77-96.
- Beed, Clive (1991), "Philosophy of Science and contemporary economics: an overview", *Journal of Post-Keynesian Economics*, vol.13, n°4, pp.459-494.
- Beetham, David (1994), "Conditions for Democratic Consolidation", *Review of African Political Economy*, n°60, pp.157-172.
- Béné, Guy (1992), "«L'ordre par la désordre», ou la tentation «globalitaire»", *L'homme et la société*, n°105-106, pp.94-108.
- Berg, Eugène (1989), *La Politique Internationale Depuis 1955*, Paris, Economica.
- Blaug, Mark (1992), *The Methodology of Economics - Or How Economists Explain* (2^aed.), Cambridge, Cambridge University Press.
- Botombe, Charles B.E. (1994), "Democracy for All: A Universal Desire or a Threat to the Survival and Development of Mankind?", *Law and State*, vol.49/50, pp.7-14.
- Boyer, Robert (1989), "Economie et histoire: vers de nouvelles alliances", *Annales - économies, sociétés, civilisations*, Ano 44, n°6, pp.1397-1426.
- Brauman, Rony (dir.) (1986), *Le Tiers-Mondisme en Question*, Paris, Olivier Orban.
- Brohman, John (1995), "Théories du développement: le caractère réducteur du modèle néolibéral", *Problèmes économiques*, n°2.446, pp.1-6.

Brown, Vivienne (1993), "The Economy as Text", *Workshop on Realism and Economics*, King's College, Cambridge University, Cambridge.

Bruckner, Pascal (1983), *O Remorso do Homem Branco*, Lisboa, D.Quixote, 1990.

_____ (1986), "Tiers-Monde, culpabilité, haine de soi", in Brauman (1986), pp.82-93.

Bruton, Henri J. (1985), "The Search for a Development Economics", *World Development*, vol.13, nº10/11, pp.1039-1124.

_____ (1990), "Review of Arndt's *Economic Development*", *Economic Development and Cultural Change*, vol.38, nº4, pp.869-872.

Bush, Ray e Morris Szeftel (1994), "Commentary: States, Markets and Africa's Crisis", *Review of African Political Economy*, nº60, pp.147-156.

_____ (1995), "Commentary: Taking the Leave of the Twentieth Century", *Review of African Political Economy*, nº65, pp.291-300.

Cahen, Michel (1994), *Ethnicité Politique - Pour une lecture réaliste de l'identité*, Paris, Ed. L'Harmattan.

Canterbury, E. e R.Burkhardt (1983), "What Do We Mean by asking Whether Economics is a Science?", in Eichner (1983), pp.15-40.

Caldwell, Bruce (1982), *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*, Londres, Allen & Unwin.

Calhoun, Craig (1993), "Postmodernism as Pseudohistory", *Theory, Culture & Society*, vol.10, nº1, pp.75-96.

Carothers, Thomas (1995), "Recent US Experience with Democracy Promotion", *IDS Bulletin*, vol.26, nº2, pp.62-69.

Carrilho, Manuel Maria (dir.) (1979a), *História e prática das ciências*, Lisboa, Regra do Jogo.

_____ (1979b), "Filosofia, Ciência, Epistemologia", in Carrilho (1979a), pp.11-41.

_____ (dir.) (1991), *Epistemologia: Posições e Críticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

_____ (1993), *Jogos de Racionalidade*, Porto, Ed.Asa.

Chaves, M^a Cristina (1994), "A dimensão ecológica do desenvolvimento - Elementos de reflexão sobre o conceito de Ecodesenvolvimento", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº14, pp.99-117.

Chenery, Hollis B. (1975), "The Structuralist Approach to Development Policy", *American Economic Review*, Vol.65, nº2, pp.310-316.

- _____ (1983), "Interaction between Theory and Observation on Development", *World Development*, vol.11, nº10, pp.853-862.
- Cohen, Jean L. (1985), "Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements", *Social Research*, vol.52, nº4, pp.663-716.
- Collingwood, R.G. (1935), *A Ideia de História*, Lisboa, Ed.Presença, 1972.
- Comélieu, Christian (1992), "Certitudes et incertitudes de la théorie du développement", *Genève-Afrique*, vol.XXX, nº1, pp.97-108.
- _____ (1993), "Pour um renouveau de l'étude du développement", *Revue Tiers-Monde*, nº135, pp.687-701.
- _____ (1994), "Développement du développement durable ou blocages conceptuels?", *Revue Tiers-Monde*, nº137, pp.61-76.
- Comissão Gulbenkian (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais - Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais*, Lisboa, Publicações Europa-América / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Comte, Auguste (1822), *Reorganizar a Sociedade*, Lisboa, Guimarães Editores, 1993.
- _____ (1830), "A Filosofia Positiva e as Ciências", *in* Carrilho (1991), pp.3-23.
- Coquery-Vidrovitch, C., D.Hemey e J.Piel (eds.) (1988), *Pour une histoire du développement - États, sociétés et développement*, Paris, L'Harmattan.
- Crocker, David A. (1991), "Toward Development Ethics", *World Development*, vol.19, nº5, pp.457-483.
- Dufaux, F. e P.Gervais-Lambony (dir.) (1994), *Afrique Noire - Europe de l'Est: Regards croisés*, Paris, Ed. Karthala.
- Dugger, William (1979), "Methodological differences between institutional and neoclassical economics", *in* Hausman (1994), pp.336-345.
- _____ (1988), "Radical Institutionalism: Basic Concepts", *Review of Radical Political Economics*, vol.20, nº1, pp.1-20.
- Eder, Klaus (1985), "The «New Social Movements»: Moral Crusades, Political Pressure Groups, or Social Movements?", *Social Research*, vol.52, nº4, pp.869-900.
- _____ (1990), "The Rise of Counter-Culture Movements Against Modernity: Nature as a New Field of Class Struggle", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº4, pp.21-47.
- Eichner, Alfred (1983) (ed.), *Why Economics is not yet a Science*, Londres, MacMillan Press.

- Elsenhans, Hartmut (1992), "Le nouveau Nord-Sud dans le nouveau système international", *L'homme et la société*, nº105-106, pp.109-124.
- Ferro, Marc (1994), *Histoire des Colonisations - Des Conquêtes aux Indépendances*, Paris, Ed. du Seuil.
- Feyerabend, Paul (1988), *Contra o Método* (ed.revista), Lisboa, Relógio D'Água, 1993.
- Figueiredo, António M. (1987), "Autonomia relativa da Economia do Desenvolvimento ou diferentes reconsiderações do económico?", *Estudos de Economia*, vol.VII, nº4, pp.363-383.
- Figueiredo, A.M. e C.S.Costa (1982), *Do Subdesenvolvimento - Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito (Vol.I)*, Porto, Ed. Afrontamento.
- _____ (1986), *Do Subdesenvolvimento - Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito (Vol.II)*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Fishlow, Albert (1994), "Economic Development in the 1990s", *World Development*, vol.22, nº12, pp.1825-1832.
- Foucault, Michel (1969), *L'archéologie du savoir*, Paris, Ed. Gallimard.
- Friedman, Jonathan (1990), "Being in the World: Globalization and Localization", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº2-3, pp.311-328.
- Fuentes, Marta e André Gunder Frank (1989), "Ten Theses on Social Movements", *World Development*, vol.17, nº2, pp.179-191.
- Fukuyama, Francis (1989), "The End of History", *National Interest*, nº16, pp.3-18.
- _____ (1992), *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva.
- _____ (1995), "Social Capital and the Global Economy", *Foreign Affairs*, vol.74, nº5, pp.89-103.
- Furtado, Celso (1994), "Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch", *Economie Appliquée*, t.XLVI, nº3, pp.171-180.
- Galbraith, John Kenneth e Célestin Monga (1994), "Où en est l'Économie du Développement aujourd'hui?", *Afrique 2000*, nº18, pp.67-76.
- Gaudemar, Jean-Paul de (1978), "Faire l'histoire de la pensée économique?", *Revue économique*, vol.29, nº4, pp.655-687.

Gellner, Ernest (1994), *Conditions of Liberty: Civil Society and Its Rivals*, Londres, Penguin.

Georgescu-Roegen, Nicholas (1971), *The Entropy Law and The Economic Process*, Cambridge-Massachussets, Harvard University Press.

_____ (1988), "About Economic Growth - a Variation on a theme by David Hilbert", *Economic Development and Cultural Change*, Vol.36, nº3, pp.S291-S307.

Gibbon, Peter (1992), "The World Bank and African Poverty, 1973-91", *The Journal of Modern African Studies*, vol.30, nº2, pp.193-220.

Giddens, Anthony (1990), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

_____ (1991), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1994.

_____ (1993), *Sociology*, Cambridge, Polity Press (2ª edição).

Gil, Fernando (1978), "Disciplinas: Invenção, Transmissão e *Habitus*", in Carrilho (1979a), pp.239-321.

Gleick, James (1987), *Caos - A construção de uma nova ciência*, Lisboa, Gradiva, 1989.

Goulet, Denis (1989), "Participation in Development: New Avenues", *World Development*, vol.17, nº2, pp.165-178.

_____ (1992), "Development: Creator and Destroyer of Values", *World Development*, vol.20, nº3, pp.467-475.

Goussault, Yves (1982), "Où en est la sociologie du développement?" *Revue Tiers-Monde*, nº90, pp.237-243.

_____ (1987), "Tiers-Monde, développement: de la socio-économie à la sociologie", *Revue Tiers-Monde*, nº112, pp.759-776.

Green, R.H. e M. Faber (1994), "The Structural Adjustment of Structural Adjustment: Sub-Saharan Africa 1980-93", *IDS Bulletin*, vol.25, nº3, pp.1-8.

Grellet, Gérard (1992), "Pourquoi les pays en voie de développement ont-ils des rythmes de croissance aussi différents? - Un survol critique de quelques orthodoxies contemporaines", *Revue Tiers-Monde*, nº129, pp.31-66.

Grupo de Lisboa (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, P.E.A.-F.C.G.

Habermas, Jürgen (1966), *Logique des Sciences Sociales et autres essais*, Paris, PUF, 1987.

_____ (1968), *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Lisboa, Ed.70, 1994.

Hacking, Ian (1992), "The Self-Vindication of the Laboratory Sciences", *in* Pickering (1992a), pp.29-64.

Hamburger, Jean (coord.) (1984), *A Filosofia das Ciências Hoje*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

Harborth, Hans-Jürgen (1991), "The Debate about Sustainable Development: Starting Point for an Environment-Oriented International Development Policy?", *Economics*, nº44, pp.7-31.

Harrod, Roy F. (1938), "Scope and Method of Economics", *The Economic Journal*, vol.47, September, pp.383-412.

Hausman, Daniel M. (ed.) (1994), *The Philosophy of Economics - An Anthology*, Cambridge, Cambridge University Press.

Hausman, Daniel M. e Michael S. McPherson (1993), "Taking Ethics Seriously: Economics and Contemporary Moral Philosophy", *Journal of Economic Literature*, vol.31, nº2, pp.671-731.

Hayek, Friedrich A. Von (1953), *Scientisme et sciences sociales*, Paris, Librarie Plon.

_____ (1974), "The Pretence of Knowledge", *The Swedish Journal of Economics*, vol.77, nº4, pp.433-442.

_____ (1978), *New Studies - in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, Chicago, The University of Chicago Press.

Healey, John e Mark Robinson (1992), *Democracy, Governance and Economic Policy*, Londres, Overseas Development Institute.

Heidegger, Martin (1966), "Já só um Deus nos pode salvar - entrevista ao «Der Spiegel»", *Filosofia*, vol.V, nº2, 1985, pp.109-135.

Heilbroner, Robert (1995), "Putting Economics in Its Place", *Social Research*, vol.61, nº4, pp.883-897.

Held, David (1987), *Models of Democracy*, Cambridge, Polity Press.

_____ (1991), "Democracy, the nation-state and the global system", *Economy and Society*, vol.20, nº2, pp.138-172.

Himmelstrand, U. (1994), "Perspectives, Controversies & Dilemmas in the Study of African Development", *in* Himmelstrand, Kinyanjui e Mburugu (1994), pp.16-36.

Himmelstrand, U., K. Kinyanjui e E. Mburugu (eds.) (1994), *African Perspectives on Development: Controversies, Dilemmas & Openings*, Londres, James Currey.

- Hirschman, Albert O. (1981), *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- _____ (1992), "Industrialization and Its Manifold Discontents: West, East and South", *World Development*, vol.20, nº9, pp.1225-1232.
- Hoselitz, Bert F. (1957), "Economic Growth and Development: Noneconomic Factors in Economic Development", *American Economic Review*, vol.47, nº2, pp.28-56.
- Hugon, Philippe (1991a), "L'économie du développement, le temps et l'histoire", *Revue économique*, vol.42, nº2, pp.339-364.
- _____ (1991b), "La pensée française en économie du développement - Évolution et spécificité", *Revue d'économie politique*, vol.101, nº2, pp.171-229.
- _____ (1993), "L'Europe et le Tiers-Monde: entre la mondialisation et la régionalisation", *Revue Tiers-Monde*, nº136, pp.725-748.
- _____ (1994), "Processus de libéralisation et transition à l'économie de marché en Afrique et en Europe de l'Est: convergences et divergences", *in* Dufaux e Gervais-Lambony (1994), pp.15-21.
- Huntington, Samuel P. (1993), "The Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs*, Summer 1993, pp.22-49.
- Hydén, Goran (1994), "Changing Ideological & Theoretical Perspectives on Development", *in* Himmelstrand, Kinyanjui e Mburugu (1994), pp.308-319.
- Ingham, Barbara (1993), "The Meaning of Development: Interactions Between «New» and «Old» Ideas", *World Development*, vol.21, nº11, pp.1803-1822.
- Jacinto Nunes, M. (1996), *Introdução à Epistemologia e Metodologia Económicas Contemporâneas: O Post-Positivismo*, Lição de Jubileu proferida em 18/01/96, ISEG, Lisboa.
- Jameson, Fredric (1984), "Postmodernism or The Cultural Logic of Late Capitalism", *New Left Review*, nº146, pp.53-92.
- Jones, E.L. (1981), *O Milagre Europeu (1400-1800)*, Lisboa, Gradiva, 1987.
- Keller, Edmond J. (1995), "Liberalization, democratization and democracy in Africa: Comparative perspectives", *Africa Insight*, vol.25, nº4, pp.224-230.
- Khôi, Lê Thành (1984), "Culture et développement", *Revue Tiers-Monde*, nº97, pp.9-28.
- Kissinger, Henry (1994), *Diplomacy*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- Köhler, Gabriele (1995), "The UN and Development Thinking: From Optimism to Agnosticism and Back Again", *IDS Bulletin*, vol.26, nº4, pp.54-63.

Kolm, Serge-Christophe (1978), "Science économique et position politique", *Revue économique*, vol.29, n°4, pp.605-654.

_____ (1990), "Meta-Economie (Propositions d'auto-méthodologie de la science économique)", C.E.R.A.S., Paris.

Koyré, Alexandre (1939), *Estudos Galilaicos*, Lisboa, D.Quixote, 1986.

Krueger, Anne O. (1974), "The Political Economy of the Rent-Seeking Society", *American Economic Review*, vol.64, n°3, pp.291-303.

Kuhn, Thomas S. (1953), "A função do dogma na investigação científica", in Carrilho (1979a), pp.45-73.

_____ (1970), *The Structure of Scientific Revolutions* (2ªed.), Chicago, Chicago University Press.

_____ (1977), *A Tensão Essencial*, Lisboa, Ed.70, 1989.

Landell-Mills, Pierre (1992), "Governance, Cultural Change and Empowerment", *Journal of Modern African Studies*, vol.30, n°4, pp.543-567.

Latouche, Serge (1984), "Déculturation ou sous-développement", *Revue Tiers-Monde*, n°97, pp.43-58.

_____ (1986), *Faut-il refuser le développement?*, Paris, PUF.

_____ (1988a), "La transnationalisation, la crise du développement et la fin du Tiers Monde", *Revue Tiers-Monde*, n°114, pp.253-270.

_____ (1988b), "Contribution à l'histoire du concept de développement", in Coquery-Vidrovitch, Hemery e Piel (1988), pp.41-60.

_____ (1989), *L'occidentalisation du monde - Essai sur la signification, la portée et les limites de l'uniformisation planétaire*, Paris, Ed. La Découverte.

_____ (1992), "De la mondialisation économique à la décomposition sociale", *L'Homme et la Société*, n°105-106, pp.7-23.

_____ (1994), "Développement durable: un concept alibi. Main invisible et mainmise sur la nature", *Revue Tiers-Monde*, n°137, pp.77-94.

Lawson, Tony (1987), "The Relative/Absolute Nature of Knowledge and Economic Analysis", *The Economic Journal*, vol.97, December, pp.951-970.

_____ (1993), "A Realist Theory for Economics" (mimeo), University of Cambridge (Faculty of Economics and Politics), Cambridge.

_____ (1994), "Why are so many economists so opposed to methodology?", *Journal of Economic Methodology*, vol.1, n°1, pp.105-133.

Leftwich, Andrew (1995), "Bringing Politics Back In: Towards a model of the Developmental State", *Journal of Development Studies*, vol.31, n°3, pp.400-427.

Lemarchand, René (1992), "Uncivil States and Civil Societies: How Illusion Became Reality", *Journal of Modern African Studies*, vol.30, n°2, pp.177-192.

- Levine, Donald N. (1995), "The Organism Metaphor in Sociology", *Social Research*, vol.62, nº2, pp.239-265.
- Lewis, Arthur W. (1984), "The State of Development Theory", *American Economic Review*, vol.69, nº1, pp.1-14.
- Lipietz, Alain (1994), "Les négociations écologiques globales: enjeux nord-sud", *Revue Tiers-Monde*, nº137, pp.31-51.
- Lijphart, Arend (1984), *As democracias contemporâneas*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- Lipset, Seymour Martin (1994), "The Social Requisites of Democracy Revisited", *American Sociological Review*, vol.59, nº1, pp.1-22.
- Little, Ian M.D. (1982), *Economic Development: Theory, Policy and International Relations*, Nova Iorque, Basic Books.
- Lombard, Jacques (1982), "La sociologie et le développement, pluridisciplinarité ou spécificité?", *Revue Tiers-Monde*, nº90, pp.245-256.
- Lynch, Michael (1992), "Extending Wittgenstein: The Pivotal Move from Epistemology to the Sociology of Science", in Pickering (1992a), pp.215-265.
- Lyotard, Jean-François (1979), *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva, 1989.
 _____ (1988), *O Inumano - considerações sobre o tempo*, Lisboa, 1990.
- Mahieu, François-Regis (1994), "Tiers-Monde, Afrique et sous-développement", *Revue économique*, vol.45, nº2, pp.321-329.
- Maier, Charles S. (1994), "Democracy and Its Discontents", *Foreign Affairs*, vol.73, nº4, pp.48-64.
- Mandelbrot, Benoît (1989), *Objectos Fractais*, Lisboa, Gradiva, 1991.
- Martin, Denis-Constant (1992), "The Cultural Dimensions of Governance", in *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1991*, Washington DC, World Bank, 1992, pp.325-341.
- Martinez-Alier, J. (1995), "Political Ecology, Distributional Conflicts, and Economic Incommensurability", *New Left Review*, nº211, pp.70-88.
- Mateus, Augusto, J.M. Brandão de Brito e Victor Martins (1995), *Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Mauss, Marcel (1966), *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF.

M'Bah, Thierno (1994), "Le rôle de l'histoire dans les sciences sociales en Afrique: passé, present et futur", *Africa Development*, vol.XIX, n°1, pp. 17-27.

McCloskey, Donald (1976), "Does the Past Have Useful Economics?", *Journal of Economic Literature*, vol.14, n°2, pp.434-656.

_____ (1983), "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, vol.21, n°2, pp.481-517.

_____ (1994), "How Economists Persuade", *Journal of Economic Methodology*, vol.1, n°1, pp.15-32.

_____ (1995), "Metaphors Economists Live By", *Social Research*, vol.62, n°2, pp.215-238.

McGovern, Siobhain (1995), "On a maze of second thoughts and on the methodology of economic methodology", *Journal of Economic Methodology*, vol.2, n°2, pp.223-237.

McLuhan, Marshall (1964), *Understanding Media - The Technological Extension of Man*, Nova Iorque, McGraw-Hill.

Meadows, Donella e Dennis et al. (1972), *Os Limites do Crescimento*, Lisboa, D.Quixote, s/d.

Meier, Gerald M. (1984), "The Formative Period", in G.M.Meier e D.Seers (ed.), *Pioneers in Development*, Washington DC, World Bank/Oxford University Press, 1984.

Melucci, Alberto (1985), "The Symbolic Challenge of Contemporary Social Movements", *Social Research*, vol.52, n°4, pp.789-816.

Merquior, José Guilherme (1993), "A Panoramic View of the Rebirth of Liberalisms", *World Development*, vol.21, n°8, pp.1263-1269.

Mirowski, Philip (1986), "Introduction: Paradigms, Hard Cores, and Fugleman in Modern Economic Theory", in *The Reconstruction of Economic Theory*, Boston, Kluwer Nijhoff Publishing.

_____ (1989), *More Heat Than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature Economics*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

_____ (1996), "Do you know the way to Santa Fé? or, the Political Economy gets more complex", *Documento de Trabalho*, n°5/96, Dep.Economia-ISEG, Lisboa.

Monga, Célestin (1995a), "Civil Society and Democratisation in Francophone Africa", *The Journal of Modern African Studies*, vol.33, n°3, pp.359-379.

Morishima, Michio (1982), *Porque Triunfou o Japão? - A Tecnologia Ocidental e o espírito do povo japonês*, Lisboa, Gradiva, 1989.

Moscovici, Serge (1990), "Questions for the Twenty-First Century", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº4, pp.1-20.

Mouzelis, Nicos (1993), "Evolution and Democracy: Talcott Parsons and the Collapse of Eastern European Regimes", *Theory, Culture & Society*, vol.10, nº1, pp.145-151.

Murteira, Mário (1995), *Economia Mundial - A Emergência duma Nova Ordem Global*, Lisboa, Difusão Cultural.

Myrdal, Gunnar (1968), *Asian Drama*, Massachussets, Clinton.

_____ (1970), *Objectivity in Social Research*, Londres, Gerald Duckworth & Company.

_____ (1972), "How Scientific are the Social Sciences?", *Economies et Sociétés*, tomo VI, nº8, pp.1473-1496.

_____ (1973), *Contra a Corrente - Ensaio Críticos em Economia*, Rio de Janeiro, Ed.Campus, 1977.

North, Douglass C. (1994), "El desempeño económico a lo largo del tiempo", *El Trimestre Económico*, vol.LXI, nº4, pp.567-583.

Nunnenkamp, Peter (1995), "What Donors Mean by Good Governance: Heroic Ends, Limited Means, and Traditional Dilemmas of Development Cooperation", *IDS Bulletin*, vol.26, nº2, pp.9-16.

Oakley, P. et al. (1991), *Projects With People. The Practice of Participation in Rural Development*, Genebra, OIT.

Offe, Claus (1985), "The New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics", *Social Research*, vol.52, nº4, pp.817-868.

Olson, Mancur (1993), "Dictatorship, Democracy and Development", *American Political Science Review*, vol.87, nº3, pp.567-576.

Oodit, Deonanan e Udo E. Simonis (1993), "Poverty and Sustainable Development", *Economics*, nº48, pp.7-33.

Oppenheimer, Jochen (1991), "A Interdisciplinaridade na Ciência Económica - Para um Projecto de Renovação", in *Primeiras Jornadas Científico-Pedagógicas*, Lisboa, ISEG, pp.206-221.

_____ (1995), "Críticas e Abordagens Alternativas à Economia Convencional", *Workshop "Entre a Economia e a Sociologia: teorias e perspectivas de análise"*, SOCIUS-ISEG, Lisboa.

Outhwaite, William (1987), *New Philosophies of the Social Sciences - Realism, Hermeneutics, Critical Theory*, Londres, MacMillan Press.

Parkdaman, Nasser (1988), "Crise de l'économie du développement?", *in* Coquery-Vidrovitch, Hemery e Piel (1988), pp.207-230.

Partant, François (1984), "La crise du développement dans la crise mondiale", *Revue Tiers-Monde*, nº100, pp.809-815.

Penrose, Roger (1989), *The Emperor's New Mind*, Oxford, Oxford University Press.

Perroux, François (1981), *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Lisboa, F.C.G., 1987.

Petiteville, Frank (1995), "Intérêt et limites du paradugme culturaliste pour l'étude du développement", *Revue Tiers-Monde*, nº144, pp.859-876.

Piaget, Jean (1970), *Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns*, Lisboa, Liv.Bertrand, 1976.

Pickering, Andrew (ed.) (1992a), *Science as Practice and Culture*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

_____ (1992b), "From Science as Knowledge to Science as Practice", *in* Pickering (1992a), pp.1-26.

Popper, Karl R. (1983), «A demarcação entre Ciência e Metafísica», *in* Carrilho (1991), pp.201-265.

Putnam, Hilary (1989), "Objectivity and the Science - Ethics Distinction", *WIDER Papers*, Helsínquia.

Quantin, Patrick (1994), "L'Afrique de l'Etat-providence à un système libéral? Remarque à propos d'un passage incertain", *in* Dufaux e Gervais-Lambony (1995), pp.23-31.

Rémond, René (1989), *Introdução à História do Nosso Tempo: Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 1994.

Rey, Pierre-Philippe (1988), "De l'anthropologie économique à l'anthropologie dialectique: un débat actuel", *Revue Tiers-Monde*, nº114, pp.443-450.

Reynolds, Lloyd G. (1983), "The Spread of Economic Growth to the Third World: 1850-1980", *Journal of Economic Literature*, vol.21, nº3, pp.941-980.

Riddell, J. Barry (1992), "Things Fall Apart Again: Structural Adjustment Programmes in Sub-Saharan Africa", *The Journal of Modern African Studies*, vol.30, nº1, pp.53-68,

Robertson, Roland (1990), "Mapping the Global Condition: Globalization as the Central Concept", *Theory, Culture and Society*, vol.7, nº2-3, pp.15-30.

Robinson, Mark (1995), "Strengthening Civil Society in Africa: The Role of Foreign Political Aid", *IDS Bulletin*, vol.26, n°2, pp.70-79.

Rorty, Richard (1979), *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Lisboa, D.Quixote, 1988.

Roseneau, Pauline (1992), "Modern and Post-Modern Science - Some Contrasts", *Review (Fernand Braudel Center)*, vol.XV, n°1, pp.49-89.

Rosenstein-Rodan, Paul N. (1943), "Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe", *Economic Journal*, vol.52, n°3, pp.202-211.

Rostow, W.W. (1960), *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____ (1971), *Politics and the Stages of Growth*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____ (1975), *How It All Began: Origins of the Modern Economy*, Londres, Methuen.

Ruccio, David F. (1991), "Postmodernism and Economics", *Journal of Post-Keynesian Economics*, vol.13, n°4, pp.495-510.

Rustow, Dankwart A. (1990), "Democracy: A Global Revolution?", *Foreign Affairs*, vol.69, n°4, pp.75-90.

Ruttan, Vernon W. (1988), "Cultural Endowments and Economic Development: What Can We Learn from Anthropology?", *Economic Development and Cultural Change*, vol.36, n°3, pp.s247-s271.

_____ (1991), "What Happened to Political Development?", *Economic Development and Cultural Change*, vol.39, n°2, pp.252-292.

Sachs, Ignacy (1994), "Le développement reconsidéré: quelques réflexions inspirées par le Sommet de la Terre", *Revue Tiers-Monde*, n°137, pp.53-60.

Samuels, Warren J. (1988), "An essay on the nature and significance of the normative nature of economics", *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.10, n°3, pp.347-354.

_____ (1990), "Determinate solutions and valuational processes: overcoming the foreclosure of process", *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.11, n°4, pp.531-546.

Sassower, Raphael (1993), "Postmodernism and Philosophy of Science - A Critical Engagement", *Philosophy of the Social Sciences*, vol.23, n°4, pp.426-445.

Schmidt, James (1995), "Civil Society and Social Things: Setting the Boundaries of the Social Sciences", *Social Research*, vol.62, n°4, pp.899-932.

Schumpeter, Joseph (1942), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Allen and Unwin, 1976.

_____ (1949), "Science and Ideology", *American Economic Review*, vol.39, nº2, pp.345-359.

Sedas Nunes, Adérito (1977), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Ed.Presença/G.I.S. (5ªed.).

Sen, Amartya K. (1983), "Development: Which Way Now?", *The Economic Journal*, vol.93, December, pp.745-762.

Senghaas, Dieter (1991), "Friedrich List and the Basic Problems of Modern Development", *Review (Fernand Braudel Center)*, vol.XIV, nº3, pp.195-210.

Siitonen, Lauri (1990), "Political Theories of Development Cooperation - A Study of Theories of International Cooperation", *WIDER Papers*, Helsinquia.

Sindjoun, Luc (1994), "Lecture tropicale des conflits somalien et yugoslave: pour une épistémologie du détour et de la connexion", *Afrique 2000*, nº17, pp.15-26.

Singer, Hans W. (1994), "La création de la CNUCED et l'évolution de la pensée contemporaine sur le développement", *Revue Tiers-Monde*, nº139, pp.489-498.

_____ (1995), "Revitalizing the United Nations: Five Proposals", *IDS Bulletin*, vol.26, nº4, pp.35-40.

Sinkam, S.C. (1994), "L'Afrique: la transition économique et démocratique", *Afrique 2000*, nº16, pp.51-66.

Smith, Anthony D. (1990), "Towards a Global Culture?", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº2-3, pp.171-191.

Sob, Pierre (1995), "Le principe d'universalité des droits de l'homme: mythe et limites", *Afrique 2000*, nº22, pp.5-24.

Solow, Robert (1971), "Science and Ideology in Economics", *in* Hausman (1994), pp.234-251.

_____ (1985), "Economic History and Economics", *American Economic Review*, vol.75, nº2, pp.328-331.

Sousa Santos, Boaventura de (1988), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Ed.Afrontamento (2ª ed.).

_____ (1990), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Ed. Afrontamento (2ª ed.).

_____ (1994), *Pela Mão de alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Ed.Afrontamento.

_____ (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, Nova Iorque, Routledge.

Stein, Howard (1994), "Theories of Institutions and Economic Reform in Africa", *World Development*, vol.2, nº12, pp.1833-1849.

Stein, H. e E.W. Nafziger (1991), "Structural Adjustment, Human Needs, and the World Bank Agenda", *The Journal of Modern African Studies*, vol.29, nº1, pp.173-189.

Stengers, Isabelle (1992), "Les «nouvelles sciences», modèles ou défis?", *Review (Fernand Braudel Center)*, vol.XV, nº1, pp.91-112.

Stern, Nicholas (1989), "The Economics of Development: A Survey", *The Economic Journal*, vol.99, September, pp.597-685.

Stevens, Mike e Shiro Gnanaselvam (1995), "The World Bank and Governance", *IDS Bulletin*, vol.26, nº2, pp.97-105.

Stewart, Frances (1985), "The Fragile Foundations of the Neoclassical Approach to Development", *Journal of Development Studies*, vol.21, nº2, pp.282-292.

Stiglitz, Joseph E. (1986), "The New Development Economics", *World Development*, vol.14, nº2, pp.257-265.

Stoekl, Allan (1994), "Round Dusk: Kojève at «The End»", *Postmodern Culture - An Electronic Journal*, vol.5, nº1.

Strayer, Joseph A. (1969), *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva, s/d.

Streeten, Paul (1983), "Development Dichotomies", *World Development*, vol.14, nº10, pp.875-890.

_____ (1989), "Global Institutions for an Interdependent World", *World Development*, vol.17, nº9, pp.1349-1359.

_____ (1990), "Gunnar Myrdal", *World Development*, vol.18, nº7, pp.1031-1037.

_____ (1992), "Markets and States: Against Minimalism", *World Development*, vol.21, nº8, pp.1281-1293.

Tamames, Ramón (1982), *Crítica dos Limites do Crescimento - Ecologia e Desenvolvimento*, Lisboa, D.Quixote, 1983.

Tenbruck, Friedrich H. (1990), "The Dream of a Secular Ecumene: The Meaning and Limits of Policies of Development", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº2-3, pp.193-206.

Tetzlaff, Rainer (1994), "Democracy and Development as Universally Valid Standards? Opportunities and Risks of Democratization in Non-European Countries after the End of the East-West Conflict", *Law and State*, vol.49/50, pp.17-43.

Theofanides, Stavros (1988), "The Metamorphosis of Development Economics", *World Development*, Vol.16, nº12, pp.1455-1463.

Thom, René (1980), *Parábolas e Catástrofes*, Lisboa, D.Quixote, 1985.

_____ (1984a), "O método experimental: um mito dos epistemólogos (e dos sábios?)", *in* Hamburger (1984), pp.13-23.

_____ (1984b), "Carta de René Thom a Paul Germain", *in* Hamburger (1984), pp.51-54.

Thurow, Lester (1992), *Head to Head - on the Coming Economic War between Japan, Europe and USA*, Nova Iorque, William Morrow and Company.

Tilly, Charles (1994), "The Time of States", *Social Research*, vol.61, nº2, pp.269-295.

Tisdell, Clem (1988), "Sustainable Development: Differing Perspectives of Ecologists and Economists, and Relevance to LDCs", *World Development*, vol.16, nº3, pp.373-384.

Touraine, Alain (1985), "An Introduction to the Study of Social Movements", *Social Research*, vol.52, nº4, pp.749-788.

Uphoff, Norman (1993), "Grassroots Organizations and NGOs in Rural Development: Opportunities with Diminishing States and Expanding Markets", *World Development*, vol.21, nº4, pp.602-622.

Verhelst, Thierry G. (1987), *No Life Without Roots*, Londres e Nova Jersey, Zed Books, 1990.

Villa, Dana R. (1992), "Postmodernism and The Public Sphere", *American Political Science Review*, vol.86, nº3, pp.712-721.

Volpi, Franco (1994), *Introduzione All'Economia Dello Sviluppo*, Milão, FrancoAngeli.

Wallerstein, Immanuel (1974a), *O Sistema Mundial Moderno - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI (Vol.I)*, Porto, Ed.Afrontamento, 1990.

_____ (1974b), *O Sistema Mundial Moderno - O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750 (Vol.II)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994.

_____ (1987), "World-Systems Analysis", *in* A.Giddens e J.H.Turner (ed.), *Social Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1987.

_____ (1990), "Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System", *Theory, Culture & Society*, vol.7, nº2-3, pp.31-56.

_____ (1991), "A Theory of Economic History in Place of Economic Theory?", *Revue économique*, vol.42, nº2, pp.173-180.

_____ (1992a), "The Challenge of Maturity - Whither Social Science?", *Review (Fernand Braudel Center)*, vol.XV, nº1, pp.1-7.

_____ (1992b), "The West, Capitalism, and the Modern World-System", *Review (Fernand Braudel Center)*, vol.XV, nº4, pp.561-619.

_____ (1995a), "What Hope Africa? What Hope the World?" (mimeo), INDEG-ISCTE, Lisboa.

_____ (1995b), "What Are We Bounding, and Whom When We Bound Social Research?", *Social Research*, vol.62, nº4, pp.839-856.

Weber, Max (1905), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Ed.Presença, 1990.

_____ (1949), "Objectivity and understanding in economics", in Hausman (1994), pp.69-82.

White, Gordon (1995), "Towards a Democratic Developmental State", *IDS Bulletin*, vol.26, nº2, pp.27-36.

Wilber, Charles K. (1986), "Methodological Debate in Economics: Editor's Introduction", *World Development*, Vol.14, nº2, pp.143-146.

Wiles, Peter (1983), "Ideology, Methodology and Neoclassical Economics", in Eichner (1983), pp.61-89.

Williamson, John (1993), "Democracy and the «Washington Consensus»", *World Development*, vol.21, nº8, pp.1329-1336.

Wolin, Sheldon S. (1985), "Postmodern Politics and the Absence of Myth", *Social Research*, vol.52, nº2, pp.217-239,

_____ (1990), "Democracy in the Discourse of Postmodernism", *Social Research*, vol.57, nº1, pp.5-30.

World Bank (1992a), *World Development Report 1992 - Development and the Environment*, Washington DC, World Bank/Oxford University Press.

_____ (1992b), *Governance and Development*, Washington DC, World Bank.

_____ (1994), *Governance: The World Bank's Experience*, Washington DC, World Bank.

World Bank Group and the Environment (1994), *Making Development Sustainable*, Washington DC, World Bank.

World Commission on Environment and Development (1987), *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press.